



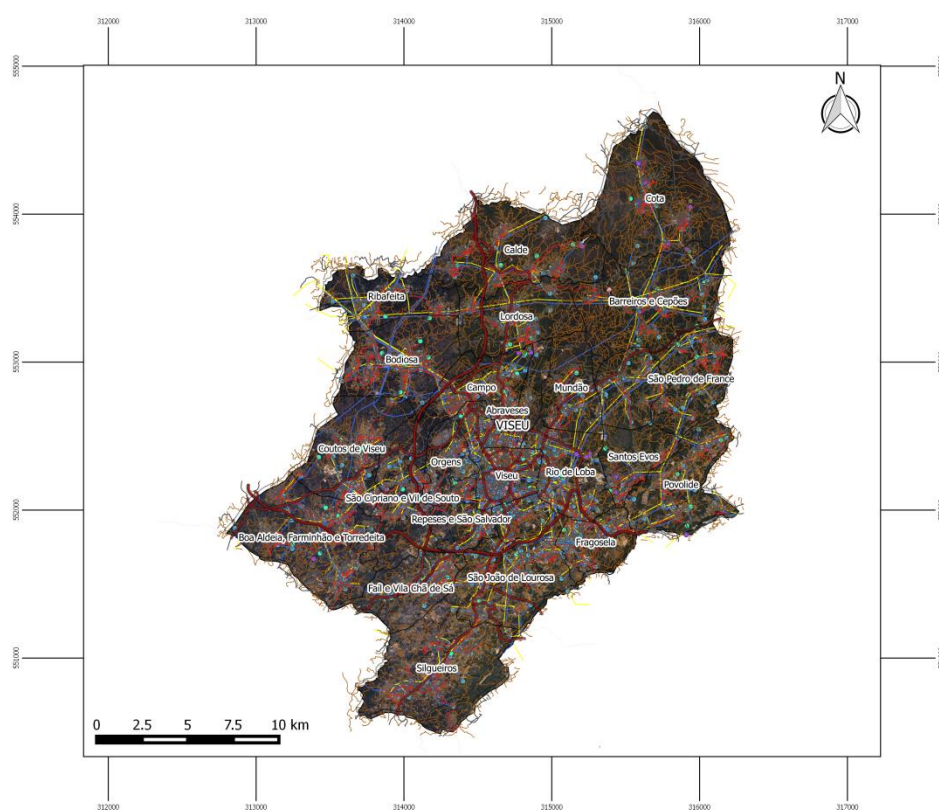
MUNICÍPIO DE
UISEU



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

MUNICÍPIO DE VISEU

PARTE II - Execução



MUNICÍPIO DE
UISEU

VERSÃO_CONSULTA_PÚBLICA_01_2016



Índice

PARTE II – Execução	3
1. Estruturas	3
1.1. Sistema Municipal de Proteção Civil	4
1.1.1. Estrutura de Direção Política	5
1.1.2. Estrutura de Coordenação Política e Institucional	5
1.1.3. Estruturas de Comando	8
1.1.3.1. Posto de Comando Operacional (PCO)	9
1.1.3.2. Posto de Comando Municipal (PCMun.)	10
1.1.3.3. Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal	10
2. Responsabilidades	12
2.1. Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	12
2.2. Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	14
2.3. Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	23
3. Organização	31
3.1. Infraestruturas de Relevância Operacional	31
3.2. Zonas de Intervenção	43
3.3. Mobilização e Coordenação de Meios	44
3.4. Notificação Operacional	45
4. Áreas de Intervenção	46
4.1. Gestão Administrativa e Financeira	47
4.2. Reconhecimento e Avaliação	52
4.2.1. Equipa de Reconhecimento e Avaliação de Situação Municipal	53
4.2.2. Equipa de Avaliação Técnica Municipal	54
4.3. Logística	56
4.3.1. Apoio logístico às forças de intervenção	56
4.3.2. Apoio logístico às populações	63
4.4. Comunicações	67
4.5. Informação Pública	74
4.6. Confinamento e/ou Evacuação	80
4.7. Manutenção da Ordem Pública	85
4.8. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	89
4.9. Socorro e Salvamento	95
4.10. Serviços Mortuários	99



Índice Mapas

Mapa 1-Rede Rodoviária	31
Mapa 2- Infraestruturas de Transporte Aéreo	32
Mapa 3 - Infraestruturas de Telecomunicações.....	33
Mapa 4 - Rede de Distribuição de Energia Elétrica	34
Mapa 5 - Rede de Gás Natural	35
Mapa 6 - Postos de Abastecimento de Combustível.....	35
Mapa 7 - Estabelecimentos de Nível Inferior de Perigosidade	36
Mapa 8 - Rede de Pontos de Água DFCI.....	37
Mapa 9 - Rede Vigilância e Detecção DFCI.....	38
Mapa 10 - Equipamentos de Saúde	39
Mapa 11 - Equipamentos Administrativos	39
Mapa 12 - Equipamentos de Educação	40
Mapa 13 - Equipamentos Culturais	40
Mapa 14 - Equipamentos Desportivos	41
Mapa 15 - Equipamentos Religiosos	41
Mapa 16 - Equipamentos de Apoio Social.....	42
Mapa 17 - Instalações APC	42

PARTE II – Execução

1. Estruturas

A estrutura nacional de proteção civil para o território continental é definida pela Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), a organização das operações de proteção e socorro encontram-se plasmadas no Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, consistindo no SIOPS - Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro. O SIOPS consiste num conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que assegura a atuação de todos os agentes de proteção civil no plano operacional, sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional de cada entidade. O SIOPS visa responder a situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe e o princípio do comando único assenta nas duas dimensões do Sistema de Proteção Civil, a da coordenação institucional e a do comando operacional.¹

Estrutura de Proteção Civil – Portugal Continental			
	Nacional	Distrital	Municipal
Direção Política	1º Ministro	Presidente ANPC	Presidente da CM
Coordenação Política	CNPC (MAI)	CDPC (Presidente de Câmara Nomeado ANMP)	CMPC (PRES. CM)
Coordenação Institucional	CCON (PRES. ANPC)	CCOD (CODIS)	
Comando	CNOS (CONAC)	CADOS (CODIS)	CPCM/COM (Coordenação)
Posto de Comando	PCNac	PCDis	PCMun

¹ Artigo 1.º, Capítulo I – Republicação do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho

Sendo o diretor do PMEPCV o Presidente da Câmara Municipal de Viseu é sua intenção que sejam levadas a cabo as ações de prevenção, socorro, assistência e recuperação apropriadas a cada situação, recorrendo, para tanto, à CMPC, ao SMPC, aos demais serviços municipais e aos organismos e entidades de apoio. Em caso de impedimento, o Presidente de Câmara Municipal de Viseu é substituído pelo Vereador com competência delegada na área da Proteção Civil.

1.1. Sistema Municipal de Proteção Civil

Tendo e conta o cariz municipal do PMEPCV, é pertinente entender-se a organização do Sistema Municipal de Proteção Civil. Este sistema baseia-se em 3 órgãos fundamentais e é enquadrado por legislação própria (Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro):

- **Direção política**
 - Entidade político-administrativa responsável pela prossecução das políticas de proteção civil ao nível municipal – **Presidente da Câmara Municipal de Viseu**
- **Coordenação política e institucional**
 - Estrutura não permanente responsável pela coordenação da política de proteção civil e pela coordenação institucional as diversas entidades – **Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)**
- **Execução**
 - Organismo técnico-administrativo responsável pela execução da política de proteção civil municipal – **Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)**
 - Coordenação Operacional – **Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal**

Sistema Municipal de Proteção Civil	
	Municipal
Direção Política	Presidente da Câmara Municipal de Viseu
Coordenação Política	Comissão Municipal de Proteção Civil (Presidente da Câmara Municipal de Viseu)
Coordenação Institucional	
Execução	Serviço Municipal de Proteção Civil (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu)
Coordenação	Coordenador da Proteção Civil Municipal (CMDT. Bombeiros Municipais Viseu)

1.1.1. Estrutura de Direção Política

O Presidente da Câmara Municipal de Viseu, com a faculdade de delegação no Vereador por si designado é a Autoridade Municipal de Proteção Civil nos termos do artigo 35.º da Lei nº 80/2015, de 3 de agosto e em consonância com a Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, e dirige a atividade de Proteção Civil no seu município. O Presidente da Câmara Municipal de Viseu é competente para, no exercício das funções de responsável municipal da política de proteção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e recuperação adequadas em cada caso. Para a efetiva implementação destas ações o Presidente da Câmara Municipal de Viseu é apoiado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal.

1.1.2. Estrutura de Coordenação Política e Institucional

Nos termos do artigo 11º da Lei 65/2007, ao nível municipal, a **Comissão Municipal de Proteção Civil** assume, tanto a **coordenação política** da atividade de Proteção Civil, como o papel da **coordenação institucional** na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. A CMPC integra representantes das entidades cuja intervenção se justifica em função de cada ocorrência em concreto.

A Comissão Municipal de Proteção Civil é um organismo não permanente de coordenação política municipal em matéria de Proteção Civil ao qual compete gerir a participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear. Cabendo então a dupla função de coordenação política e institucional, esta Comissão compreende a articulação entre as entidades que a compõem e articulação com o Teatro de Operações (nomeadamente através do Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal) com o Posto de Comando Operacional e a nível distrital com o Centro de Coordenação Operacional Distrital e Comando Distrital de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Este organismo assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

Para efeitos do PMEPCV a CMPC de Viseu reunirá no antigo edifício do Governo Civil ou como alternativa no Edifício dos Paços do Conselho, Quartel dos Bombeiros Municipais de Viseu, Aeródromo Municipal de Viseu ou por decisão do Presidente, em qualquer outro local do território municipal a comunicar na convocação.

Comissão Municipal de Proteção Civil	
Convocação	Presidente da Câmara Municipal de Viseu Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu
Composição	<div><div><div>a)</div><div>Presidente da Câmara Municipal ou o Vereador com a competência delegada, que preside à comissão;</div></div><div><div>b)</div><div>Coordenador Municipal de Proteção Civil / Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Viseu;</div></div><div><div>c)</div><div>Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Viseu;</div></div><div><div>d)</div><div>Um elemento da Polícia de Segurança Pública;</div></div><div><div>e)</div><div>Um elemento da Guarda Nacional Republicana;</div></div><div><div>f)</div><div>A Autoridade de Saúde do Município de Viseu;</div></div><div><div>g)</div><div>O Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Dão Lafões;</div></div><div><div>h)</div><div>Diretor do Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E.</div></div><div><div>i)</div><div>Um representante do Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social;</div></div><div><div>j)</div><div>Um representante das Juntas de Freguesia a designar pela Assembleia Municipal;</div></div><div><div>k)</div><div>Representantes de outras entidades e serviços implantados no município, cujas atividades e áreas funcionais, de acordo com os riscos existentes e as características da região, possam contribuir para as ações de Proteção Civil;<div><div>1)</div><div>Centro Humanitário do Vale do Dão da Cruz Vermelha Portuguesa;</div></div><div><div>2)</div><div>Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu da Autoridade Nacional de Proteção Civil;</div></div><div><div>3)</div><div>Um Representante do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.;</div></div><div><div>4)</div><div>Um Representante do Regimento de Infantaria 14;</div></div><div><div>5)</div><div>Um Representante das Águas de Viseu;</div></div><div><div>6)</div><div>Coordenador da Polícia Municipal;</div></div><div><div>7)</div><div>Técnico do Serviço Municipal de Proteção Civil;</div></div><div><div>8)</div><div>Um Representante dos Agrupamentos Escolares de Viseu;</div></div><div><div>9)</div><div>Um Representante das Escolas Secundárias de Viseu;</div></div><div><div>10)</div><div>Um Representante das Escolas Profissionais de Viseu;</div></div><div><div>11)</div><div>Um Representante do Conselho Local de Ação Social;</div></div><div><div>12)</div><div>Outros representantes que se julguem necessários por parte da presidência para o normal funcionamento da CMPC, após convite.</div></div></div></div><div><p>Contudo, dependendo da gravidade e da tipicidade da ocorrência, poderão ser chamados a integrar, permanentemente, a CMPC, representantes de outras entidades como a EDP, a PT, o INAG e o Veterinário Municipal, entre outras.</p></div></div>



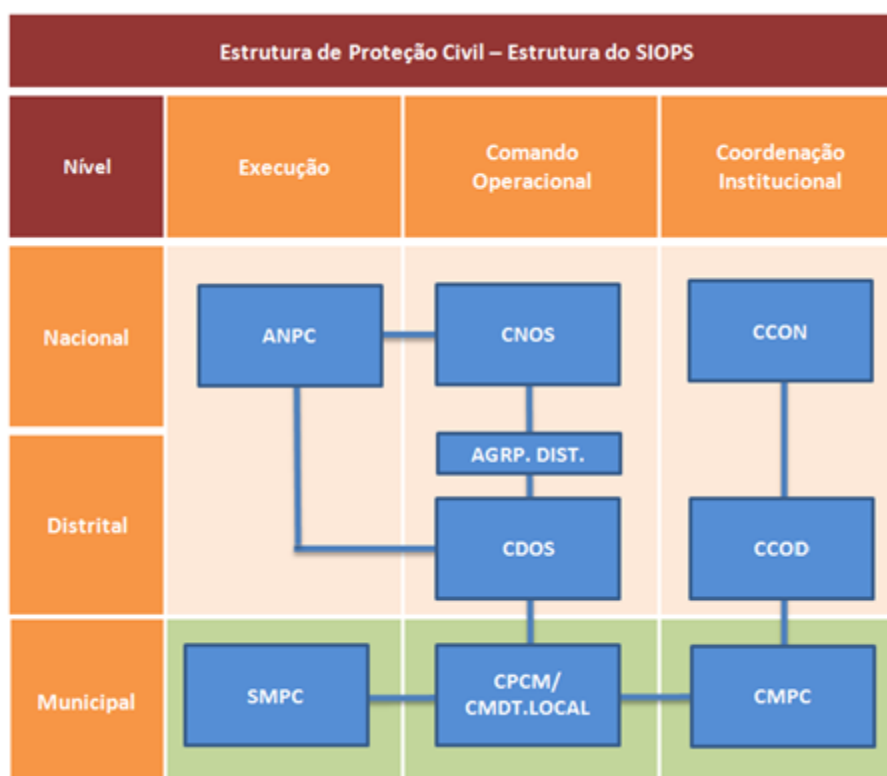
Competências	<p>As competências das Comissões Municipais de Proteção Civil são, nos termos da Lei de Bases de Proteção Civil (Lei 80/2015 de 3 de agosto), as atribuídas às Comissões Distritais de Proteção Civil mas com a flexibilidade inerente às realidades e dimensões do município de Viseu, nomeadamente as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Acionar a elaboração, acompanhamento da execução e remessa para aprovação à Comissão Nacional de Proteção Civil do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Viseu;b) Acompanhamento das políticas diretamente ligadas ao Sistema de Proteção Civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;c) Determinar o acionamento do Plano Municipal e Planos Especiais, quando tal se justifique;d) Garantir que as entidades e instituições que integram a Comissão acionam, ao nível do Município, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de Proteção Civil;e) Avaliar a situação e propor à Autoridade Municipal de Proteção Civil as medidas no âmbito da solicitação de ajuda ao nível Distrital.
Reunião e Modo de Convocação	<p>A convocação da CMPC é realizada por escrito, sendo esta uma responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Em caso da sua ausência essa competência passará para o seu substituto legal, Vereador com o Pelouro da Proteção Civil da Câmara Municipal de Viseu.</p> <p>Para além das competências que implicam a convocação da CMPC para plenários ordinários, a CMPC é convocada extraordinariamente quando a iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe o justifique. Nestas situações, a convocação será realizada pelos meios mais expeditos, nomeadamente através de telefone fixo ou móvel, via rádio ou correio eletrónico e posteriormente formalizada por escrito. A convocação da CMPC poderá abranger todos ou parte dos representantes, de acordo com a localização, natureza e amplitude do acidente grave ou catástrofe.</p>

1.1.3. Estruturas de Comando

O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS – DL n.º 72/2013 de 31 de maio) define o conjunto de estruturas de comando e gestão de operações. O SIOPS define que o sistema de gestão de operações é uma forma de organização operacional que se desenvolve de uma forma modular e evolutiva de acordo com a importância e o tipo de ocorrência. Sempre que uma força de socorro de uma qualquer das organizações integrantes do SIOPS seja accionada para uma ocorrência, o chefe da primeira força a chegar ao local assume de imediato o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação. A decisão do desenvolvimento da organização é da responsabilidade do comandante das operações de socorro (COS), que a deve tomar sempre que os meios disponíveis no ataque inicial e respectivos reforços se mostrem insuficientes. O comando das operações deve ter em conta a adequação técnica e a capacidade operacional dos agentes presentes no teatro de operações e a sua competência legal².

O nível municipal é assente no princípio do comando único municipal e a sua articulação com os níveis superiores, respeitando o princípio da subsidiariedade. Todas as instituições representadas na CMPC possuem estruturas de intervenção próprias que funcionam sob a direção ou comando previstos nas respetivas leis orgânicas, estatutos ou regulamentos próprios.

O esquema infra resume a interação entre a estrutura de proteção civil e a estrutura do SIOPS de acordo com o Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e de acordo com o Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio, assim como a Lei 65/2007 de 12 de novembro.



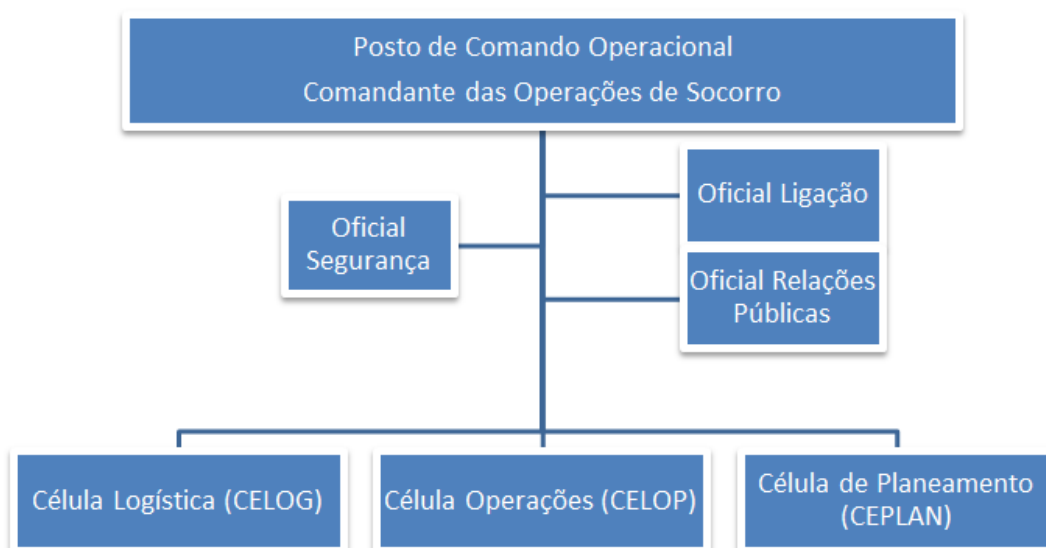
² Art.º 12.º, Decreto-Lei 72/2013 de 31 maio

1.1.3.1. Posto de Comando Operacional (PCO)

O posto de comando operacional (PCO) é o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS na tomada das decisões e na articulação dos meios no teatro de operações. O PCO tem por missões genéricas:

- a) A recolha e o tratamento operacional das informações;
- b) A preparação das acções a desenvolver;
- c) A formulação e a transmissão de ordens, directrizes e pedidos;
- d) O controlo da execução das ordens;
- e) A manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues;
- f) A gestão dos meios de reserva.

O PCO é constituído pelas células de planeamento, operações e logística, cada uma com um responsável nomeado pelo COS, que assume a designação de Oficial de Planeamento, Oficial de Operações e Oficial de Logística. As células são coordenadas directamente pelo COS e podem possuir núcleos funcionais. O COS é ainda directamente assessorado por três oficiais, um como adjunto para a segurança, outro para as relações públicas e outro para a ligação com outras entidades. Fazem ainda parte do posto de comando os representantes dos agentes de proteção civil com meios empenhados na operação ou que se considerem pertinentes para o desenrolar da operação³.



³ Art.º 14.º, Art.º 15.º e Art.º 16º, Decreto-Lei 72/2013 de 31 maio

1.1.3.2. Posto de Comando Municipal (PCMun.)

Em caso de ativação do Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Viseu, em cada um dos municípios afetados pelo acidente grave ou catástrofe que determina a ativação do Plano, é constituído um Posto de Comando Operacional, denominado de PCMun, que garante a gestão exclusiva da resposta municipal ao evento e é responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão distrital. O PCMun Viseu é montado com apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e reporta operacional e permanentemente ao Posto de Comando Operacional Distrital de Viseu (PCDis), representando um sector deste. O responsável pelo PCMun é o Coordenador da Proteção Civil Municipal, quando por inerência for o Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Viseu.⁴ Em caso de ativação do PMEPCV sem ativação do PDEPCV, a criação do PCMun. segue as mesmas *guidelines* de funcionamento.

1.1.3.3. Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal

A Lei 65/2007 de 12 de novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece que todos os municípios deverão possuir um Comandante Operacional Municipal (COM).

No entanto, com a entrada em vigor da nova Lei de Bases da Proteção Civil – Lei 80/2015, de 3 de agosto, a figura do Comandante Operacional Municipal é substituída pela figura do Coordenador da Proteção Civil Municipal (CPCM). Até à presente data ainda não foi publicada uma revisão à Lei 65/2007 de 12 de novembro, daí que as competências e atribuições do COM manter-se-ão.

O COM/CPCM depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara, a quem compete a sua nomeação, no Município de Viseu o COM/CPCM é por inerência o Comandante dos Bombeiros Municipais de Viseu (nas faltas e impedimentos do COM/CPCM, a sua substituição deverá ser assegurada por um elemento de Comando dos Bombeiros Municipais de Viseu). De referir que a área de atuação do COM/CPCM se restringe à área do Município de Viseu.

Ao Comandante Operacional Municipal/ Coordenador da Proteção Civil Municipal, no âmbito das suas atribuições, compete nomeadamente:

- a) Acompanhar em permanência as operações de proteção e socorro que ocorram na área do município de Viseu;
- b) Promover e acompanhar a elaboração dos Planos Prévios de Intervenção e restantes planos de emergência com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;

⁴ Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Viseu, ANPC 2015



- c) Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com o comando da Associação Viseense de Bombeiros Voluntários de Viseu;
- d) Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- e) Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- f) Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros;
- g) Assumir a coordenação e funcionar como agente facilitador entre todas as entidades envolvidas nas operações de socorro de âmbito municipal de forma a possibilitar uma articulação operacional o mais funcional possível, nas situações previstas no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu;
- h) Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, o COM/CPCM, deverá manter uma articulação permanente com o Comandante Operacional Distrital de Viseu.

2. Responsabilidades

No âmbito do PMEPCV os diversos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio estão sujeitos a um conjunto de responsabilidades que visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado reforço, apoio e assistência, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo. As estruturas de intervenção destas entidades funcionam e são empregues sob direção das correspondentes hierarquias, previstas nas respetivas leis orgânicas ou estatutos, sem prejuízo da necessária articulação operacional com os postos de comando, aos seus diferentes níveis.

2.1. Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil

Câmara Municipal de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilização de meios, recursos e pessoal para a resposta de proteção civil e socorro de acordo com a tipologia de operação;▪ Prestar assessoria técnica, científica e apoio logístico no âmbito das valências técnicas de cada Departamento municipal ao Diretor do PMEPC e SMPC:<ul style="list-style-type: none">➢ Recursos Humanos, Financeiros e Materiais;➢ Obras Municipais e Ambiente;➢ Planeamento e Gestão Urbanística.	

SMPC Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Difusão de avisos e comunicados à população;▪ Prestar assessoria técnica e apoio à decisão ao Diretor do PMEPCV e ao Comandante Operacional Municipal;▪ Colaboração no apoio logístico;▪ Apoiar as ações de evacuação;▪ Coordenar as ações de estabilização de infraestruturas, desobstrução de vias, remoção de destroços, limpeza de aquedutos e linhas de água ao longo das estradas e caminhos municipais;▪ Fornecer continuamente os pontos de situação nas zonas afetadas ao Diretor do PMEPCV;▪ Promover a sinalização relativa a cortes de estradas, decididos em virtude da ocorrência em questão, bem como vias alternativas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Avaliar as zonas afetadas e estabelecimento de locais de intervenção prioritária;▪ Promover o restabelecimento dos serviços essenciais junto dos organismos responsáveis (água, eletricidade, gás e comunicações);▪ Promover ações de avaliação de danos e de necessidades da população afetada;▪ Promover o transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações;▪ Promover a sinalização das estradas e caminhos municipais danificados, bem como vias alternativas.



Juntas de Freguesia / Unidades Locais de Proteção Civil	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Empenhamento de meios humanos no apoio às ocorrências no respetivo espaço geográfico, para reconhecimento e orientação, no terreno, dos meios de socorro envolvidos;▪ Colaboração na divulgação de avisos às populações de acordo com as orientações dos responsáveis municipais;▪ Recenseamento e registo da população afetada;▪ Colaboração com a Câmara Municipal na sinalização de estradas e caminhos municipais danificados, bem como na sinalização das vias alternativas, no respetivo espaço geográfico;▪ Colaboração com a Câmara Municipal na desobstrução de vias, limpeza de valetas, demolições e remoção de destroços, nos aquedutos e linhas de água ao longo das estradas municipais do seu espaço geográfico;▪ Promover em colaboração com a Câmara Municipal a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais, dotando-os de meios de 1ª intervenção e salvaguardando a sua formação.	<ul style="list-style-type: none">▪ Colaboração na divulgação de avisos às populações de acordo com as orientações dos responsáveis municipais;▪ Recenseamento e registo da população afetada;▪ Colaboração com a Câmara Municipal na sinalização de estradas e caminhos municipais danificados, bem como na sinalização das vias alternativas, no respetivo espaço geográfico;▪ Colaboração com a Câmara Municipal na desobstrução de vias, limpeza de valetas, demolições e remoção de destroços, nos aquedutos e linhas de água ao longo das estradas municipais do seu espaço geográfico.

2.2. Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil

Nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil são agentes de Proteção Civil:

- Corpos de Bombeiros;
- Forças de Segurança;
- Forças Armadas;
- Autoridades Marítima e Aeronáutica;
- INEM e demais serviços de saúde;
- Sapadores Florestais.

A Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Agentes de Proteção Civil	
Definidos na Lei de Bases de PC	APCs Existentes no Município
Corpos de Bombeiros	⇒ Corpo de Bombeiros Municipais de Viseu ⇒ Corpo de Bombeiros Voluntários de Viseu
Forças de Segurança	⇒ Polícia de Segurança Pública <ul style="list-style-type: none">▪ Comando Distrital▪ Esquadra de Trânsito▪ Esquadra de Investigação Criminal▪ Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial▪ Esquadra ⇒ Guarda Nacional Republicana <ul style="list-style-type: none">▪ Comando Territorial▪ Destacamento Territorial▪ Posto Territorial de Viseu▪ Destacamento de Trânsito▪ Destacamento de Intervenção ⇒ Polícia Judiciária
Forças Armadas	⇒ Regimento de Infantaria n.º 14
INEM e demais serviços de saúde	⇒ INEM ⇒ Centro Hospitalar Tondela-Viseu E.P.E. ⇒ Agrupamento de Centros de Saúde Dão-Lafões ⇒ Autoridade de Saúde do Município de Viseu
Sapadores Florestais	⇒ CEDRUS – Associação de Produtores Florestais de Viseu
Cruz Vermelha Portuguesa	⇒ Delegação de Viseu (Centro Humanitário Vale do Dão) ⇒ Delegação de Silgueiros



Sem prejuízo das atribuições específicas decorrentes da normal atividade de cada agente de proteção civil, o PMEPCV como instrumento de planeamento de nível municipal requer que exista uma certa rotina de procedimentos entre estes APC's intervenientes nas operações de socorro que, pela sua especificidade, requeiram medidas especiais de reação e cooperação entre Agentes. Tal como dito anteriormente, as duas fases que importa salientar neste plano são as fases da emergência e a fase da recuperação.

Para cada uma destas fases os APC's serão incumbidos de missões específicas no que toca a medidas imediatas de resposta, quer no respeitante a funções de suporte de emergência e de recuperação das condições de normalidade. No entanto, as estruturas de intervenção destes APC's funcionam e são empregues sob a correspondente hierarquia prevista para cada APC, sem prejuízo da necessária articulação operacional com os postos de comando de diferentes níveis (sejam eles municipais, intermunicipais, distritais ou nacionais). De ressaltar que esta articulação e coordenação das ações de emergência por parte do nível municipal, não cessa quando a ocorrência é transposta para os níveis superiores, uma vez que o nível municipal continua a coadjuvar as operações de emergência de Proteção Civil.

Assim sendo cada APC tem como tarefas na fase de emergência (medidas imediatas de resposta e suporte da emergência) e na fase da recuperação:

Corpos de Bombeiros

Sendo as Corporações de Bombeiros um dos pilares basilares na resposta a situações de emergência, quer pelo seu carácter permanente e operacionalidade com áreas e atuação próprias, quer pela preparação técnica e organizacional para o exercício das funções de proteção e socorro. Daí que sejam atribuições específicas deste PMEPCV dos Corpos de Bombeiros do Município de Viseu e sem prejuízo do constante no SIOPS e hierarquias próprias de cada instituição, as seguintes funções:

Corpos de Bombeiros	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação da situação e identificação do tipo de ocorrência e transmissão de toda a informação relativa à possível gravidade da ocorrência em termos de local, extensão e número potencial de vítimas pelos canais de comunicação adequados ao COM;▪ Mobilização dos meios próprios necessários à intervenção;▪ Desenvolver ações relacionadas com o combate a incêndios, o socorro às populações, animais e bens em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral em todos os acidentes;▪ Participação na prestação de primeiros socorros aos sinistrados, assim como na evacuação primária destes sinistrados;▪ Socorro a naufragos e buscas subaquáticas;▪ Colaboração em ações de mortuária na fase de emergência;▪ Colaboração em ações de aviso às populações;▪ Efetivar o apoio em Teatros de Operações, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno no caso de necessidade por parte de outras corporações de bombeiros de outra área de intervenção;▪ Promover o abastecimento de água em caso de necessidade às populações;▪ Apoiar as Forças de Segurança na evacuação de populações e disponibilização de meios próprios para a evacuação das populações com necessidades especiais.	<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolver operações de rescaldo de incêndios;▪ Promover ações de desobstrução e limpeza de vias de comunicação e medidas necessárias à normalização da vida da população;▪ Colaboração nas ações de mortuária pós-emergência;▪ Promover o abastecimento de água em caso de necessidade às populações;▪ Apoiar a reposição da normalidade;▪ Participar na recuperação de infraestruturas;▪ Realizar medidas preventivas a fim de colmatar, dentro do possível, a vulnerabilidade que provocou a situação de acidente grave ou catástrofe;▪ Apoiar o regresso das populações aos locais afetados;▪ Apoio logístico às populações e serviços;▪ Colaborar nas ações de sensibilização pública.



Forças de Segurança

A PSP e a GNR, como forças de segurança presentes no Município cumprem as missões que legalmente lhe estão atribuídas, na área de intervenção de cada uma destas forças. As missões específicas destas forças de segurança contidas neste PMEPCV para as duas fases são as seguintes:

Forças de Segurança (PSP e GNR)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a manutenção da ordem, em cada uma das zonas de intervenção, salvaguardando a integridade das outras entidades e organismos empenhados no socorro;▪ Assegurar o isolamento de áreas e perímetros de segurança, restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro;▪ Escolta e segurança de meios de socorro em deslocamento para as operações, caso necessário;▪ Apoio à evacuação de populações em perigo;▪ Garantia da segurança de estabelecimentos públicos (tribunais instalações sanitárias) e proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional (centrais termoelétricas, transportes, distribuição de água, etc.)▪ Proteção da propriedade pública e privada contra atos de saque;▪ Empenhamento de meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas;▪ Prevenção da criminalidade organizada e a prática dos demais atos contrários à lei, em coordenação com os serviços de segurança;▪ Colaboração nas ações de mortuária.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar o impedimento de acesso a áreas ou zonas acidentadas onde subsista algum tipo de risco para a segurança da população;▪ Assegurar a proteção dos bens que fiquem abandonados em edifícios evacuados ou acidentados;▪ Controle do trânsito nas zonas acidentadas para facilitar acesso e trabalho das equipas de recuperação;▪ Garantir a segurança nas áreas e centros de acolhimento provisório e armazéns de emergência.

Forças Armadas

As Forças Armadas, nomeadamente a unidade implantada no Município - Regimento de Infantaria 14, colaboram neste PMEPCV de acordo com os seus planos próprios, hierarquia, disponibilidade de recursos e protocolos elaborados previamente com o Município de Viseu.

Forças Armadas (Regimento de Infantaria 14)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Fornece apoio logístico às forças de proteção e socorro, nomeadamente infraestruturas, alimentação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha, água, combustível e material diverso;▪ Apoio à evacuação de populações em perigo;▪ Disponibilização de infraestruturas para operações dos meios aéreos, garantindo apoio logístico e reabastecimento de aeronaves, quando exequível;▪ Disponibilização de meios terrestres para ações de reconhecimento e avaliação e para transporte de pessoal operacional;▪ Colaboração em operações de busca e salvamento, socorro imediato e evacuação primária;▪ Colaboração na disponibilização de bens essenciais (alojamento, alimentação, higiene, agasalhos, roupas, etc.) indispensáveis às vítimas;▪ Colaboração na organização e instalação de campos de deslocados, quando necessário;▪ Colaboração no abastecimento de água às populações em caso de necessidade imediata.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestação de apoio logístico às forças de proteção e socorro;▪ Recuperar infraestruturas danificadas;▪ Manutenção dos abrigos em campos de deslocados e organizar o suporte logístico necessário;▪ Apoiar no reabastecimento de água às populações.

Autoridade Nacional de Aviação Civil

Considerando que o transporte aéreo constitui um meio de deslocação seguro e que a maioria dos acidentes de aviação ocorrem nas fases de aproximação à pista e descolagem, e possuindo Viseu um Aeródromo com a possível inclusão de uma carreira aérea diária, torna-se pertinente englobar as autoridades aeronáuticas com deveres especiais neste âmbito tais que:

Autoridade Nacional da Aviação Civil	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Colaborar com o APC's em matérias relacionadas com a aviação civil em caso de acidente envolvendo aeronaves;▪ Promoção da segurança aeronáutica;▪ Disponibilização de técnicos de apoio direto ao Posto de Comando, caso a tipologia de ocorrência o designe.	<ul style="list-style-type: none">▪ Cooperar com a entidade responsável pela prevenção e investigação de acidentes com aeronaves.

INEM

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) é o organismo do Ministério da Saúde responsável por coordenar o funcionamento, no território de Portugal Continental, do Sistema Integrado de Emergência Médica. Daí advenha que as missões do INEM neste PMEPCV sejam:

INEM	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Coordenação de todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referência e transporte para as unidades de saúde adequadas;▪ Montagem de postos médicos avançados (PMA);▪ Prestação de apoio psicológico às vítimas no local da ocorrência com vista à sua estabilização emocional e posterior referência para as entidades adequadas;▪ Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino;▪ Colaboração nas ações da mortuária;▪ Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde.	<ul style="list-style-type: none">▪ Coordenação de todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referência e transporte para as unidades de saúde adequadas;▪ Montagem de postos médicos avançados (PMA);▪ Prestação de apoio psicológico às vítimas no local da ocorrência com vista à sua estabilização emocional e posterior referência para as entidades adequadas;▪ Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino;▪ Colaboração nas ações da mortuária;▪ Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde.

Autoridade de Saúde Municipal

Quando surgem situações suscetíveis de causarem ou acentuarem prejuízos graves à saúde dos cidadãos ou dos aglomerados populacionais, assim como para o controlo dos fatores de risco, a entidade a quem compete a decisão de intervenção do Estado na defesa da saúde pública, na prevenção da doença e na promoção e proteção da saúde é a Autoridade de Saúde de cada nível (Nacional, Regional e Municipal). Em situações de risco para a saúde pública, a Autoridade de Saúde Municipal deve observar as medidas necessárias de exceção que forem indispensáveis à redução ou controlo do risco, bem como requerer a todas as instituições e profissionais de saúde, públicos ou privados, os dados e a informação em saúde que considerem fundamentais (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, 2011).

Especificamente neste PMEPCV as atribuições da Autoridade de Saúde Municipal são:

Autoridade de Saúde Municipal	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Coordenar as ações de saúde pública, evacuação secundária de vítimas, mortuária e de saúde ambiental;▪ Garantir a ligação com os hospitais, unidades de saúde de retaguarda e abrigos pré-estabelecidos;▪ Garantir a mobilização dos meios necessários à sua intervenção de acordo com os riscos;▪ Apoiar a coordenação do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) na prestação de cuidados médicos às vítimas;▪ Assegurar que a assistência médica de retaguarda (não urgente) seja efetuada de acordo com as necessidades;▪ Coordenar a mobilização de equipas de saúde para as unidades de saúde de retaguarda;▪ Dinamizar a identificação de população cujas incapacidades levam à necessidade de apoio e estruturar as respostas adequadas em articulação com as entidades locais;▪ Assegurar a adequação dos abrigos específicos para populações vulneráveis;▪ Assegurar a mobilização das equipas de saúde e prestação de cuidados médico-sanitários nos abrigos;▪ Coordenar as ações de mortuária e organizar o registo de evacuados feridos e mortos;▪ Colaborar na avaliação e quantificação dos danos;▪ Exercer quaisquer outras atividades no âmbito das suas competências.	<ul style="list-style-type: none">▪ Coordenar com as instituições de segurança social a continuidade da assistência às vítimas e seus familiares;▪ Organizar o inventário das instituições e serviços de saúde e recolha de toda a informação necessária à adequação dos equipamentos de saúde aos cuidados a prestar;▪ Garantir que as ações de prestação de cuidados de saúde sejam as adequadas;▪ Determinar e coordenar ações de vacinação nas zonas consideradas de risco;▪ Colaborar nas ações de prestação de cuidados de saúde hospitalares.
Coordenar e assegurar a vigilância epidemiológica de determinantes da saúde e de doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como os sistemas de alerta e resposta apropriada a emergências de saúde pública.	

Serviços de Saúde – Centro Hospitalar Tondela-Viseu e Agrupamento de Centros de Saúde Dão-Lafões

Serviços de Saúde – CH Tondela-Viseu; Agrupamentos de Centros de Saúde Viseu Dão-Lafões	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar a capacidade de prestação de serviços de urgência;▪ Coordenação das ações de cuidados de saúde primários;▪ Colaborar e reforçar as ações de prestação de cuidados de saúde em ambiente extra-hospitalar;▪ Assegurar permanente articulação com as unidades hospitalares e com os centros de saúde do município com vista a garantir a máxima assistência médica possível nas instalações dos mesmos;▪ Prestar assistência médica às populações evacuadas;▪ Assegurar o funcionamento dos serviços de urgência regulares, no seu âmbito.	<ul style="list-style-type: none">▪ Continuidade de prestação de cuidados médicos às vítimas.

Sapadores Florestais

As equipas de sapadores florestais formadas no mínimo por cinco efetivos constituem a unidade base de operação dos sapadores florestais. As equipas de sapadores florestais distribuem-se por todo o território continental, estando mais concentradas na zona norte e centro em concordância com a distribuição das manchas florestais (ICNF, 2014). O Município de Viseu possui uma equipa de Sapadores Florestais da responsabilidade da CEDRUS – Associação de Produtores Florestais de Viseu e as suas funções no âmbito deste PMEPCV são:

Sapadores Florestais – CEDRUS Associação de Produtores Florestais de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio no combate a incêndios florestais nascentes;▪ Apoio na abertura e desobstrução de caminhos;▪ Apoio no transporte de pessoas e bens em situações meteorológicas adversas;▪ Apoio às ações de aviso às populações;▪ Disponibilização de veículos todo-o-terreno e ferramentas manuais (motosserras e outro tipo de equipamento sapador) que possa apoiar as operações de proteção e socorro.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio nas operações de rescaldo de incêndios florestais;▪ Apoio na abertura e desobstrução de caminhos;▪ Apoio no transporte de pessoas e bens em situações meteorológicas adversas;▪ Executar as demais medidas consideradas necessárias à normalização da vida das populações afetadas e à neutralização de efeitos provocados pela situação de emergência;▪ Realizar ações de colmatação das vulnerabilidades que levaram ao desencadeamento da ocorrência, dentro das suas funções.



Cruz Vermelha Portuguesa

No Município de Viseu a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) possui duas delegações locais (Centro Humanitário Vale do Dão e Delegação de Silgueiros). É através destas delegações locais que a CVP exerce o seu contributo neste PMEPCV, sem prejuízo da própria organização e princípios internacionais a que está sujeita na sua constituição, assim sendo cabe à CVP:

Cruz Vermelha Portuguesa	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar a busca e salvamento, socorro e assistência sanitária e social;▪ Colaboração na evacuação, transporte de desalojados e ilesos;▪ Colaboração na instalação de alojamentos temporários bem como na montagem de postos de triagem no levantamento de feridos e cadáveres.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar no apoio psicossocial e na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas;▪ Apoiar os centros de alojamento temporário.

2.3. Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio

Os organismos e entidades de apoio constituem-se como grupos com capacidade operacional sobre os quais recai especial dever de cooperação com os agentes de proteção civil em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Em função das suas valências e competências, têm a aptidão para completar ou reforçar a ação dos agentes de proteção civil, contribuindo, assim, para uma resposta mais pronta e adequada na fase da emergência e para um apoio logístico e operacional alargado na fase de recuperação.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilização das instalações para diversos fins;▪ Disponibilização de meios logísticos para o apoio à emergência;	<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilização das instalações para diversos fins;▪ Disponibilização de meios logísticos para o apoio à fase de recuperação;

Polícia Municipal

Polícia Municipal	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir a segurança (vertente <i>security</i>) de pessoas e bens;▪ Isolamento de áreas;▪ Efetuar ações de vigilância e controlo de tráfego;▪ Proceder à abertura de corredores de emergência/evacuação;	<ul style="list-style-type: none">▪ Reposição da ordem pública;▪ Prevenção de atividades criminosas;▪ Proteção de edifícios e pontos estratégicos;

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar o cumprimento das atribuições previstas na legislação sobre a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional;▪ Autoriza e verifica a entrada de pessoas a bordo de aeronaves;▪ Procede à identificação de cadáveres de cidadãos estrangeiros.	

Instituto Nacional de Medicina Legal – Gabinete Médico-Legal e Forense de Dão-Lafões

INML – GMLeF Dão-Lafões	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar colaboração e assistência especializada na área Médico-Legal e Forense.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar colaboração e assistência especializada na área médico-legal e forense;▪ Assegurar a gestão dos locais de reunião de cadáveres.

Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu

ISS – Centro Distrital de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar o realojamento da população afetada em coordenação com o SMPC;▪ Prestar assistência às populações no âmbito das suas competências.	

Instituições com Fins de Socorro e de Solidariedade

IPSS's que atuam no Município	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Acolhimento temporário de população desalojada;▪ Disponibilização, quando possível e dentro das limitações de cada IPSS, do cadastro atualizado de grupos de risco (idosos sem apoio familiar, inválidos, sem-abrigo) na sua área de abrangência;▪ Colaboração na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento temporário;▪ Participação nas ações de apoio logístico aos operacionais empenhados em ações de proteção e socorro;▪ Participação nas ações de apoio direto à população.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio nas ações de gestão de abrigos temporários e na gestão de campos de deslocados;▪ Participação nas ações de apoio direto à população;▪ Prestação de apoio domiciliário à população afetada.

Casa de Saúde de São Mateus	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
▪ A DEFINIR COM A INSTITUIÇÃO	▪ A DEFINIR COM A INSTITUIÇÃO

Cáritas Diocesana de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
▪ Participação nas ações de apoio social e logístico.	▪ Participação nas ações de apoio social direto à população.

Santa Casa da Misericórdia de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar as ações de socorro, assistência sanitária e social;▪ Acolher, temporariamente, população desalojada;▪ Participação nas ações de apoio logístico aos operacionais;▪ Colaboração na instalação e organização de abrigos e centros de acolhimento temporário;▪ Participação nas ações de apoio direto à população.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio nas ações de gestão de abrigos temporários e na gestão de campos de deslocados;▪ Prestar apoio domiciliário à população desprotegida (com residência).

Organismos responsáveis por:**Florestas e Conservação da Natureza**

ICNF – Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestação de apoio às operações de combate a incêndios florestais;▪ Prestar assessoria técnica e científica ao Posto de Comando;▪ Apoiar com o pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica ao Posto de Comando;▪ Apoiar tecnicamente o rescaldo a incêndios florestais com meios próprios.

Recursos Hídricos

SMAS – Águas de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a capacidade operacional dos serviços constituídos por piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de intervenção na rede;▪ Disponibilização de meios humanos e materiais para a realização de operações dentro da sua área de competência (cortes ou manutenção de serviços);▪ Garantir a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável a serviços e unidades estratégicas, bem como a pontos definidos como essenciais ao consumo pelas populações afetadas;▪ Garantir reservas estratégicas e capacidades para a manutenção da prestação do serviço.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a capacidade operacional dos serviços constituídos por piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de intervenção na rede;▪ Assegurar o controlo de qualidade da água na rede pública;▪ Repor o abastecimento de água aos munícipes.

APA - Administração da Região Hidrográfica do Centro	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a vigilância dos caudais e níveis das barragens de Fagilde e Várzea de Calde;▪ Disponibilizar informação hidrométrica dos rios e albufeiras necessária ao acompanhamento de situações de cheias e seca;▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições.

Ambiente

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições.

Agricultura

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro – Delegação Regional de Viseu	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições;▪ Disponibilização dos seus laboratórios para análises na vertente animal;▪ Controlo de doenças e epidemias animais no seu âmbito de atuação.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições;▪ Disponibilização dos seus laboratórios para análises na vertente animal;▪ Controlo de doenças e epidemias animais no seu âmbito de atuação.

Energia

Eletricidade de Portugal (EDP)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições;▪ Reforçar os meios humanos e materiais;▪ Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de energia elétrica;▪ Acionar os meios disponíveis para ocorrer a situações de emergência, em termos de corte de eletricidade ou restabelecimento de energia elétrica;▪ Fornecimento de geradores para apoio a estruturas críticas em situações de falha de energia elétrica.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar o reforço dos meios técnicos e operacionais;▪ Assegurar a continuidade do serviço de distribuição elétrica.

Galp Energia – Beiragás (Gás Natural)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições;▪ Reforçar os meios humanos e materiais;▪ Assegurar a suspensão do fornecimento de gás, se existir o perigo de explosão;▪ Acionar os meios disponíveis para ocorrer a situações de emergência, no âmbito das suas atribuições;▪ Assegurar o abastecimento das estruturas críticas, caso estejam reunidas as condições de segurança.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições;▪ Assegurar o reforço dos meios técnicos e operacionais;▪ Assegurar a continuidade do serviço de distribuição de gás, caso estejam reunidas as condições de segurança.

Redes Energéticas Nacionais (REN)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições;▪ Reforçar os meios humanos e materiais;▪ Garantir o rápido restabelecimento das redes de transformação, transporte e distribuição de energia.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições;▪ Assegurar o reforço dos meios técnicos e operacionais;▪ Coordenar com a EDP a estabilização dos sistemas de alta e baixa tensão.

Transportes

Serviço de Transportes Urbanos de Viseu – STUV	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilização de meios para a deslocação das populações provenientes de áreas evacuadas para locais a definir;▪ Cedência das instalações para diversos fins de Proteção e Socorro.	<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilização de meios para a deslocação das populações provenientes de áreas evacuadas para locais a definir;▪ Cedência das instalações para diversos fins de Proteção e Socorro.

InfraEstruturas de Portugal (IP)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Garante a constante troca de informações sobre a manutenção e recuperação da rede viária da sua responsabilidade;▪ Promover a reposição das condições de circulação e assegura a proteção das infraestruturas rodoviárias e sua funcionalidade;▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições.	<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilização de meios humanos e materiais para o restabelecimento das condições de circulação;▪ Garante a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade.

Concessionárias Ascendi (A25) e Operscut (A24)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Garante a constante troca de informações sobre a manutenção e recuperação da rede viária da sua responsabilidade;▪ Disponibilização de meios humanos e materiais para a restrição ou restabelecimento das condições de circulação nas áreas concessionadas;	<ul style="list-style-type: none">▪ Garante a constante troca de informações sobre a manutenção e recuperação da rede viária da sua responsabilidade;▪ Disponibilização de meios humanos e materiais para a restrição ou restabelecimento das condições de circulação nas áreas concessionadas;

Comunicações

Portugal Telecom (PT)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a avaliação, manutenção, reforço e restabelecimento das comunicações telefónicas;▪ Colabora na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existentes na zona de sinistro;▪ Garantir a prioridade de restabelecimento de comunicações em estruturas críticas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a manutenção, reforço e restabelecimento das comunicações telefónicas;▪ Garantir a prioridade de restabelecimento de comunicações em estruturas críticas.

Operadoras Móveis (Vodafone, MEO, NOS)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a avaliação, manutenção, reforço e restabelecimento das comunicações móveis;▪ Colabora na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existentes na zona de sinistro;▪ Garantir a prioridade de restabelecimento de comunicações em estruturas críticas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a manutenção, reforço e restabelecimento das comunicações móveis;▪ Garantir a prioridade de restabelecimento de comunicações em estruturas críticas.



Operadora SIRESP	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a avaliação, manutenção, reforço e restabelecimento das comunicações rádio da rede SIRESP;▪ Colabora na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existentes na zona de sinistro;▪ Garantir a prioridade de restabelecimento de comunicações rádio da rede SIRESP em estruturas críticas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a manutenção, reforço e restabelecimento das comunicações rádio;▪ Garantir a prioridade de restabelecimento de comunicações em estruturas críticas.

Radioamadores	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio na radiocomunicação de emergência;▪ Funcionam como observadores que reportam através dos meios rádio para o SMPC informação útil ao acionamento de meios de socorro e salvamento;▪ Asseguram a difusão de informação útil às populações.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoio na radiocomunicação de emergência;▪ Contribuem para o restabelecimento e aumento de espectro das comunicações de emergência;▪ Asseguram a difusão de informação útil às populações.

Órgãos de Comunicação Social (OCS)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Divulgar informação à população da ativação do PMEPCV;▪ Difundir avisos e recomendações à população emanados da CMPC e/ou SMPC.	<ul style="list-style-type: none">▪ Divulgar informação à população sobre o ponto de situação da ocorrência.▪ Difundir avisos e recomendações à população emanados da CMPC e/ou SMPC.

Outros Organismos ou Entidades com dever de colaboração

Corpo Nacional de Escutas	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar apoio social à população afetada;▪ Prestar apoio logístico aos operacionais.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar apoio social à população afetada;▪ Prestar apoio logístico aos operacionais.

Agrupamentos de Escolas de Viseu (Mundão, Viso, Viseu Sul, Viseu Norte, ZUViseu) Escolas Secundárias de Viseu (Alves Martins, Emídio Navarro, Viriato) Escolas de Ensino Profissional	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Evacuação da população escolar em caso de emergência e de acordo com o plano de emergência interno;▪ Contactar os encarregados de educação da população escolar afetada;▪ Disponibilização das instalações para diversos fins (pavilhões gimnodesportivos, cantinas, salas para briefings dos APC, etc.).	<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilização das instalações para diversos fins (pavilhões gimnodesportivos, cantinas, salas para briefings dos APC, etc.).

Restauração	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Colaboração no apoio logístico alimentar às populações afetadas e aos operacionais;	<ul style="list-style-type: none">▪ Colaboração no apoio logístico alimentar às populações afetadas e aos operacionais;

Hotelaria (Empreendimentos Turísticos)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Colaboração no alojamento temporário das populações afetadas pela ocorrência;	<ul style="list-style-type: none">▪ Colaboração no alojamento temporário das populações afetadas pela ocorrência;

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições enquanto entidade competente para elaboração de previsões meteorológicas;▪ Elaboração e difusão das previsões do estado do tempo para o município de Viseu;▪ Emitir avisos meteorológicos sobre as condições atmosféricas desfavoráveis e que possam aumentar o risco de acidentes graves ou catástrofes para a população;▪ Acompanhar a evolução de fenómenos meteorológicos extremos em contacto permanente com o SMPC;	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar assessoria técnica e científica de apoio à decisão no âmbito das suas atribuições enquanto entidade competente para elaboração de previsões meteorológicas;▪ Elaboração e difusão das previsões do estado do tempo para o município de Viseu;▪ Emitir avisos meteorológicos sobre as condições atmosféricas desfavoráveis e que possam aumentar o risco de acidentes graves ou catástrofes para a população;

Assistentes Espirituais e Religiosos / Comunidade Religiosa	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar apoio espiritual e religioso às populações afetadas e a toda a comunidade, em consonância com a liberdade religiosa de cada indivíduo;▪ Colaborar na divulgação de avisos e recomendações à população emanadas pela CMPC/SMPC.	<ul style="list-style-type: none">▪ Prestar apoio espiritual e religioso às populações afetadas e a toda a comunidade, em consonância com a liberdade religiosa de cada indivíduo;▪ Colaborar na divulgação de avisos e recomendações à população emanadas pela CMPC/SMPC.

Empresas de Segurança Privadas	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a proteção de pessoas e bens e a prevenção da prática de crimes e a vigilância dos bens móveis e imóveis aos estabelecimentos industriais, de comércio ou outros aos quais estejam afetos;▪ Apoiar a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, em complemento da atividade das Forças de Segurança, sempre que tais espaços lhe sejam consignados.	<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a proteção de pessoas e bens e a prevenção da prática de crimes e a vigilância dos bens móveis e imóveis aos estabelecimentos industriais, de comércio ou outros aos quais estejam afetos;▪ Apoiar a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, em complemento da atividade das Forças de Segurança, sempre que tais espaços lhe sejam consignados.

Empresas de Bens de 1ª Necessidade	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar logisticamente os operacionais através da disponibilização de bens de 1ª necessidade em colaboração com o SMPC;▪ Colaboração na distribuição de alimentos e outros bens essenciais às populações deslocadas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar logisticamente os operacionais através da disponibilização de bens de 1ª necessidade em colaboração com o SMPC;▪ Colaboração na distribuição de alimentos e outros bens essenciais às populações deslocadas.

Empresas com Maquinaria	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar logisticamente as operações de socorro através da disponibilização de maquinaria complementar às dos APC e em estreita colaboração e coordenação do SMPC.	<ul style="list-style-type: none">▪ Apoiar logisticamente as operações de socorro através da disponibilização de maquinaria complementar às dos APC e em estreita colaboração e coordenação do SMPC.

Empresas de Construção Civil	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilizar os meios necessários para mitigar os efeitos associados à emergência;▪ Colaborar na realização de obras de emergência, como sejam desobstruções de vias, estabilizações e demolições;▪ Apoiar logisticamente, as forças de intervenção no auxílio na operacionalidade às infraestruturas de emergência;▪ Auxiliar na reparação de infraestruturas de comunicação afetadas;	<ul style="list-style-type: none">▪ Auxiliar na reparação de infraestruturas de comunicação afetadas;▪ Colaborar na realização de obras de emergência, como sejam desobstruções de vias, estabilizações e demolições;▪ Apoiar logisticamente, as forças de intervenção no auxílio na operacionalidade às infraestruturas de emergência;

Empresas de Venda de Combustíveis	
Fase de Emergência	Fase de Recuperação
<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilizar combustíveis para as viaturas e maquinaria empregue em ações de emergência.	<ul style="list-style-type: none">▪ Disponibilizar combustíveis para as viaturas e maquinaria empregue em ações de emergência.

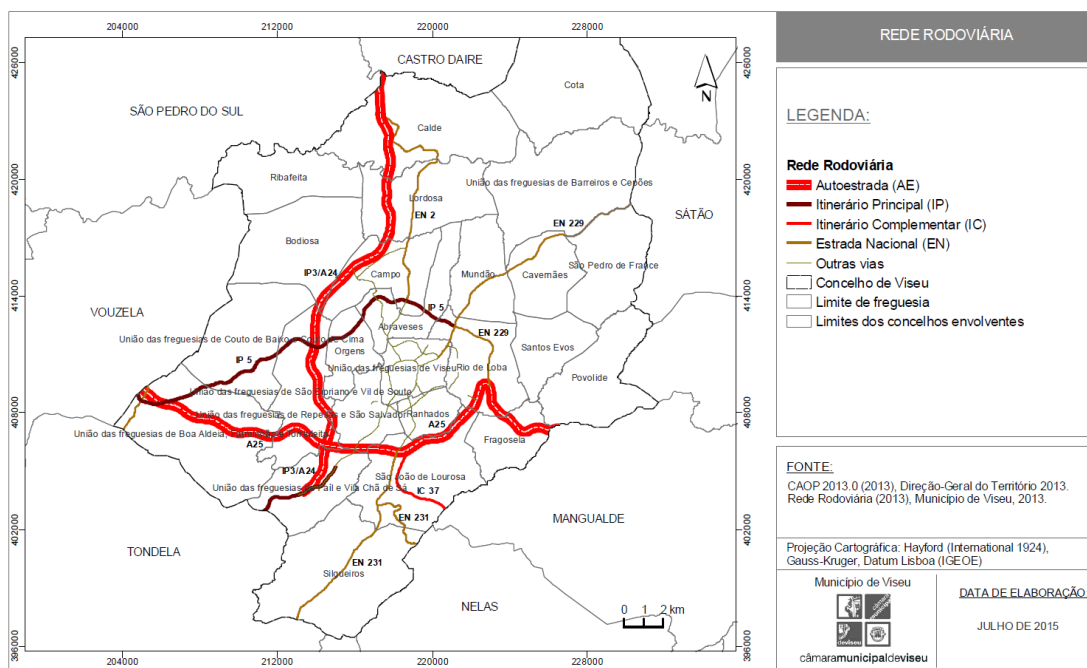
3. Organização

3.1. Infraestruturas de Relevância Operacional

A caracterização das infraestruturas de relevância operacional prende-se com a análise das estruturas que, pela sua importância numa operação de proteção civil, poderão ser consideradas vitais para a prevenção, planeamento, socorro e emergência. Em conclusão, com esta caracterização pretende-se identificar geograficamente os locais onde os riscos podem ocorrer, de modo a permitir alocar os meios materiais e humanos em situação de emergência no intervalo de tempo mais curto possível, mas também dotar os locais mais sensíveis com meios de resposta necessários a minimizar a probabilidade de ocorrência e respetivas consequências (ANPC, 2008).

3.1.1. Infraestruturas rodoviárias

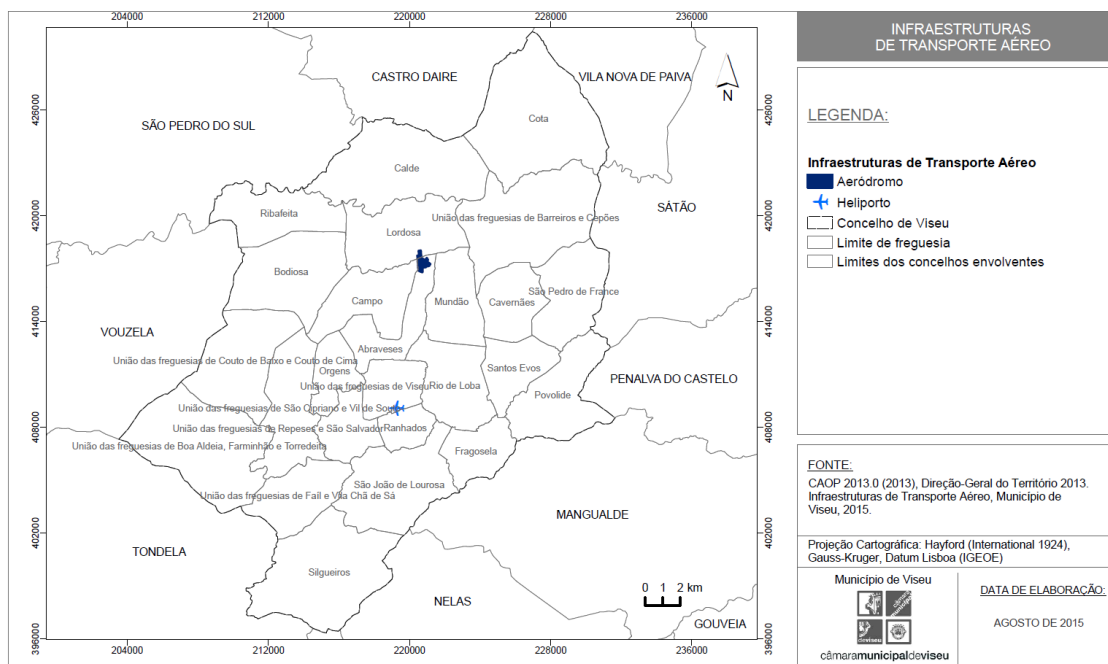
De acordo com o Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do PDM de Viseu, a rede viária do concelho de Viseu encontra-se estruturada por dois grandes eixos, nomeadamente o IP3 (A24) e o IP5 (A25), que asseguram as ligações norte/sul e nascente/poente, respetivamente. Este concelho é ainda servido por um itinerário principal (IC 37) e quatro estradas nacionais, designadamente EN229, EN2, EN 231 e EN16.



Mapa 1-Rede Rodoviária

3.1.2. Infraestruturas de transporte aéreo

O concelho de Viseu dispõe de 1 Aeródromo Certificado (aeródromo no qual se verifica que há cumprimento satisfatório dos normativos aplicáveis) e 1 Heliporto Aprovado (heliporto com restrições operacionais, mas com requisitos de segurança mínimos para a sua utilização para os fins específicos para que foi aprovado) pela Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC).



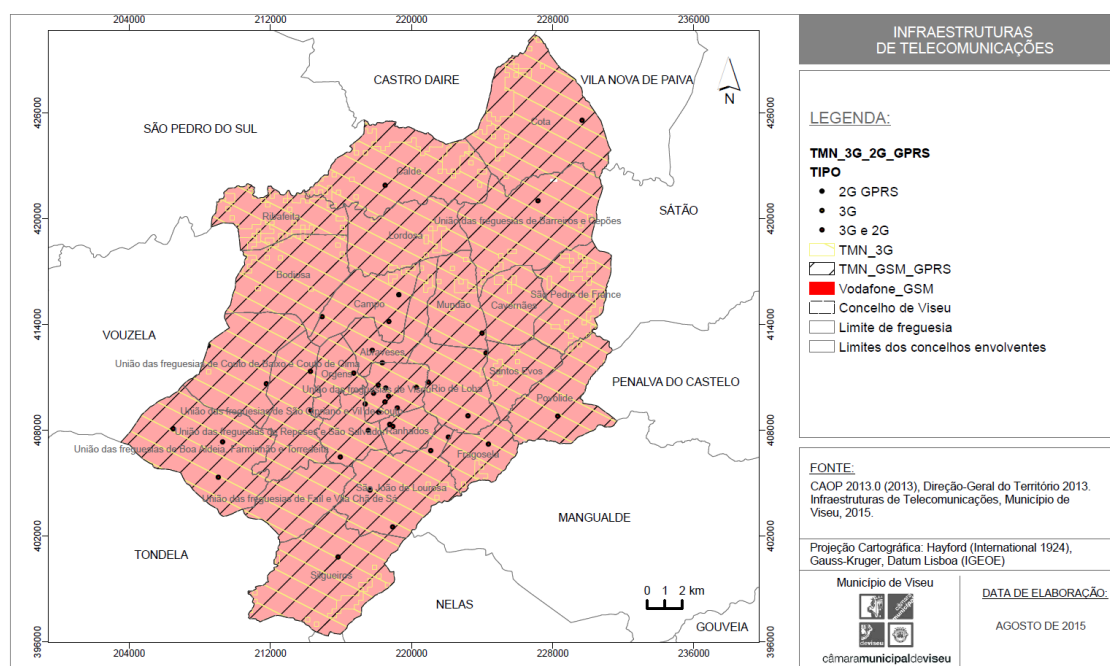
Mapa 2- Infraestruturas de Transporte Aéreo

3.1.2. Infraestruturas de telecomunicações

Tendo em conta que perante uma situação de acidente grave ou catástrofe é de esperar que os meios de telecomunicações utilizados no dia-a-dia possam diminuir ou mesmo perder totalmente as suas capacidades operacionais, torna-se importante conhecer a localização das infraestruturas de telecomunicações existentes no território concelhio.

As telecomunicações de emergência representam um meio fundamental para assegurar o comando, controlo e coordenação das operações de socorro e proteção civil, quer em tempo normal, quer perante uma situação de acidente grave ou catástrofe (ANPC, 2013).

Relativamente às infraestruturas de telecomunicações, no Mapa seguinte encontra-se identificada a localização das antenas de telecomunicação da TMN bem como a cobertura GSM⁵/GPRS⁶ da MEO e a cobertura GSM da Vodafone.



Mapa 3 - Infraestruturas de Telecomunicações

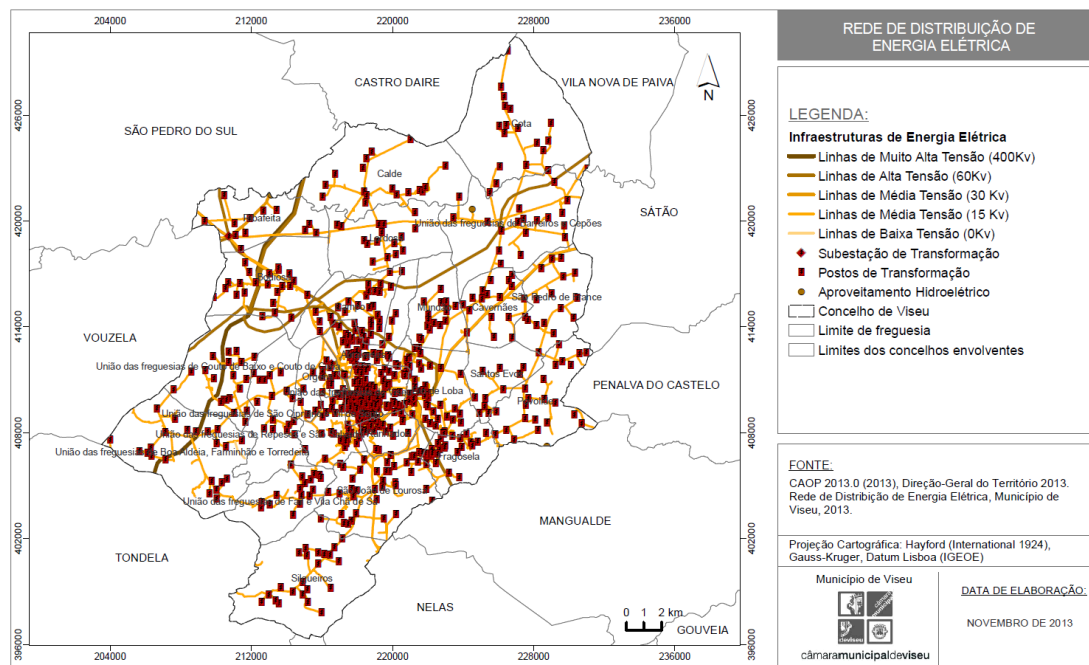
Ainda no que diz respeito às infraestruturas de telecomunicações, importa referir que não se verifica a existência no concelho de Viseu de antenas das redes de emergência (SIRESP, ROB e REPC).

⁵ Global System for Mobile Communications [Sistema de Comunicações Móveis de segunda geração (2G)]

⁶ General Packet Radio Service.

3.1.3. Infraestruturas de energia elétrica

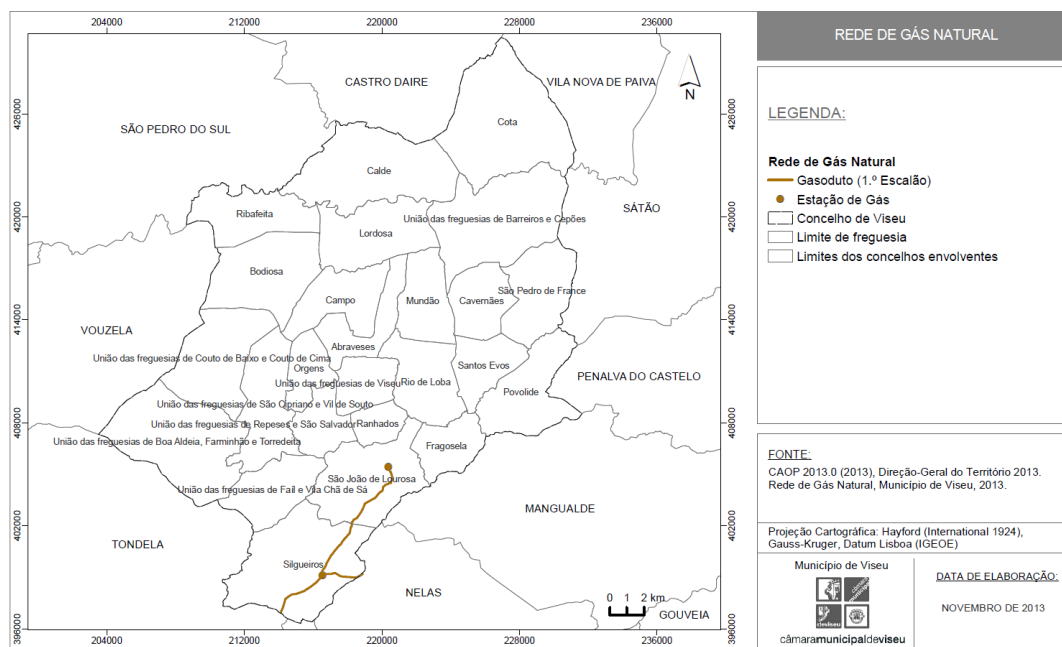
A energia elétrica assume-se como um bem essencial e está sujeita a obrigações de serviço público, as infraestruturas de energia elétrica existentes no concelho de Viseu estão devidamente representadas no Mapa seguinte:



Mapa 4 - Rede de Distribuição de Energia Elétrica

3.1.4. Infraestruturas de gás natural

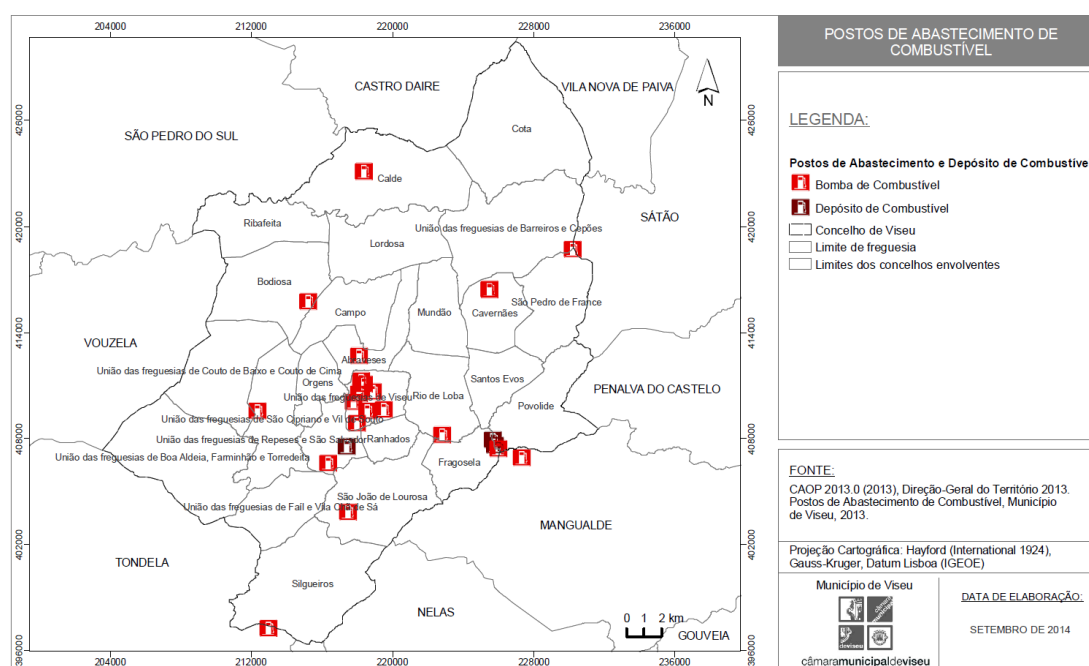
A rede de gás natural do concelho de Viseu encontra-se sob a concessão da Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., que é a distribuidora de gás natural da região Centro Interior, abrangendo vários municípios dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu.



Mapa 5 - Rede de Gás Natural

3.1.5. Postos de abastecimento de combustível

O Município de Viseu é servido por um total de 31 postos de abastecimento de combustível, que se encontram representados cartograficamente a seguir:

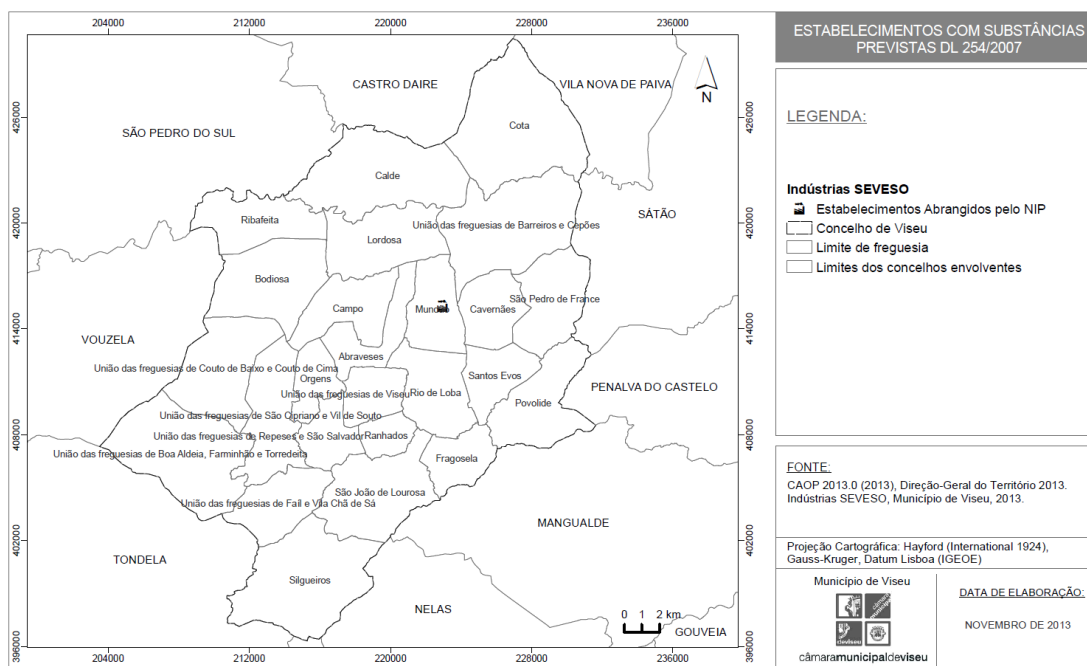


Mapa 6 - Postos de Abastecimento de Combustível

3.1.6. Estabelecimentos industriais perigosos

O Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, transpõe para o direito interno a Diretiva 2003/105/CE e reconfigura o regime de prevenção e controlo de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para o homem e o ambiente. Este aplica-se a todos os estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas na coluna 2 das partes 1 (Sustâncias Designadas) e 2 (Categorias de substâncias ou preparações não designadas especificamente na Parte 1) do anexo I do referido diploma ou a aplicação da regra da adição prevista na nota 4 do mesmo anexo assim o determine. Em função da quantidade e tipologia de substâncias perigosas passíveis de se encontrarem presentes no estabelecimento, este pode enquadrar-se no nível superior ou no nível inferior de perigosidade (APA, 2013).

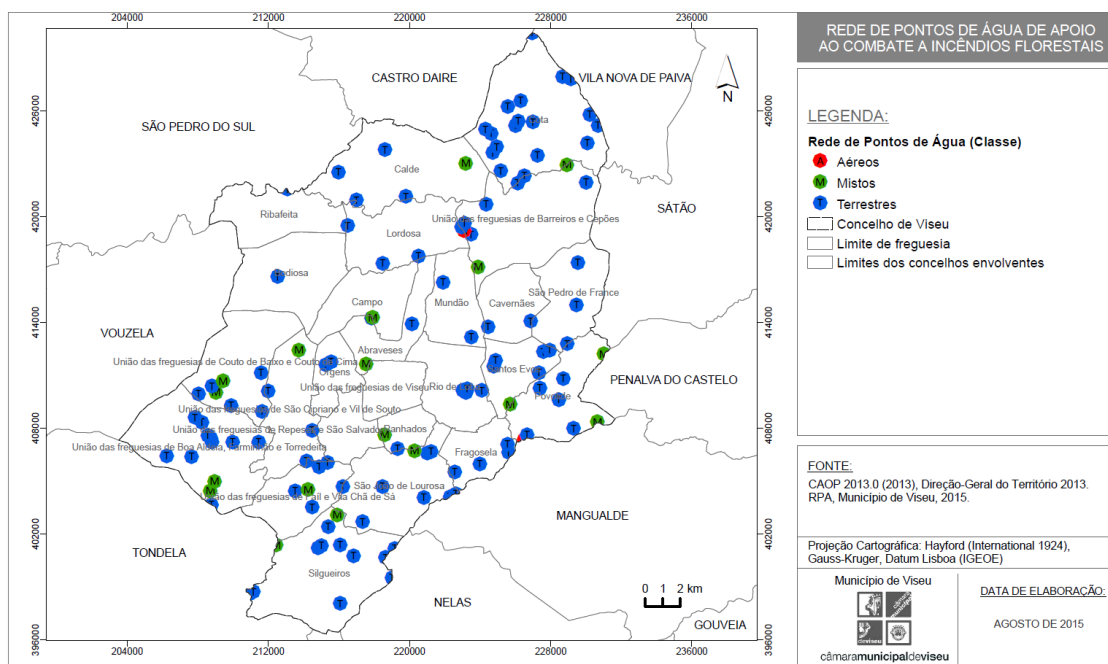
No concelho de Viseu existe 1 estabelecimento abrangido pelo nível inferior de perigosidade do Decreto-Lei n.º 254/2007, designadamente a Rubis Energia Portugal, S.A., sito no Parque Empresarial do Mundão, Lote 18.



Mapa 7 - Estabelecimentos de Nível Inferior de Perigosidade

3.1.7. Rede de pontos de água de apoio ao combate a incêndios florestais

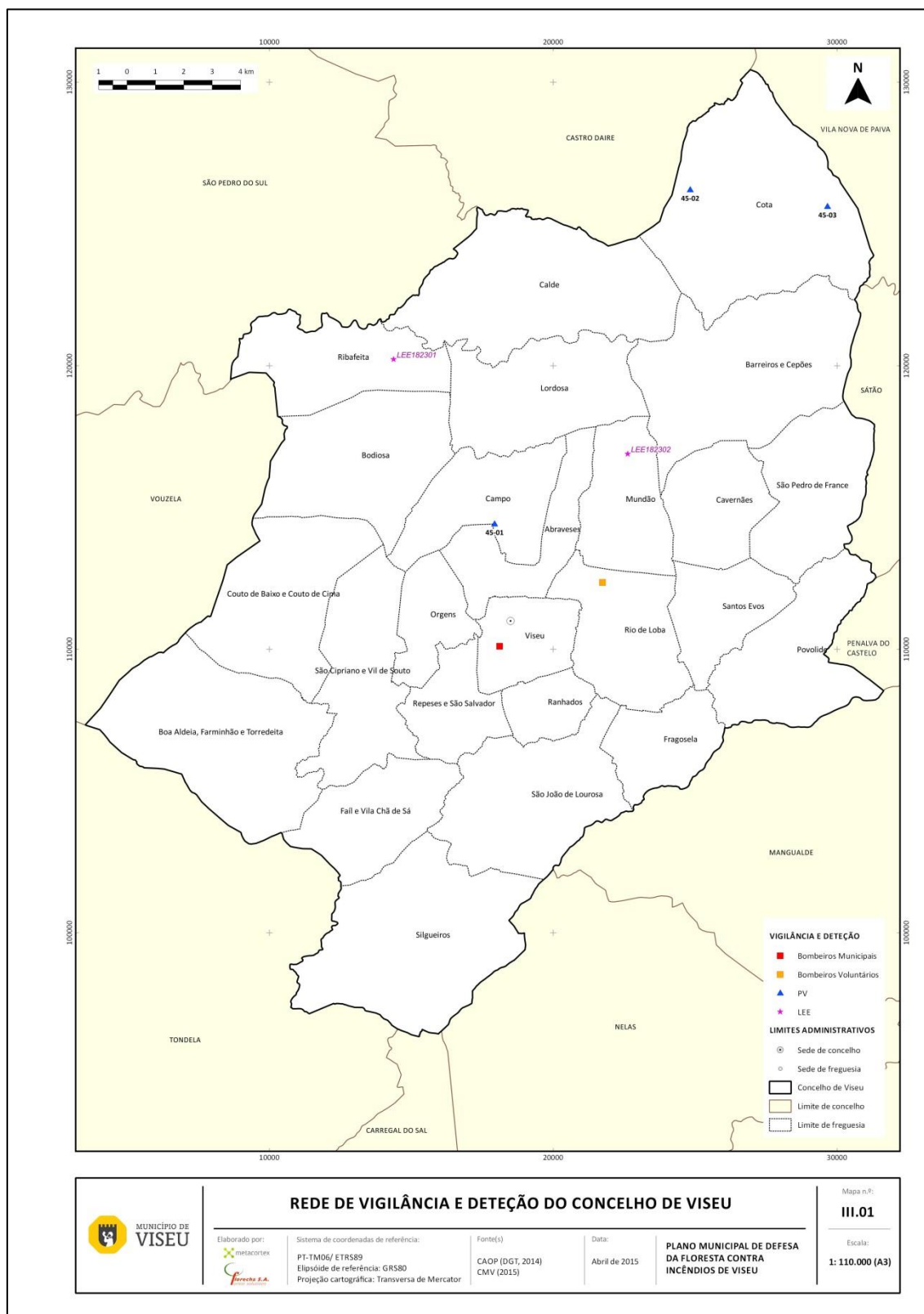
Segundo a definição geral, a rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água. No concelho de Viseu estão inventariados 126 pontos de água, dos quais, 2 aéreos, 18 mistos e 106 terrestres.



Mapa 8 - Rede de Pontos de Água DFCI

3.1.8. Rede de vigilância e deteção de incêndios florestais

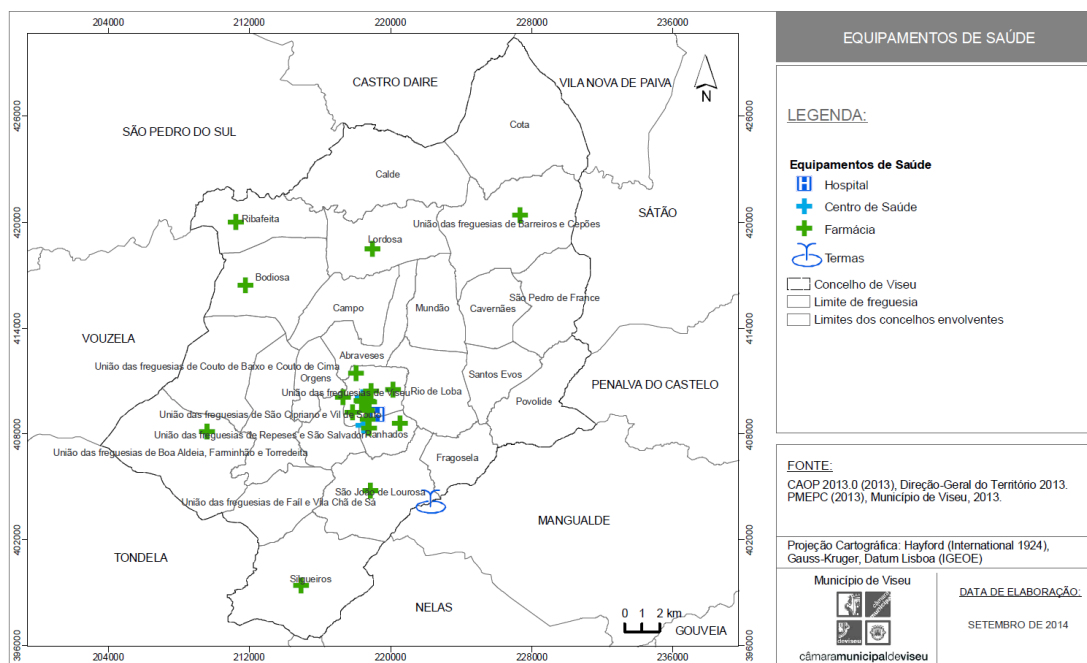
Tal como constante do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:



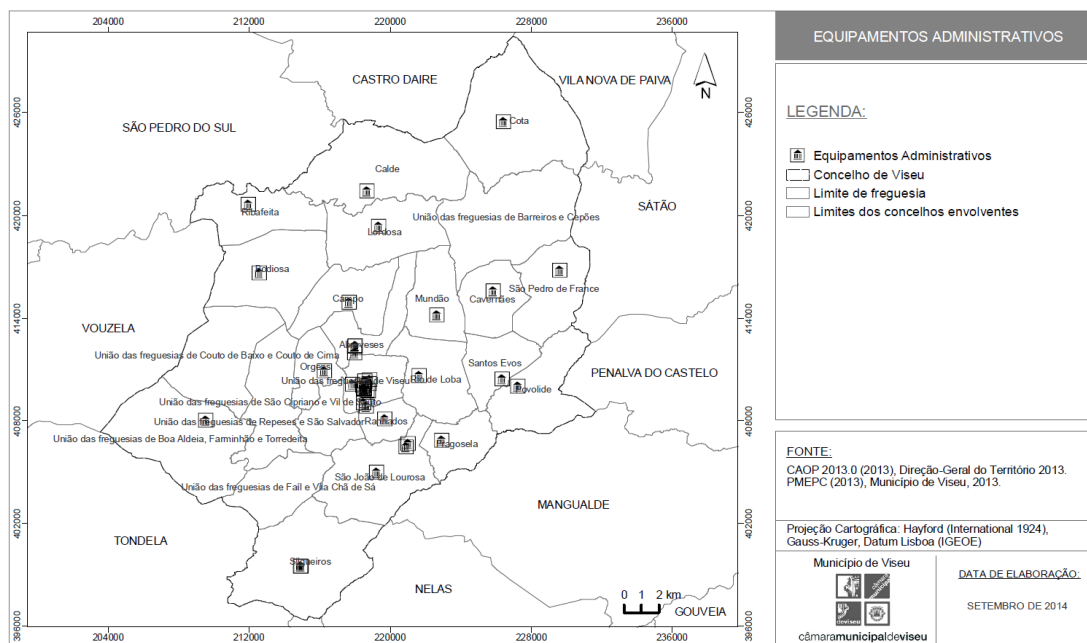
Mapa 9 - Rede Vigilância e Deteção DFCl

3.1.9. Equipamentos vários

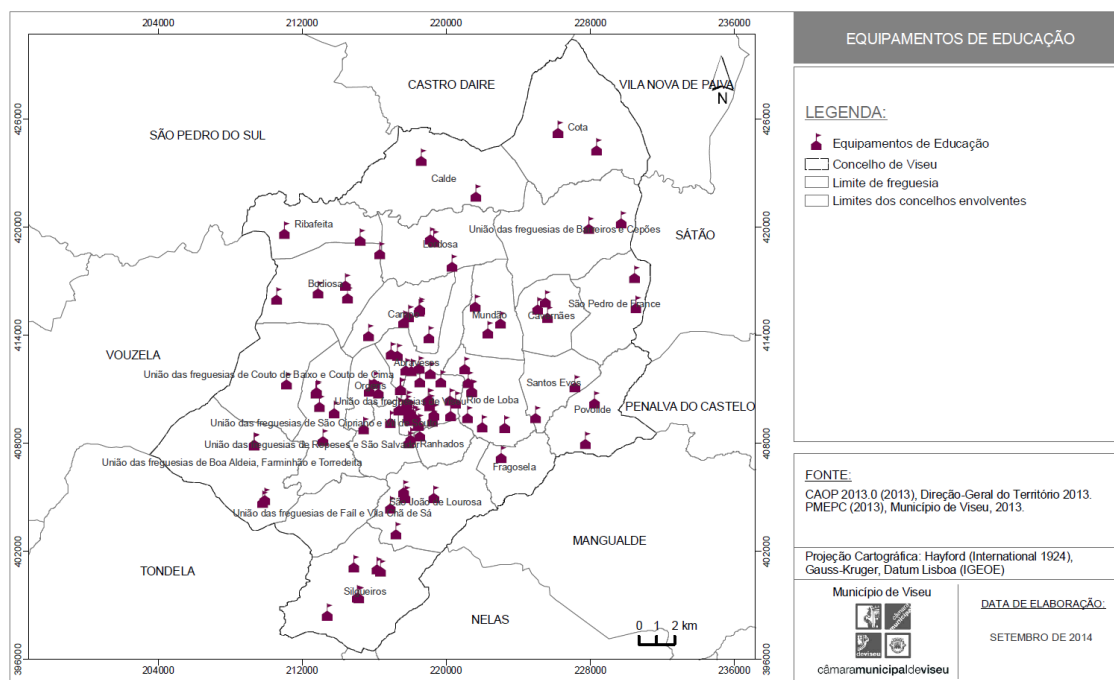
Neste ponto representa-se cartograficamente os elementos com importância para as operações de proteção e socorro.



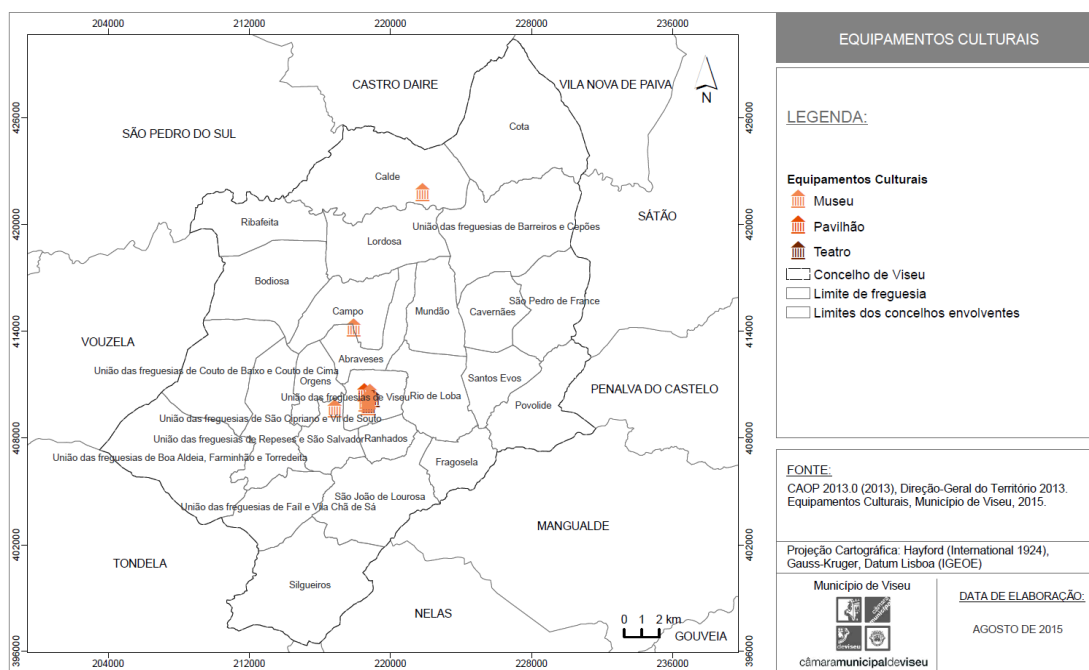
Mapa 10 - Equipamentos de Saúde



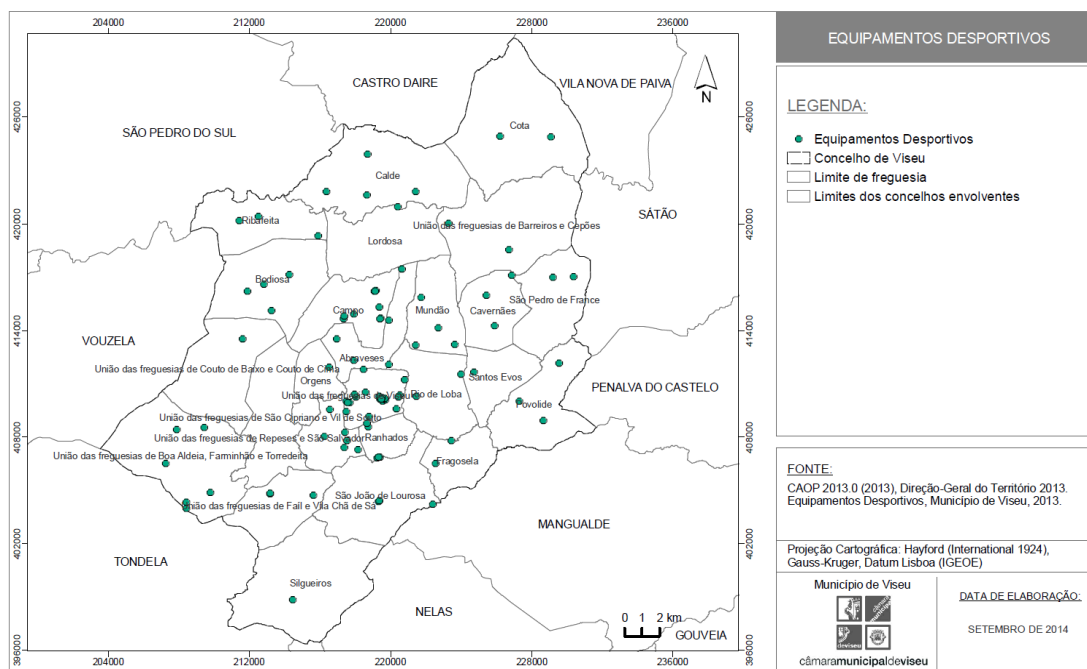
Mapa 11 - Equipamentos Administrativos



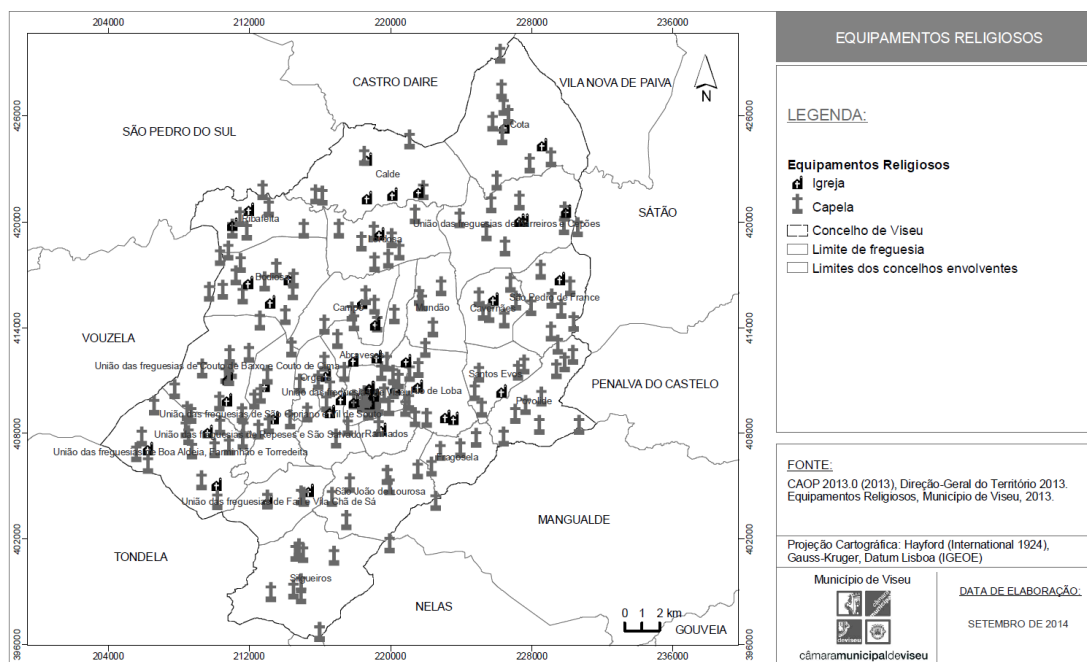
Mapa 12 - Equipamentos de Educação



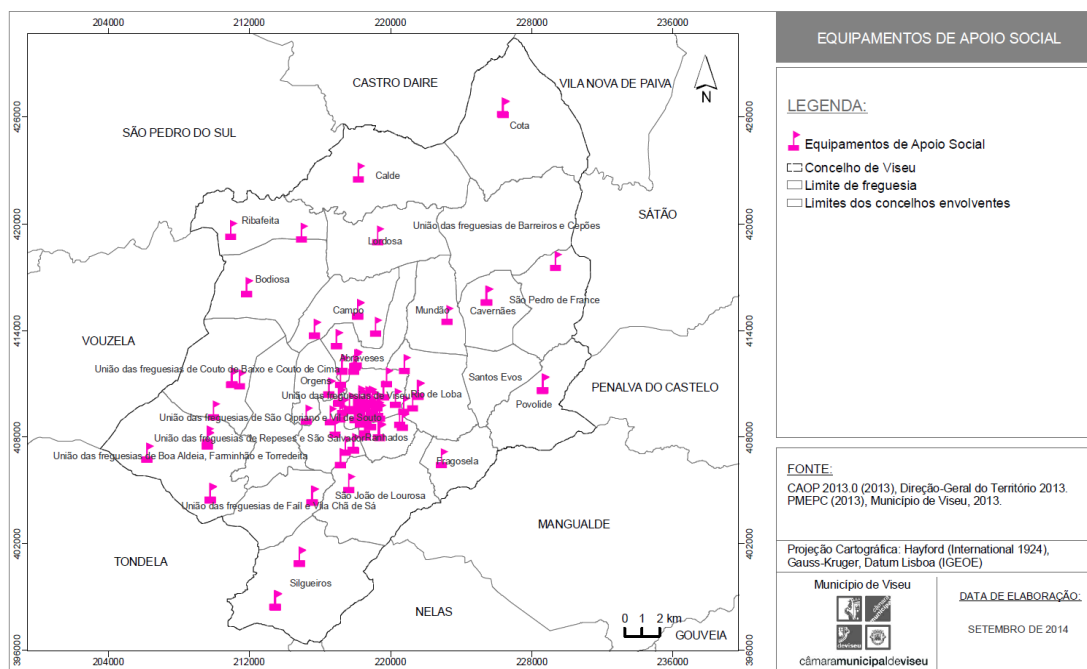
Mapa 13 - Equipamentos Culturais



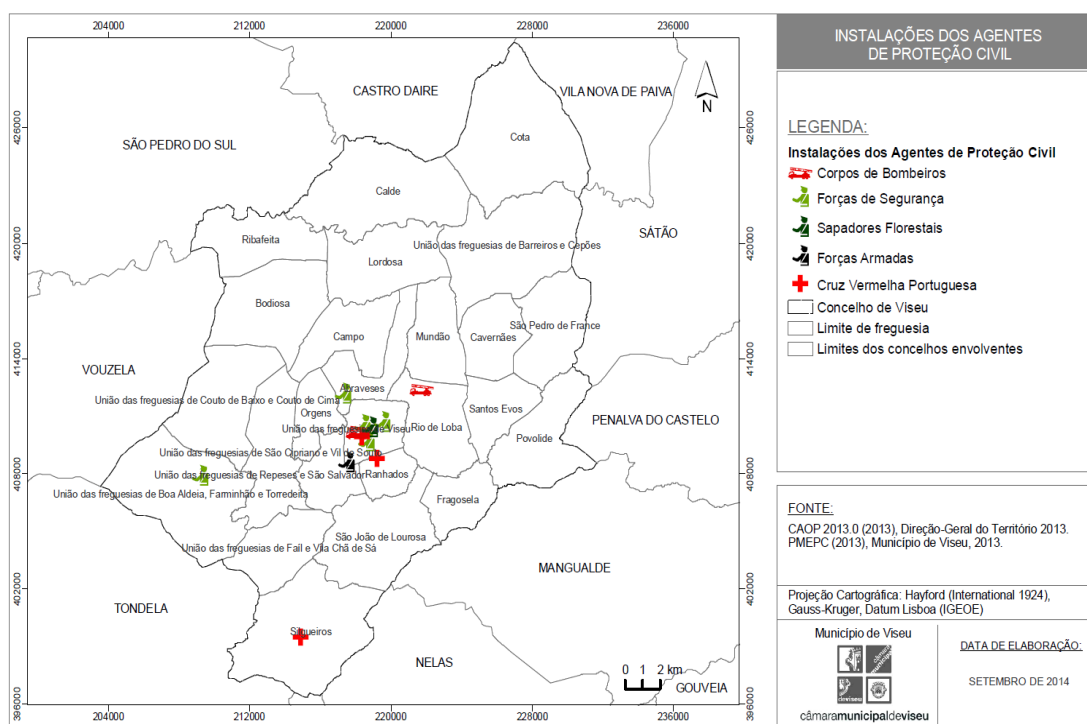
Mapa 14 - Equipamentos Desportivos



Mapa 15 - Equipamentos Religiosos



Mapa 16 - Equipamentos de Apoio Social



Mapa 17 - Instalações APC

3.2. Zonas de Intervenção

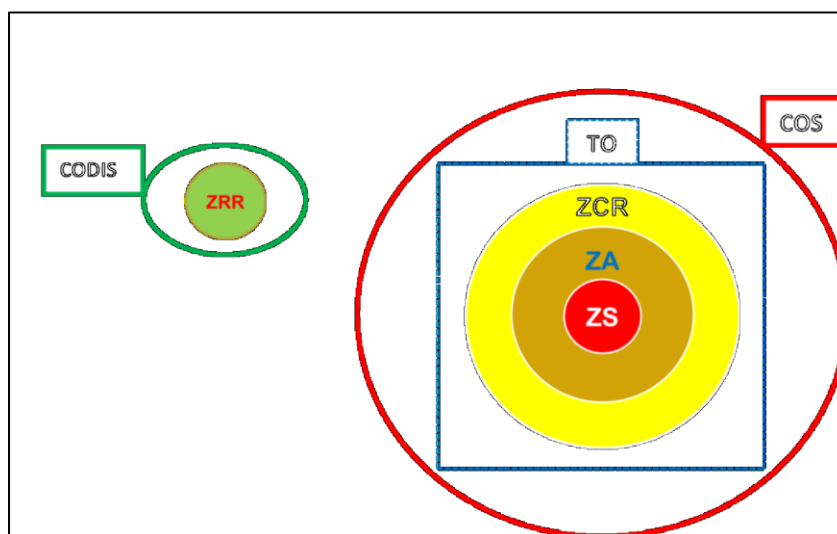
A resposta operacional desenvolve-se na área do Município de Viseu que pode conter Zonas de Intervenção (ZI). Em função das informações obtidas através das ações de reconhecimento e avaliação técnica e operacional, a delimitação geográfica inicial da ZI poderá ser alterada, no entanto e de uma forma geral para efeitos do PMEPCV a ZI coincide com a área do Município de Viseu.

As ZI, de acordo com o SIOPS, caracterizam-se como áreas de configuração e amplitude variáveis e adaptadas às circunstâncias e condições do tipo de ocorrência, podendo compreender Zona de Sinistro (ZS), Zona de Apoio (ZA), Zona de Concentração e Reserva (ZCR) e Zona de Receção de Reforços (ZRR)⁷.

- a. **Zona do Sinistro** – É a superfície na qual se desenvolve a ocorrência, de acesso restrito, onde se encontram exclusivamente os meios necessários à intervenção direta e com missão atribuída, sob a responsabilidade do COS. A ZS permite a definição clara da responsabilidade de comando e controlo sob a responsabilidade exclusiva do COS.
- b. **Zona de Apoio** – É uma zona adjacente à ZS, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios em operação e onde estacionam meios de intervenção para resposta imediata.
- c. **Zona de Concentração e Reserva municipal (ZCRmun)** – É uma zona do teatro de operações onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata e onde se mantém o sistema de apoio logístico às forças de intervenção. A concentração de recursos pedidos através da CMPC deverá ser feita nesta área, sendo que o CPCM/COM é responsável pela coordenação tática desta Zona. As localizações preferenciais para a ZCRmun são:
 - a. Aeródromo Municipal de Viseu
 - b. Regimento de Infantaria 14
 - c. Pavilhão Multiusos e Campo de Viriato
 - d. Quartel dos Bombeiros Municipais de Viseu
 - e. Quartel dos Bombeiros Voluntários de Viseu
- d. **Zona de Receção de Reforços (ZRR)** – É uma zona de controlo e apoio logístico, sob a responsabilidade do Comandante Operacional Distrital de Viseu, para onde se dirigem os meios de reforço atribuídos pelo CCON antes de atingirem a ZCR no Teatro de Operações. A ZRR só será ativada quando a magnitude de ocorrência for de âmbito Distrital ou Nacional, no entanto é de todo pertinente que esta seja constante do PMEPCV. No PMEPCV as ZRR distritais estão definidas em:

⁷ Art.18º Decreto-Lei 72/2013 de 31 de maio

- a. Base de Apoio Logístico de Mangualde (Bombeiros Voluntários de Mangualde);
- b. Quartel dos Bombeiros Voluntários de St. Comba Dão.



(Pt.15 Art.º3 Despacho n.º 3551/2015 – Sistema de Gestão de Operações)

3.3. Mobilização e Coordenação de Meios

A mobilização de meios será prioritariamente efectuada com recursos a meios públicos e/ou privados existentes no município, que atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas Áreas de Intervenção. Os critérios fundamentais para a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, são os seguintes:

- Utilizar meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Preferência na utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Obedecer a critérios de proximidade e de disponibilidade na utilização de meios e recursos, privilegiando os meios existentes nas freguesias menos afectadas pelo acidente grave ou catástrofe.

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio serão colocados à disposição do Posto de Comando municipal que fará a gestão destes de acordo com as necessidades. O inventário dos meios e recursos encontra-se na Parte III deste Plano (Inventário de Meios e Recursos). A mobilização e requisição de recursos e equipamentos deverão ser feitas através do modelo de requisição constante na Parte III.

3.4. Notificação Operacional

A notificação operacional rege-se a três níveis:

- I. Notificação do SMPC para o exterior;
- II. Notificação à CMPC;
- III. Notificação da CMPC para o exterior.

Em caso de receção de informação acerca de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o SMPC desencadeia um conjunto de notificações operacionais com o objetivo de intensificar as acções preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências.

No nível I, o SMPC, assume-se como o elo de ligação entre o CDOS e os meios de difusão local de informação (Serviços Municipais, Agentes de Proteção Civil, Organismos e Entidades de Apoio, Juntas de Freguesia, População, Média), difundindo os alertas e avisos provenientes das entidades competentes. O SMPC terá uma dupla função neste nível, o de receção das notificações operacionais por parte do escalão superior e posterior difusão. Agindo também como agente produtor de informação para o escalão imediatamente superior.

No nível II, o SMPC, após solicitação do Diretor do PMEPCV comunica a todos os membros da CMPC a necessidade de convocação extraordinária e no mais curto espaço de tempo possível, utilizando para isso os contactos preferencialmente móveis, constantes na Parte III do presente plano.

No nível III, a CMPC, apoiada no SMPC, difunde a informação ao CDOS, aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio julgados pertinentes face à tipologia de ocorrência que desencadeou o referido estado de alerta e atenta a gravidade e dimensão da ocorrência e a sua tipologia específica. No caso de activação do PMEPCV, a informação pertinente será disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes pelos meios apropriados (rede telefónica fixa e móvel, correio eletrónico, etc.).

4. Áreas de Intervenção

Neste ponto do PMEPCV pretende-se a apresentação das dez áreas de intervenção consideradas como básicas na organização geral das operações de proteção e socorro desencadeadas aquando da ativação do presente plano:

1. Gestão administrativa e financeira
2. Reconhecimento e Avaliação
3. Logística
4. Comunicações
5. Informação Pública
6. Confinamento e/ou evacuação
7. Manutenção da ordem pública
8. Serviços médicos e transporte de vítimas
9. Socorro e salvamento
10. Serviços mortuários

Para cada uma destas áreas de intervenção é identificada as prioridades de ação, a estrutura de coordenação e a constituição e missão dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos organismos e entidades de apoio intervenientes. Paralelamente será também incluído o procedimento interno necessário para a operacionalização da área de intervenção em causa.

Este tipo de organização da resposta irá permitir uma rápida e coordenada ação de resposta à emergência, resposta essa que é evolutiva, tendo em conta a:

- Prioridade de ação;
- Estrutura de coordenação.

Cada uma destas áreas poderá ser ativada em função de três aspetos:

- A natureza do evento que levou à ativação do PMEPCV;
- As necessidades operacionais que a ocorrência evidenciou;
- A evolução da resposta operacional.

4.1. Gestão Administrativa e Financeira

A área de gestão administrativa e financeira estabelece os procedimentos inerentes à coordenação e mobilização dos meios e recursos necessários ao cabal cumprimento dos procedimentos plasmados no presente PMEPCV, aquando da sua ativação.

Esta área tem como principais funções:

- Gestão financeira e de custos;
- Supervisão das negociações contratuais;
- Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos;
- Gestão dos processos de seguros.

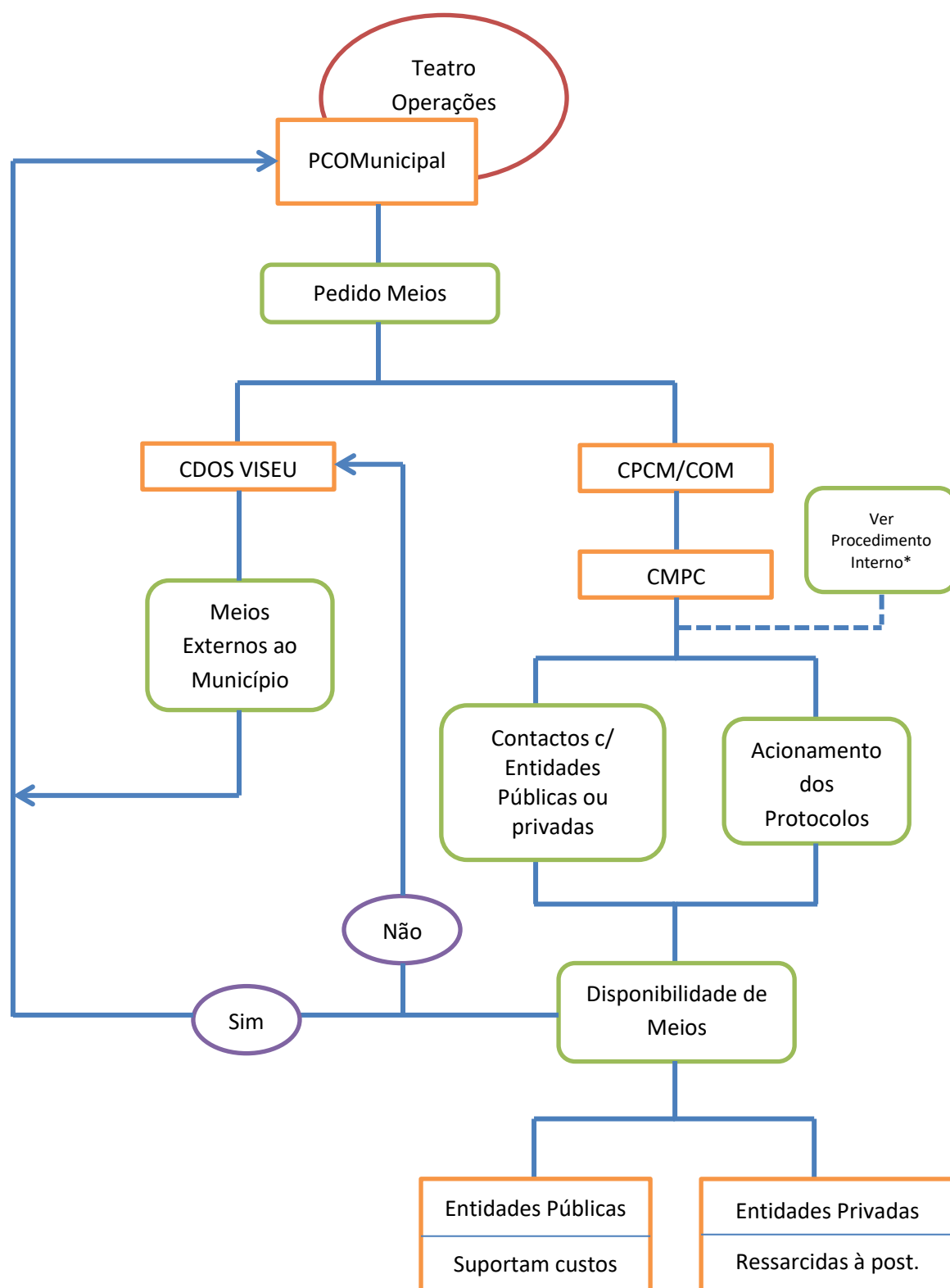
Para que as ações de resposta em caso de emergência tenham a eficácia de nível expectável torna-se importante definir previamente os meios e recursos a usar, assim como a manutenção dos contactos com as entidades detentoras desses meios e recursos. Estes meios e recursos serão preferencialmente municipais, no entanto e tendo em conta a dimensão e tipologia da ocorrência, os meios municipais/públicos poderão não ser suficientes para fazer face às necessidades. Daí que se deva ter em conta a necessidade de recorrer a equipamentos diversos pertencentes a entidades privadas. Não obstante, os meios e recursos requeridos devem, tal como plasmado no artigo 10º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, devem adequar-se ao objetivo e deve ser dada a preferência à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados. A utilização destes será determinada segundo critérios de proximidade e de disponibilidade.

A aquisição de bens e serviços será feita nos termos legais por requisição da CMPC, sendo que a liquidação das despesas é da responsabilidade da Câmara Municipal de Viseu. Cabe também a cada entidade interveniente e entidade interveniente de apoio, sejam elas de âmbito público ou âmbito privado, aquando da ativação do PMEPC a responsabilidade na remuneração dos seus funcionários, assim como todas as despesas realizadas em operações de proteção e socorro. Eventuais comparticipações serão determinadas de acordo com o que vier a ser estabelecido superiormente.



Gestão Administrativa e Financeira	
Coordenação Câmara Municipal de Viseu/ CMPC	Responsável: CMV DRHFM Substituto: --
Entidades Intervenientes	Câmara Municipal de Viseu
	Juntas de Freguesia
	Agentes de Proteção Civil
	Santa Casa da Misericórdia de Viseu
	Cruz Vermelha Portuguesa
	Agrupamentos de Escolas do Município de Viseu
	Centro Hospitalar Tondela-Viseu
	ACES Dão Lafões
	Autoridade de Saúde do Município
	Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu
Entidades Intervenientes de Apoio	Empresas com maquinaria
	Empresas de bens de 1ª necessidade
	Empresas de construção civil
	Empresas de venda de combustível
	CDOS Viseu
	Regimento de Infantaria 14
	Instituições com Fins de Socorro e de Solidariedade do município
	Organismos responsáveis pelo setor energético implantados no município
	Organismos responsáveis pelos transportes no município
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Assegurar a gestão administrativa e financeira dos meios e recursos necessários à intervenção;○ Garantir a utilização racional e eficiente dos meios e recursos disponíveis;○ Supervisionamento das negociações contratuais dos meios externos;○ Gestão dos processos de seguros;○ Acionamento dos protocolos elaborados com as entidades externas detentoras dos meios e recursos necessários às operações de proteção e socorro;○ Gestão dos tempos de utilização de cada meio;○ Identificação dos modos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos necessários às operações de proteção e socorro;○ Manter atualizada a relação de meios e recursos empenhados e disponíveis.

Procedimentos e Instruções de Coordenação





Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

Gestão de Meios	Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e às entidades de apoio serão colocados à disposição do Posto de Comando Municipal, que os afetará de acordo com as necessidades;
	Deverá ser dada preferência à utilização de meios e recursos públicos (ou detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização) sobre a utilização de meios e recursos privados;
	Os pedidos de reforço de meios só serão considerados válidos quando apresentados pela respetiva cadeia de comando de nível municipal;
Gestão de Pessoal	O PCMun. em estreita ligação com o CPCM/COM e CMPC é responsável pela coordenação de todos os meios a empenhar na sua área de intervenção;
	A mobilização de pessoal pertencente a organismos ou entidades públicas rege-se de acordo com o previsto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
	No decorrer das operações, as estruturas dos Agentes de Proteção Civil, entidades intervenientes, entidades intervenientes de apoio e demais entidades deverão acautelar os períodos de descanso e a rotatividade dos seus recursos humanos;
	O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deverá ser coordenado pelo SMPC para apoiar as diferentes áreas de intervenção, caso se verifique necessário;
	O SMPC será responsável pela logística inerente às necessidades do pessoal voluntário empenhado em missões atribuídas por esta entidade.
Gestão de Finanças	A gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização serão assegurados por cada Agente de Proteção de Civil, por cada entidade interveniente e por cada entidade interveniente de apoio;
	A supervisão das negociações contratuais e a gestão dos processos de seguros do pessoal afeto ao município são da responsabilidade da CMViseu;
	Todas as despesas realizadas durante a fase de emergência e de reabilitação (relacionadas com combustíveis, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário e maquinaria de engenharia, construção e obras públicas) são da responsabilidade dos serviços e agentes de proteção civil e demais entidades intervenientes;
	O pessoal integrado nos serviços, agentes e entidades constantes deste PMEPCV, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicados, de qualquer forma, os seus direitos;
	Na necessidade de recurso a meios privados, a gestão financeira associada à requisição dos mesmos será assegurado pela CMViseu;
	Caso seja declarada a Situação de Calamidade por parte do Governo na área integrante do município, a autarquia poderá candidatar-se a auxílios financeiros, conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de setembro para além do recurso ao Fundo de Emergência Municipal, gerido pela DGAL. Neste mesmo ponto, poderá também a autarquia articular-se com a ANPC no sentido de recorrer à Conta de Emergência titulada por esta, de acordo com o Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho;
	A CMViseu poderá criar e gerir uma Conta de Apoio de Emergência, na qual poderá receber donativos por parte de particulares e entidades privadas, sendo os mesmos utilizados para suportar os custos associados às ações de emergência e reabilitação.

*Procedimentos e Instruções Internos			
Pedido de Meios/Serviços (Gerais)	Introdução		
	A tipologia dos meios solicitados prende-se com meios ou serviços necessários e imprescindíveis às operações de emergência;		
	O pedido de meios pressupõe que o PMEPCV se encontra activado e consequentemente a CMPC se encontra reunida e em funcionamento, sendo que nos casos em que é feito um pedido de meios e o PMEPCV não se encontre activado, a figura da CMPC é substituída pelo SMPC.		
Procedimento			
	Pedido de meios ou serviços por parte do PCMun;		
	Pedido recebido pelo CPCM/COM;		
	CPCM/COM transmite pedido à CMPC ou em caso de não activação do PMEPCV, directamente ao SMPC*;		
	CMPC ou SMPC* efetua os contactos com as entidades públicas ou privadas com vista à disponibilização do equipamento pretendido;		
	Para os contactos referidos no ponto anterior, deverá ser utilizada a listagem de meios e recursos integrantes da Parte III do presente Plano. Preferencialmente deverá ser usado equipamento constante dos meios ou serviços disponibilizados pela CMViseu:		
	Equipamentos Mecânicos	Avaliação de Estruturas	Sinalização de Vias/Estruturas
	CMV DOMA DAT	CMV DPGU 2 Técnicos-Superiores + 1 Técnico	CMV Águas de Viseu Brigada ou CMV DOMA DEO Brigada Sinalização ou CMV Polícia Municipal
	Limpezas Inundações (em apoio)	Pequenas Obras (Vias)	Transportes Públicos
	CMV DOMA DAT	CMV DOMA DEO Brigada Vias	CMV DPDC
	Necessidade de Realojamento de População	Necessidade de Alimentação à População	
	CMV GASSF Coordenação com Instituto Seg. Social	CMV GASSF Coordenação com Instituto Seg. Social	
	Se não for possível a disponibilização do material necessário recorrendo ao ponto anterior, e se o equipamento for constante do protocolo firmado pela CMViseu referente à disponibilização de máquinas de terraplanagem de aluguer, este mesmo protocolo deverá ser activado pelas vias internas (CMV DOMA DEO): Retroescavadora; Camião; Motoniveladora; Cilindro.		
	Se não for possível a disponibilização do material necessário recorrendo aos pontos anteriores, deverá ser consultada a <u>listagem de meios e recursos privados de aluguer</u> constantes da Parte III do presente;		
	Se não for possível a disponibilização do material necessário recorrendo aos três procedimentos anteriores, deverão ser efectuados contactos informais com eventuais empresas que disponibilizem os equipamentos ou serviços requeridos;		
	Se não for possível a disponibilização do material com base nos procedimentos anteriores, deverá a CMPC ou SMPC* solicitar ao patamar distrital (CDOS Viseu) o equipamento requerido pelo PCMun.		
	*sempre que o PMEPCV não seja activado		

4.2. Reconhecimento e Avaliação

O Reconhecimento e Avaliação da situação, assume-se como uma peça fundamental para um correto apoio à decisão por parte da autoridade política. O reconhecimento poderá ser feito a dois níveis:

- i. **Equipa de Reconhecimento e Avaliação de Situação Municipal (ERASmun)** – Esta equipa de âmbito municipal tem como finalidade efectuar uma rápida avaliação da situação em causa e um reconhecimento do local do sinistro, reportando directamente ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu e ao Comandante das Operações de Socorro. O objetivo da ERASmun é fornecer informação que seja fator determinante para o accionamento dos meios complementares de intervenção e apoio à decisão.
- ii. **Equipa de Avaliação Técnica Municipal (EATmun)** – Esta equipa de âmbito municipal tem como finalidade o reconhecimento e avaliação da estabilidade e operacionalidade das estruturas, comunicações e redes, a segurança do pessoal empenhado nas acções de proteção e socorro e das populações e o restabelecimento das condições mínimas de suporte às populações. O objetivo das EATmun é fornecer informação técnica ao Presidente da CMV acerca das condições operacionais das infraestruturas.

4.2.1. Equipa de Reconhecimento e Avaliação de Situação Municipal

Equipa de Reconhecimento e Avaliação de Situação Municipal	
Coordenação Presidente CMV/SMPC/CMPC	Responsável: Coordenador SMPC Substituto: BMV ou Policia Municipal
Entidades Interveniante	CMV
	SMPC
	BMV
	PM
Entidades Intervenientes de Apoio	CDOS Viseu
	BVV
	GNR
	PSP
	CVP
	Juntas de Freguesia
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Percorrer a zona afetada;○ Fazer um ponto de situação ao Presidente da CMV e SMPC;○ Fazer um ponto de situação operacional com o COS;○ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação;○ Propor os meios e recursos mais adequados para lidar com a emergência;○ Outras missões atribuídas pelo Presidente da CMV ou SMPC.
Procedimentos e Instruções de Coordenação	
<p>Esta equipa de âmbito municipal tem como finalidade efectuar uma rápida avaliação da situação em causa e um reconhecimento do local do sinistro, reportando directamente ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu e ao Comandante das Operações de Socorro. O objetivo da ERASmun é fornecer informação que seja fator determinante para o accionamento dos meios complementares de intervenção e apoio à decisão.</p> <p>A ERASmun tem como missão percorrer a zona afetada, por via terrestre e recolher toda a informação disponível sobre as consequências do evento em causa, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento e avaliação de:</p> <ul style="list-style-type: none">○ Situações urgentes ou emergentes;○ Locais com maiores danos no edificado;○ Locais com maior número de sinistrados;○ Estabilidade de vertentes;○ Estabilidade e operacionalidade das infra-estruturas;○ Núcleos habitacionais isolados;○ Pessoas isoladas;○ Eixos rodoviários de penetração para a zona de intervenção.	

Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

A ERASmun é uma equipa constituída por, no mínimo 2 elementos afetos à CMV/SMPC a designar de acordo com a missão específica atribuída. Esta equipa depende hierárquica e funcionalmente da Presidência da CMV, a quem compete accionar e designar, em caso de necessidade, a constituição desta.

De forma a garantir o sucesso da missão, a ERASmun deverá ser equipada com:

- Meio de transporte adequado;
- Equipamento de comunicação móvel e rádio: telemóvel e rádio SIRESP;
- Equipamento de Proteção Individual;
- Equipamento informático (computador portátil ou tablet com facilidade de acesso à internet);
- Equipamento fotográfico;
- Equipamento de georreferenciação;
- Cartografia municipal.

4.2.2. Equipa de Avaliação Técnica Municipal

Equipa de Avaliação Técnica Municipal

Coordenação Presidente CMV/SMPC/CMPC	Responsável: Diretor de Departamento: DPGU ou DOMA Substituto: --
Entidades Interviente	CMV SMPC Entidades gestoras de redes e sistemas
Entidades Intervinentes de Apoio	CDOS Viseu BMV BVV GNR PSP CVP Juntas de Freguesia
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Percorrer a zona afetada;○ Fazer um ponto de situação específico sobre operacionalidade das infraestruturas ao Presidente da CMV, SMPC e COS;○ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação;○ Propor os meios e recursos mais adequados para lidar com a emergência;○ Outras missões atribuídas pelo Presidente da CMV ou SMPC.



Procedimentos e Instruções de Coordenação

Esta equipa de âmbito municipal tem como finalidade o reconhecimento e avaliação da estabilidade e operacionalidade das estruturas, comunicações e redes, a segurança do pessoal empenhado nas acções de proteção e socorro e das populações e o restabelecimento das condições mínimas de suporte às populações. O objetivo das EATmun é fornecer informação técnica ao Presidente da CMV acerca das condições de operacionalidade das infraestruturas. Esta função será necessária para a triagem das necessidades e priorização das situações.

Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

A EATmun é uma equipa constituída por, no mínimo 2 elementos, afetos à CMV/SMPC com capacidade técnica para avaliação de condições de infraestruturas a designar de acordo com a missão específica atribuída. Esta equipa depende hierárquica e funcionalmente da Presidência da CMV, a quem compete accionar e designar, em caso de necessidade, a constituição desta.

De forma a garantir o sucesso da missão, a ERASmun deverá ser equipada com:

- Meio de transporte adequado;
- Equipamento de comunicação móvel e rádio: telemóvel e rádio SIRESP;
- Equipamento de Proteção Individual;
- Equipamento informático (computador portátil ou tablet com facilidade de acesso à internet);
- Equipamento fotográfico;
- Equipamento de georreferenciação;
- Equipamento diverso de sinalização de infraestruturas (tinta, spray, etc.)
- Cartografia municipal.

***Procedimentos e Instruções Internos**

Tendo em conta o nível técnico expectável para a constituição de uma EATmun, deverá ser considerada a incorporação dos técnicos da zona correspondente da CMV|DPGU e técnicos da CMV|DOMA|DEO para a formação desta(s) equipas. A constituição da equipa será definida diretamente pelo Diretor do Plano ou Vereador em substituição deste, junto de cada Diretor de departamento da CMV.

4.3. Logística

O apoio logístico às operações tem como finalidade assegurar as condições essenciais de sustentação da globalidade da operação, assim sendo divide-se em dois grupos principais:

- I. **Apoio logístico às forças de intervenção** – O apoio logístico às forças de intervenção para a prossecução das atividades de proteção e socorro, tem como objetivo a identificação dos recursos necessários a fim de suprir as necessidades existentes em cada teatro de operações;
- II. **Apoio logístico às populações** – Nas prioridades de ação no apoio logístico às populações encontra-se a ativação de Zonas de Concentração e Alojamento das Populações (ZCAP) e toda a logística inerente à ativação das diversas valências desta área. O transporte da população em caso de necessidade de evacuação para estes locais será também considerado neste ponto.

4.3.1. Apoio logístico às forças de intervenção

Existem duas fases de apoio logístico neste ponto, a primeira fase corresponde aos meios e recursos logísticos imediatos indispensáveis às forças de intervenção para a prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência atribuídas:

- Alimentação;
- Combustíveis;
- Manutenção e reparação de equipamentos;
- Transportes;
- Material sanitário;
- Material de mortuária;
- Outros artigos essenciais às missões de socorro.

A segunda fase de apoio logístico corresponde aos meios e recursos logísticos indispensáveis aos serviços, organismos e entidades de apoio ao rápido restabelecimento da normalidade dos serviços básicos da comunidade:

- Energia elétrica;
- Gás;
- Água;
- Comunicações;
- Saneamento básico.



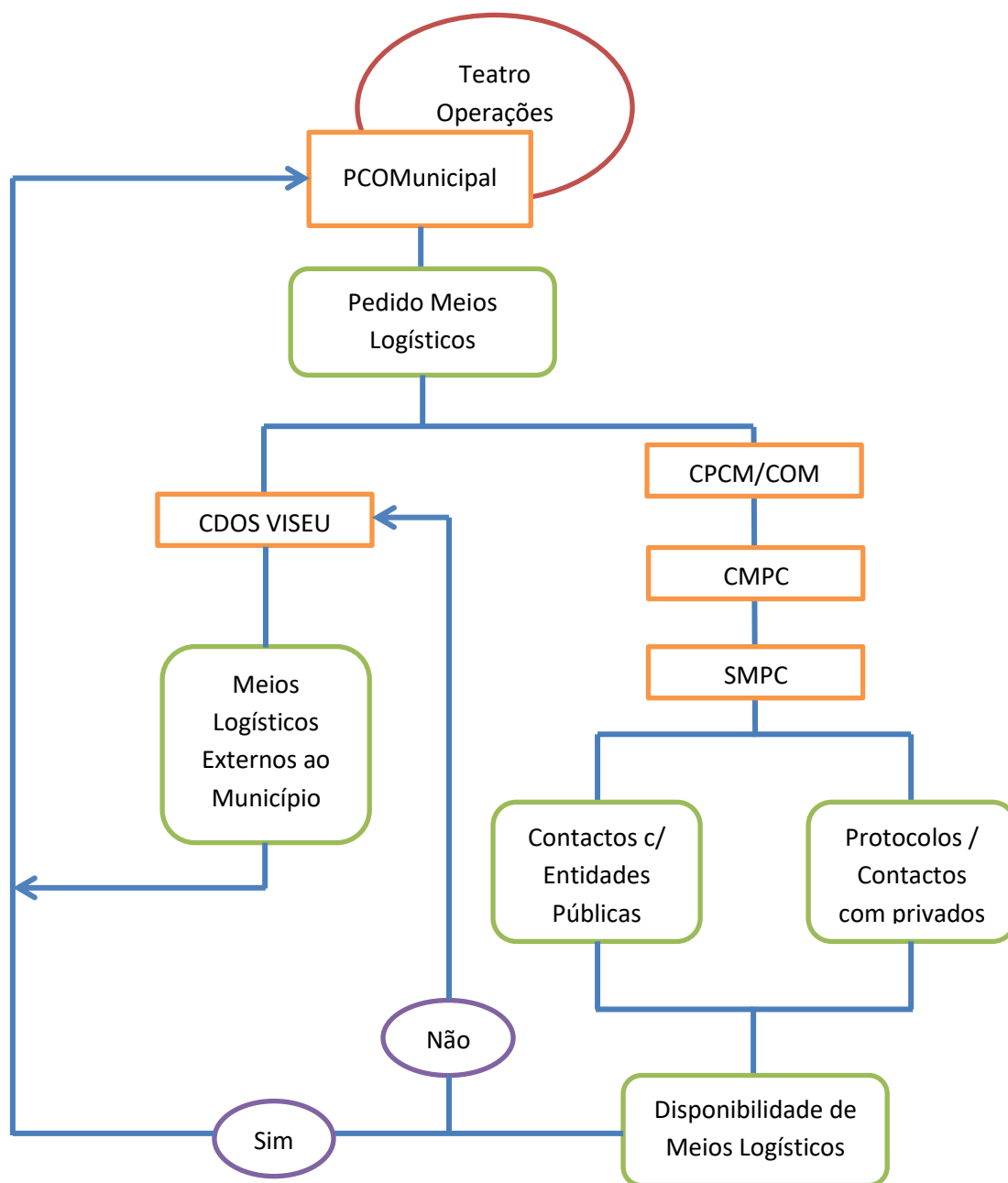
LOGÍSTICA - APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

Coordenação		Responsável: CMV SMPC e CMV BMV
CMPC		Substituto: --
Alimentação/ Alojamento	Entidades Principais	CMV
		SMPC
		BMV
	Entidades Apoio	BVV
		Restaurantes
		IPSSs implantadas no município
		Agrupamentos de Escolas
		Regimento de Infantaria n.º14
Combustíveis	Entidades Principais	CMV
	Entidades Apoio	Postos de combustível locais
		Empresas de venda e distribuição de combustível
Manutenção e Reparação	Entidades Principais	CMV
	Entidades Apoio	Águas de Viseu
		Ascendi
		Operscut
		Galp Energia
		EDP
		Operadoras comunicações
		Infraestruturas de Portugal
Transportes	Entidades Principais	CMV
	Entidades Apoio	STUV
		Empresas de transporte coletivo presentes no município
Material Sanitário	Entidades Principais	Autoridade de Saúde Municipal
	Entidades Apoio	INEM
		CHTondela-Viseu
		ACES Viseu Dão-Lafões
		CVP
Material de Mortuária	Entidades Principais	Autoridade de Saúde
	Entidades Apoio	INEM
		CHTondela-Viseu
		ACES Viseu Dão Lafões (em apoio)
		CVP
Maquinaria/Equipamentos	Entidades Principais	CMV
	Entidades Apoio	BMV
		BVV
		Forças Armadas
		Empresas privadas de maquinaria



Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Assegurar os meios e recursos logísticos indispensáveis às forças de intervenção para a prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência atribuídas: (alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária, outros);○ Prever a necessidade de assegurar, quando requisitado, o fornecimento e distribuição de alimentação às forças de intervenção no terreno;○ Apoiar as entidades respetivas na reposição da normalidade das redes e serviços essenciais;○ Assegurar e disponibilizar meios e recursos de desobstrução mecânica das vias de comunicação e itinerários de socorro ou para outros efeitos de apoio às forças de intervenção;○ Promover o abastecimento, reparação e manutenção das viaturas prioritárias às forças de intervenção, assim como de outro equipamento mecânico.

Procedimentos e Instruções de Coordenação





Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação	
Alimentação e Alojamento	A alimentação e alojamento dos meios dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio, numa fase inicial da emergência (12h/24h), estarão a cargo destas mesmas entidades;
	Caso se verifique dificuldades no suprimento das necessidades logísticas destas entidades na fase inicial, poderão estas solicitar ao SMPC o seu apoio;
	Após a fase inicial da emergência, estas necessidades poderão ser suprimidos com recurso à CMV SMPC;
	Tal como constante na Diretiva Operacional Nacional nº1 – Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro: A alimentação do pessoal (corporações de bombeiros) deverá ser assumida pelos corpos de bombeiros da área da ocorrência;
	A alimentação e alojamento dos representantes das entidades presentes na CMPC são da responsabilidade destas mesmas entidades, salvo decisão em contrário por parte do Presidente da CMPC;
*Procedimento Interno - Alimentação	
Alimentação	RESERVADO
*Procedimento Interno – Alojamento	
Alojamento	RESERVADO
Combustíveis	
	A aquisição de combustíveis é efetuada através da CMV;
*Procedimento Interno – Combustíveis	
	RESERVADO
Manutenção e reparação de equipamentos	
Manutenção e reparação de equipamentos	A manutenção e reparação de equipamentos e material ficarão a cargo dos respetivos agentes, entidades e organismos de apoio;
	Caso se verifique que a reparação de equipamentos essenciais para as operações não seja possível por parte dos agentes, entidades e organismos de apoio, poderão estes solicitar à CMV o acionamento de meios que permitam a reparação dos equipamentos necessários;
	A reparação de infraestruturas de suporte à reposição da normalidade dos



	serviços básicos de apoio à comunidade (energia elétrica, gás, água, comunicações, saneamento básico) cabe a cada entidade responsável pelo setor (EDP, Galp Energia, REN, SMAS-Águas de Viseu, Operadoras comunicações, Infraestruturas de Portugal, Ascendi, Operscut, etc.). Meramente em situação de exceção, poderá a CMV ou entidades de cariz privado substituírem-se às entidades responsáveis por cada setor na realização de reparações em infraestruturas;
*Procedimento Interno – Manutenção e Reparação de Equipamentos	
Existindo duas situações possíveis:	
Reparação de Equipamentos essenciais para as operações de socorro não possíveis por parte dos Agentes, entidades e organismos de apoio	RESERVADO
Reparação de infraestruturas de suporte à reposição da normalidade dos serviços básicos de apoio à comunidade	
Transportes	Garantir a existência de transporte para o deslocamento de pessoal e material;
	As normas de mobilização, requisição de meios e fornecimentos de transportes deverão ser agilizados pela área Logística e pela área de Gestão Administrativa e Financeira;
*Procedimento Interno – Transportes	
	Se necessário a CMV disponibilizará transporte coletivo às entidades que assim o requisitarem, fazendo uso para isso, tendo em conta a situação, quer das empresas de transportes públicos presentes no município, quer com colaboração das IPSSs. Os contactos são constantes da Parte III do presente.
Material Sanitário	A disponibilização deste material ficará a cargo dos agentes, entidades e organismos de apoio;
	Poderão ser constituídos, nas instalações dos Centros de Saúde e dos Agentes de Proteção Civil, postos de fornecimento de material sanitário, através de requisição endereçada à CMPC;
Mortuária	A logística inerente às ações de mortuária, deverão ser acionadas pela Autoridade de Saúde, apoiando-se na estrutura de saúde do concelho;
Maquinaria e Equipamentos <small>*ver procedimento de pedido de meios 4.1</small>	A logística inerente ao restabelecimento da normalidade dos serviços básicos (desobstrução de vias, escoramento de edifícios, etc.) será assegurada preferencialmente com recurso a meios das Corporações de Bombeiros, das Forças Armadas e da CMV;
	Apoiando-se nos seus serviços técnicos, a CMV poderá solicitar a colaboração de empresas privadas com maquinaria imprescindível às ações de proteção e socorro. *(ver procedimento de pedido de meios 4.1)



Procedimentos Gerais

A necessidade de apoio logístico é apresentado pelo Posto de Comando ao CPCM/COM e SMPC, o SMPC apresenta as necessidades à CMPC que diligencia a disponibilização dos meios com base em critérios de urgência e indispensabilidade. A disponibilização é efectuada pelo processo mais expedito e entregue no local definido aquando do pedido do Posto de Comando.

Cabe ao Presidente da CMV aprovar as requisições solicitadas pelo SMPC, em função da situação no terreno.

Cabe ao SMPC manter uma lista de contactos actualizada com as entidades que possam disponibilizar os recursos materiais que venham a ser necessários no decorrer da emergência. Assim que obtiver a aprovação do Presidente da CMV, o SMPC diligenciará os contactos com as entidades externas com vista ao fornecimento dos recursos materiais necessários. (Parte III do PMEPCV)

Em conjunto com as Juntas de Freguesias, o SMPC deverá identificar as necessidades de bens de 1ª necessidade (alimentação, alojamento, etc.) a fim de providenciar os pedidos junto da CMPC/Presidente da CMV.

Em caso de existir pessoal voluntário a colaborar nas acções de protecção e socorro, que por princípio geral estarão na dependência das Juntas de Freguesia, deverá o SMPC fornecer alimentação e alojamento a estes elementos, desde que não sejam alvo de ressarcimento por parte de outro organismo.

4.3.2 Apoio logístico às populações

O apoio logístico às populações deve visar duas áreas essenciais:

- I. Assistência à população que não tenha acesso no imediato aos bens básicos essenciais à sobrevivência (água potável, alimentação, medicação);
- II. Alojamento temporário da população desalojada ou evacuada nas zonas previstas para o efeito (Zonas de Concentração e Alojamento das Populações - ZCAP), se a complexidade da situação assim o exigir.

O apoio logístico à população deverá ser garantido até que as condições de normalidade sejam repostas. Nesta atividade de apoio à população também se incluirá a criação e gestão de ações destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos, bem como o controlo e emprego de pessoal voluntário não especializado.

As possíveis localizações para as ZCAP e as infraestruturas passíveis de albergarem uma ZCAP estão definidas na Parte III do presente PMEPCV.



LOGÍSTICA
APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

Coordenação

CMPC

Responsável: Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social

Substituto: ---

Entidades Intervenientes

Câmara Municipal de Viseu
Juntas de Freguesia
Agentes de Proteção Civil
Santa Casa da Misericórdia de Viseu
Cruz Vermelha Portuguesa – CH Viseu e Delegação de Silgueiros
Regimento de Infantaria 14
Autoridade de Saúde do Município
Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu

Entidades Intervenientes de Apoio

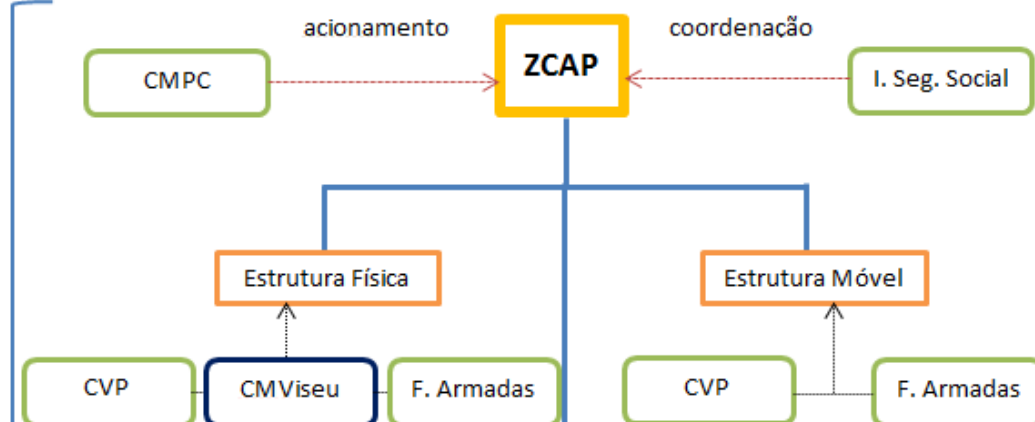
Centro Hospitalar Tondela-Viseu
ACES Dão Lafões
Agrupamentos de Escolas do Município de Viseu
CDOS Viseu
Instituições com Fins de Socorro e de Solidariedade do município
Hotelaria e Restauração Local
Corpo Nacional de Escutas
Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Prioridades de Ação

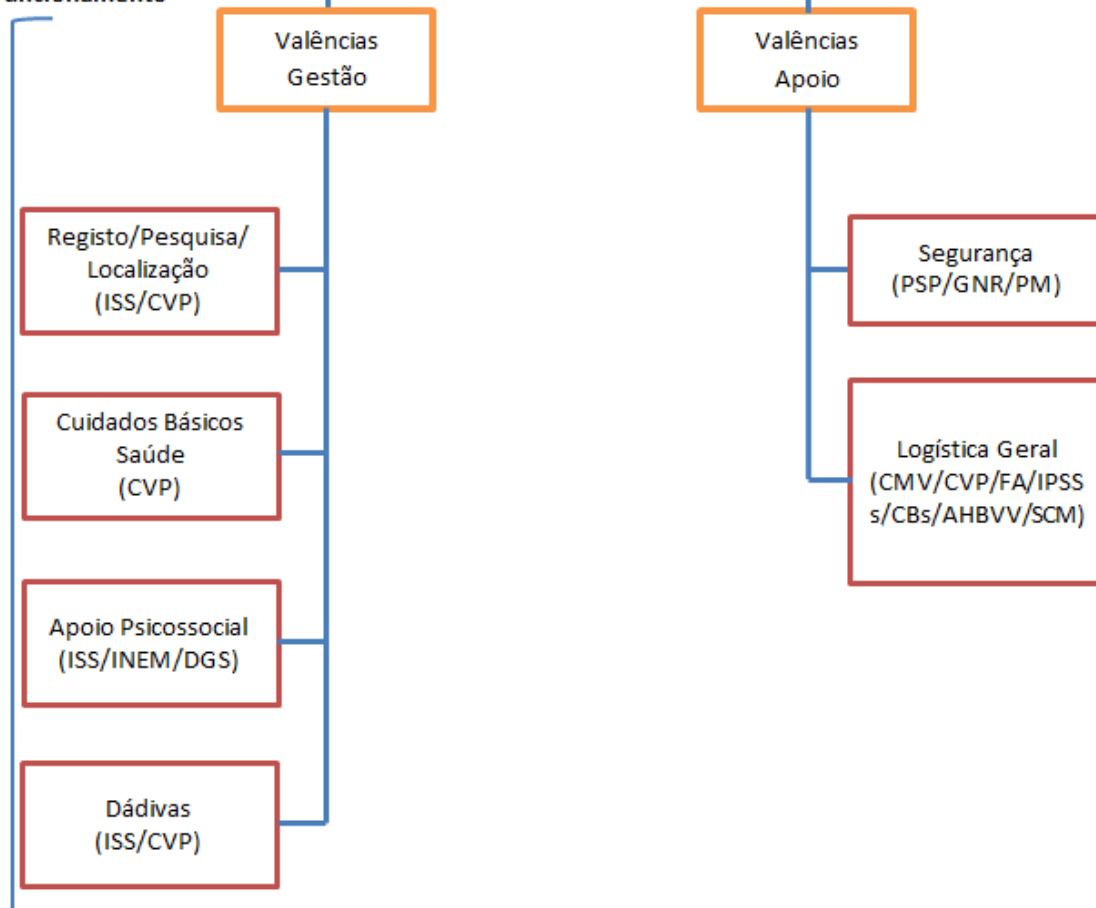
- Coordenar a prestação de apoio social de emergência às populações afetadas;
- Garantir e assegurar a ativação de Zonas de Concentração e Alojamento das Populações (ZCAP) e informar os Agentes de Proteção Civil e os cidadãos da sua localização através dos canais tidos como disponíveis e apropriados;
- Assegurar as condições logísticas básicas nas ZCAP tais como: alimentação, água potável, agasalhos, material sanitário, saneamento e outros artigos tidos como essenciais;
- Garantir a receção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a todos os evacuados e vítimas rececionados nas ZCAP;
- Se afetado, garantir a reposição dos serviços básicos nas ZCAP (água, eletricidade, comunicações);
- Mobilização de equipas de apoio social para o acompanhamento dos grupos de risco;
- Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, destinados a colaborar na situação de emergência;
- Organizar, armazenar, gerir e distribuir os bens recebidos de acordo com os sistemas de recolha de dádivas previstos.

Procedimentos e Instruções de Coordenação

Montagem



Funcionamento



Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação	
ZCAP	<p>As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população evacuada, localizadas em estruturas físicas ou móveis criadas para esse efeito;</p> <p>A localização da/das ZCAP está previsto na Parte III do presente PMEPCV, sendo que estará condicionado pelas contingências da situação. A decisão de ativação e respetiva localização é da responsabilidade da CMPC;</p> <p>Cada ZCAP ativada terá nomeado um responsável que estará em contato permanente com a CMPC;</p> <p>A segurança às ZCAP será assegurada pelas forças de segurança territorialmente competentes e/ou pela Polícia Municipal, com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção da Manutenção da Ordem Pública;</p> <p>As Forças Armadas (Regimento de Infantaria n.º14) e Cruz Vermelha Portuguesa asseguram dentro das suas capacidades operacionais a montagem das ZCAP móveis e colaboram na disponibilização de bens essenciais às vítimas (alimentação, higiene, agasalhos, roupa, etc.);</p> <p>O pessoal voluntário cuja colaboração seja aceite, a título benévolo, poderá colaborar nas ZCAP sob a coordenação das entidades gestoras;</p> <p>Tendo em conta a panóplia de situações que podem despoletar a ativação das ZCAP, estas poderão ser de cariz fixo (póidesportivos, edifícios públicos, escolas, etc.) ou de cariz móvel (tendas de campanha, etc.);</p>
Estrutura das ZCAP	<ul style="list-style-type: none">i. Coordenação<ul style="list-style-type: none">a. Missão de ativação (CMPC);b. Missão de instalação (CMViseu, em caso de necessidade apoiada pelas Forças Armadas e CVP);c. Gestão global das ZCAP (Instituto da Segurança Social);ii. Valências Gestão<ul style="list-style-type: none">a. Registo/Pesquisa/Localização – Área onde se efetua o registo inicial da população deslocada e onde será feito o diagnóstico inicial das necessidades dos indivíduos ou famílias e se assegura a preservação, dos núcleos familiares e procede com o encaminhamento para as restantes valências;b. Cuidados Básicos Saúde – Área de prestação de cuidados de saúde a situações de baixa gravidade, assegurando a respetiva estabilização;c. Apoio Psicossocial – Área na qual se assegura o apoio psicológico de continuidade e se detetam carências e necessidades particulares às pessoas evacuadas;d. Dádivas – Área na qual se assegura que todas as dádivas são recebidas, catalogadas e armazenadas de forma eficiente com o fim de serem distribuídas à população em carência.iii. Valências de Apoio<ul style="list-style-type: none">a. Segurança – Assegura a limitação de acesso e segurança da ZCAP;b. Logística Geral – Responsável pelo controlo das existências em armazém de todos os bens, pela manutenção das estruturas móveis e imóveis;
População fora das ZCAP	<p>A distribuição de água potável, alimentação, agasalhos e outros artigos tidos como essenciais às populações fora das ZCAP deverá ser feita com auxílio dos meios municipais (recorrendo, se possível a viaturas pertencentes à CMV), esta distribuição será preferencialmente realizada em locais centrais, de fácil acesso e divulgados pelos meios possíveis, para conhecimento da população;</p>

4.4. Comunicações

As comunicações são comprovadamente um dos pilares fundamentais de todo o ciclo da emergência a fim de se assegurar o comando, controlo e coordenação de todo o processo, não só em situações de exceção, mas também nas emergências do dia-a-dia. No entanto será expectável que em caso de acidente grave ou catástrofe, os meios de comunicação tidos como normais sofram uma diminuição operacional ou mesmo motivar o seu total colapso (rede fixa, rede móvel, transmissão de dados, internet, etc.).

As comunicações de emergência ao nível nacional assentam no princípio da ANPC da intercomunicabilidade entre CNOS e CDOS e Postos de Comando, permitindo uma centralização da organização e gestão de todas as comunicações. Em cada Teatro de Operações compete ao COS a definição do plano de comunicações a utilizar, em estreita articulação do CDOS Viseu. Cada Posto de Comando será tratado como individual e as comunicações serão sempre feitas via Posto de Comando Operacional.

As redes e serviços de comunicações de emergência consideradas no âmbito do PMEPCV são:

- Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP);
- Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC);
- Rede Operacional de Bombeiros (ROB);
- Rede de Banda Aeronáutica (BAERO);
- Rede do Serviço de Radioamador;
- Serviço Móvel Terrestre;
- Serviço Telefónico Fixo;
- Serviço Móvel de Satélite.

O **SIRESP** é um sistema único de comunicações, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado pelas forças de segurança e emergência. A vantagem desta rede é a possibilidade de ser utilizado como rede partilhada onde se cria grupos de conversação com todas as entidades intervenientes no sistema de proteção civil municipal, centralizando assim o comando e coordenação das comunicações entre entidades diferentes.

A utilização deste sistema em termos práticos restringe-se às estruturas de comando e coordenação distrital: CDOS Viseu, BMV, BMV, SMPC, PSP, GNR, SEF, Polícia Municipal. A ligação entre entidades é feita ao nível da coordenação através de *Talkgroup* (SMPC 01 VS) próprio para o efeito no serviço SIRESP (NEP/1/DIC/2016, ANPC).

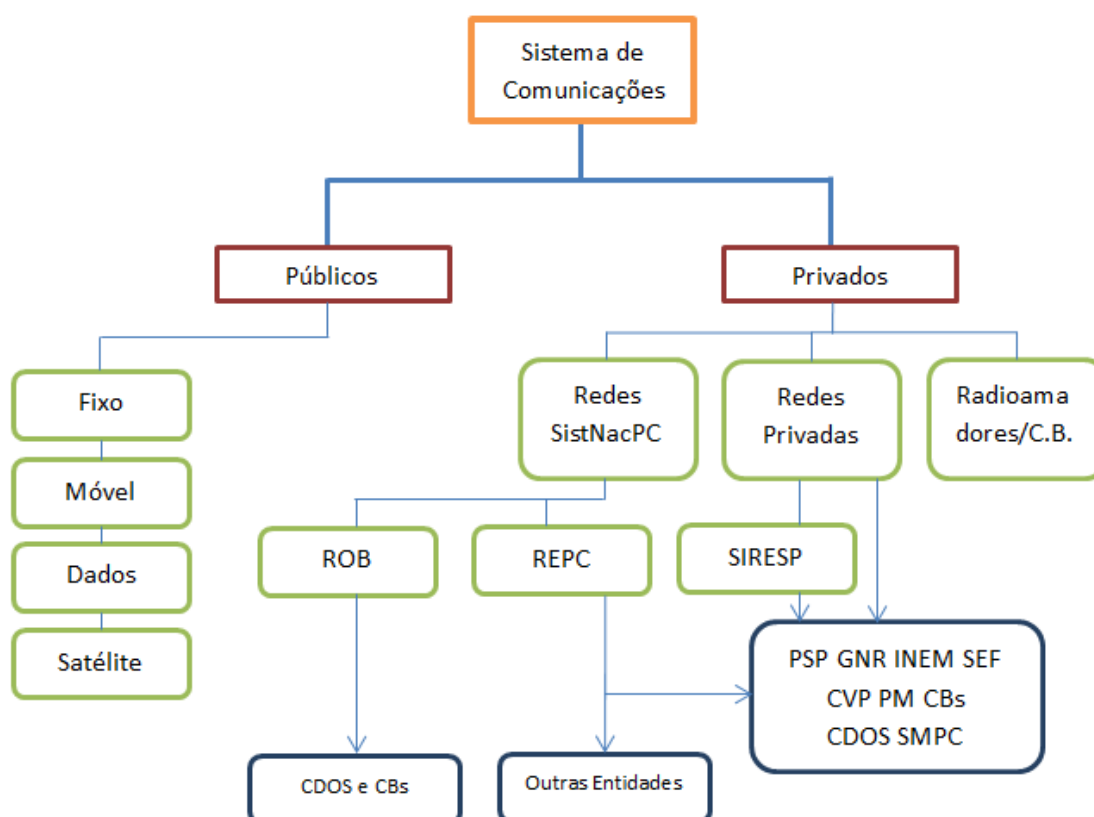
Atualmente a ANPC detém, gere e administra duas redes de radiocomunicações VHF de emergência destinadas ao apoio na condução das operações: Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC) e Rede Operacional de Bombeiros (ROB). Cada uma destas redes serve as entidades que concorrem para a proteção e socorro:

- **REPC** - é utilizada para assegurar uma capacidade de interligação e de interoperabilidade ao nível dos centros superiores de comando de todas as entidades envolvidas na proteção e socorro, interligando o CNOS, CDOS, SMPC, Corporações de Bombeiros e restantes Agentes Intervenientes. No Município de Viseu a REPC possui equipamento de base no quartel dos Bombeiros Municipais de Viseu, PSP e CDOS Viseu. Organiza-se em 2 tipos de canais:
 - Canais em semi-duplex com uso de repetidores de cobertura nacional para comunicações de nível estratégico entre centros de comando das diferentes entidades;
 - Estações repetidoras no distrito de Viseu: PC Caramulo, PC Meadas e PC Piscos.
 - Canal simplex Distrital sem uso de repetidores, com cobertura limitada ao alcance do equipamento utilizado, para uso em operações de nível municipal: PC SX Viseu;
- **ROB** – é utilizada de forma exclusiva pelas corporações de bombeiros no âmbito da sua atividade operacional. Assegura a interligação entre as centrais das corporações, CDOS, Postos de Comando Operacionais e veículos operacionais. No Município de Viseu as corporações de bombeiros possuem equipamentos base, móveis e portáteis desta rede. Organiza-se em dois tipos de canais:
 - Canais em semi-duplex com uso de repetidores de cobertura nacional para comunicações operacionais de escalão superior das corporações de bombeiros (exploração distrital e municipal);
 - Estações repetidoras no distrito de Viseu: B Caramulo, B Meadas, B São Macário e B St Helena.
 - Canais simplex que asseguram as comunicações na zona de intervenção:
 - 3 Canais Comando: ligação entre o Posto de Comando, as frentes, os setores e as zonas de apoio;
 - 5 Canais Táticos: ligação entre setores e grupos de combate e veículos operacionais isolados;
 - 6 Canais Manobra: ligação entre os grupos de combate e os veículos operacionais e respetivas equipas.

Outro aspeto a ter em consideração é a participação de Radioamadores licenciados e operadores da banda do cidadão (CB) licenciados, em regime de voluntariado, no reforço às comunicações em caso de colapso ou congestionamento da atual rede. Daí que seja necessária a envolvimento das associações representantes do setor em exercícios de teste ao PMEPCV.

O sistema de comunicações público (serviço móvel terrestre, serviço fixo e dados) estará assente em meios e recursos próprios de cada entidade e dos operadores detentores da rede de serviços de comunicação (PT, MEO, VODAFONE, NOS, entre outros). No entanto e dependendo da magnitude do acontecimento que leve à ativação do presente PMEPCV será expectável que este sistema de comunicações público seja alvo de congestionamento e falhas no serviço.

Estruturação do Sistema de Comunicações:



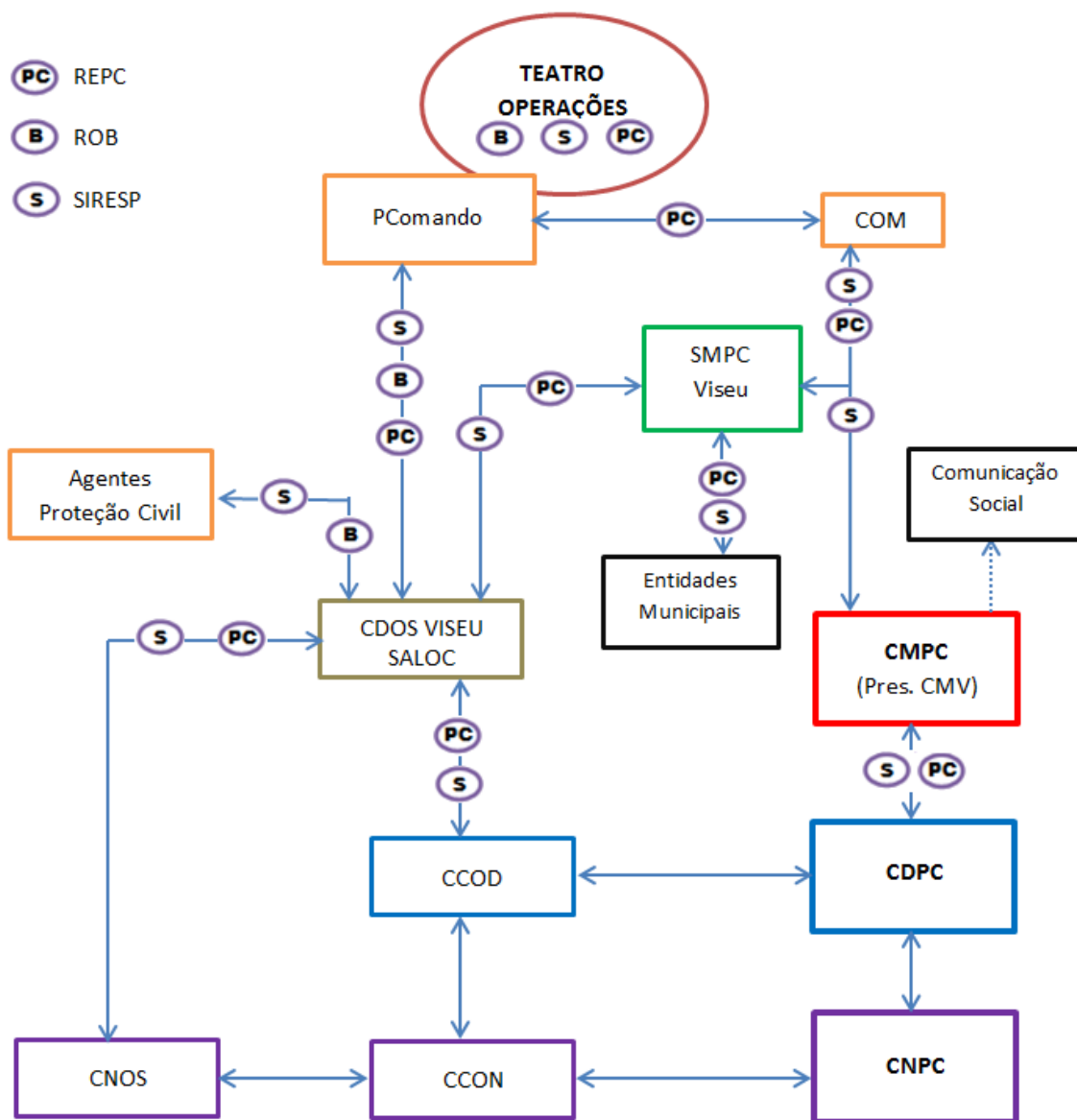
A CMV, em termos de comunicações possui equipamento para operar em 6 tipos de redes:

- **Rede Pública Fixa** (em todas as instalações municipais, com lista de contactos constante da Parte III do PMEPCV);
- **Rede Pública Móvel** (equipamentos móveis e números atribuídos aos funcionários internamente e constantes da Parte III do PMEPCV);
- **Rede Pública Dados;**
- **SIRESP** – A CMV possui 3 entidades com equipamentos SIRESP: BMV, Polícia Municipal e SMPC (1 equipamento portátil de coordenação entre entidades externas e CMV);
- **Banda Aérea** – A CMV possui um canal de banda aérea com 1 equipamento base e 2 equipamentos portáteis e recursos humanos credenciados para o seu uso nas instalações do Aeródromo Municipal;
- **Rede Interna UHF** – A CMV/Aeródromo Municipal possui uma rede UHF com estação repetidora situada no Aeródromo Municipal e diversos equipamentos portáteis e 1 estação base (com possibilidade de ser aplicada em viatura), sendo que esta rede serve as operações do Aeródromo Municipal, apesar de em situação emergente poder ser utilizada externamente até ao limite de alcance da estação repetidora.



COMUNICAÇÕES	
Coordenação CMPC	Responsável: Comandante das Operações de Socorro Substituto: CMDT. BMV. – CDPC/COM
Entidades Intervenientes	CMV SMPC
	Corporações de Bombeiros de Viseu
	PSP
	GNR
	Polícia Municipal
	INEM
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
	Cruz Vermelha Portuguesa – CH Viseu
	Centro Hospitalar Tondela-Viseu
	ACES Dão-Lafões
	CDOS Viseu
Entidades Intervenientes de Apoio	Operadoras do serviço público de comunicações (rede fixa e rede móvel)
	Regimento de Infantaria 14
	Operador SIRESP (SIRESP,SA)
	Radioamadores locais e operadores da banda do cidadão licenciados
	ANACOM
	Associação de Radioamadores da Beira Alta - ARBA
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Garantir a operacionalidade de todo o sistema municipal de comunicações de emergência, incluindo a reposição dos serviços afetados;○ Estabelecer um Plano de Comunicações com a finalidade de interligar todos os agentes do sistema de proteção civil;○ Garantir prioridades de acesso a redes e serviços pelas entidades essenciais;○ Mobilização dos radioamadores e operadores da banda do cidadão licenciados, através das associações representativas;○ Manter um registo atualizado do estado das comunicações e constrangimentos existentes.

Procedimentos e Instruções de Coordenação





Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

Após a ocorrência de acidente grave ou catástrofe e que se preveja que exista danificações na estrutura de comunicações, deverá ser feito o teste a todos os meios de comunicação previstos;

Os elementos que constituem a CMPC estabelecerão o contacto com as respetivas entidades através de meios próprios, ou em alternativa, com meios disponibilizados pela CMPC no local de reunião, sendo o fluxo de informação assegurado pelos representantes presentes na CMPC;

A gestão e planeamento estratégico das comunicações de emergência são da responsabilidade do Posto de Comando Municipal, em articulação direta com o CDOSViseu;

Na eventualidade de serem constituídos vários Teatros de Operações, é da competência do Comandante das Operações de Socorro estabelecer o plano de comunicações para cada teatro de operações;

A pedido do Diretor do Plano, poderá ser organizado um posto de estafetas motorizados a operar pelas Forças de Segurança a funcionar junto à CMPC;

Os radioamadores e operadores de banda CB licenciados poderão participar a título voluntário, reforçando as redes de comunicações municipais (HF, VHF e UHF);

As comunicações com as ZCAP municipais poderão ser feitas via serviço móvel terrestre, serviço telefónico fixo ou via rede das forças de segurança presentes nas ZCAP;

O acesso à Rede Estratégica de Proteção Civil e Rede Operacional dos Bombeiros está regulado pela Norma de Execução Permanente (NEP) n.º8 de 10DEZ2010 (NEP/8/NT/2010);

O acesso à rede SIRESP está regulado pela Norma de Execução Permanente (NEP) n.º5 de 10AGO2011 (NEP/5/NT/2011).



4.2.1. Listagem dos Canais e frequências VHF de rádio no distrito de Viseu

Rede	Repetidor	Canal	Tx	Rx	TpTx	TpRx
REPC	PC SX Viseu (Simplex)	RESERVADO				
	PC Caramulo					
	PC Meadas					
	PC Piscos					
ROB	B Meadas	RESERVADO				
	B São Macário					
	B Caramulo					
	B St. Helena					

Rede	Repetidor	Canal	Tx	Rx	TpTx	TpRx
CMV	Aeródromo	1	RESERVADO			

4.2.2 Listagem dos indicativos rádio no município de Viseu

Municipal	Central SMPC (MIKE)	Veículo de Comando e Comunicações (VCOC)	Presidente da Câmara (ÀS)	Vereador do Pelouro (SENA)	Coordenador do SMPC (QUINA)	Coordenador Adjunto (QUADRA)	Móvel	Portátil
Viseu	MIKE 18.23	VCOC 18.23	ÀS 18.23	SENA 18.23	QUINA 18.23	QUADRA 18.23	MÓVEL 18.23.1 a 18.23.n	PORTÁTIL 18.23.1 a 18.23.n

Distrital	CODIS (FALCÃO)	2ºCODIS (FALCÃO)	CDOS	Veículo de Comando e Comunicações (VCOC)	Portátil CDOS
Viseu	CODIS1 VISEU	CODIS2 VISEU	CDOS VISEU	VCOC 18	PORTÁTIL 18.1 a 18.n

4.5. Informação Pública

A Informação Pública compreende três vertentes:

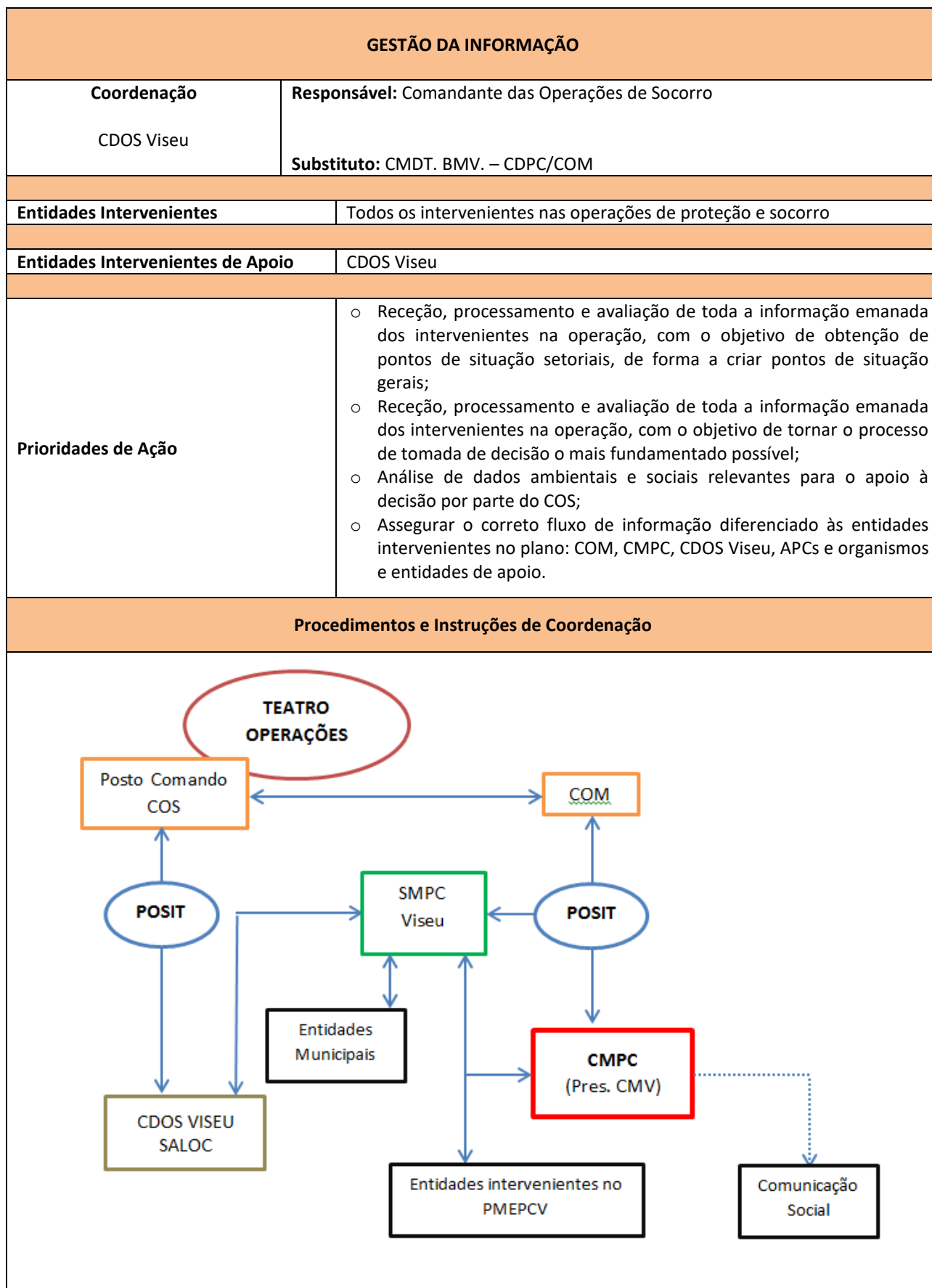
- Gestão de informação entre as entidades atuantes nas operações (ao nível do Teatro de Operações);
- Gestão da informação às entidades intervenientes do plano (ao nível de coordenação, através da CMPC);
- Informação à população.

A gestão de informação entre as entidades atuantes ao nível do Teatro de Operações será da responsabilidade do COS que coordena todo o fluxo de informação recebida e enviada através e para as entidades presentes no Posto de Comando Operacional Conjunto. Esta informação superiormente será articulada com o CDOS Viseu e ao nível municipal será coordenada com o Coordenador da Proteção Civil Municipal/Comandante Operacional Municipal (CPCM/COM) que efetuará a transposição para o Presidente da Câmara e respetiva CMPC.

A gestão da informação às entidades intervenientes do plano ao nível da coordenação é feita através da CMPC, que mantém um fluxo de informação continua e bidirecional entre as entidades intervenientes no PMEPCV, a própria CMPC e o COS. Este fluxo de informação irá permitir que todos os intervenientes mantenham os níveis de prontidão e envolvimento nas operações.

A informação às populações é efetivada através do Gabinete de Apoio à Presidência da CMV que, em todas as fases da emergência, difunde todos os avisos e informações acerca da ocorrência para que a população possa adotar as instruções das autoridades e as mediadas de autoproteção mais convenientes. O Gabinete de Apoio à Presidência da CMV também será responsável pelos procedimentos de informação periódicos aos órgãos de comunicação social a levar a cabo pelo Diretor do PMEPCV.

4.5.1 Gestão de Informação entre Entidades Atuantes nas Operações





Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

O COS é responsável pela gestão da informação no Teatro de Operações, cabendo a este elemento transmitir superiormente os Pontos de Situação necessários e solicitar meios de reforço ao CDOS Viseu;

Caberá à Célula de Planeamento a responsabilidade pela gestão da informação recebida e enviada de e para o Posto de Comando;

Os pontos de situação (POSIT) serão transmitidos pelo Posto de Comando ao CDOS Viseu e ao COM que fará a ligação com a CMPC;

O COS poderá solicitar sempre que se tenha como necessário, POSIT a outras entidades envolvidas nas operações, relacionados com matérias específicas da área de intervenção dessa entidade;

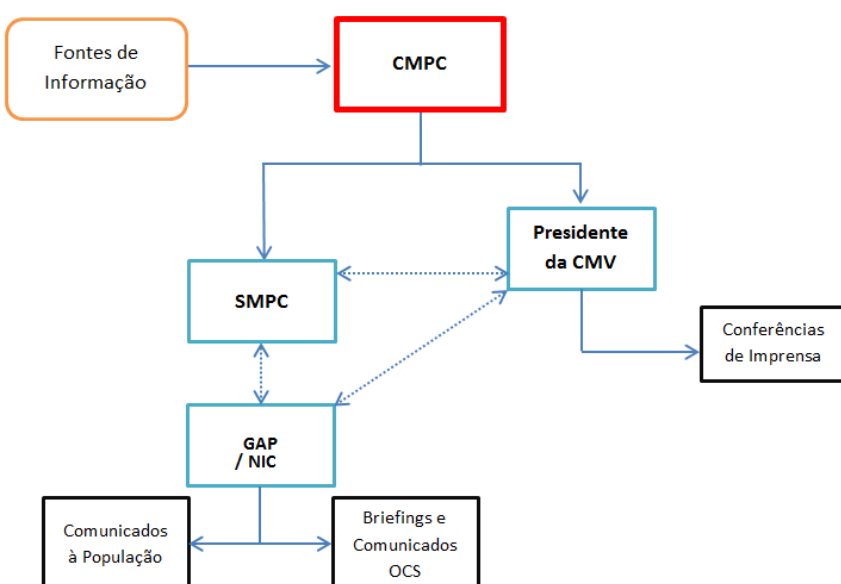
Os POSIT deverão conter informações sobre as operações em curso, forças no terreno, vítimas, danos, vias de comunicação afetadas, redes e infraestruturas, avaliação de necessidades e perspetivas de evolução da situação;

Para garantir a homogeneidade na passagem de informação entre as diversas entidades, serão utilizados os modelos de relatório constantes da Parte III do PMEPCV.

4.5.2. Gestão de Informação às entidades intervenientes do plano

GESTÃO DA INFORMAÇÃO	
Coordenação CMPC	Responsável: CMDT. BMV. - COM Substituto: --
Entidades Intervenientes	SMPC;
	CMPC;
	CDOS;
	Agentes de Proteção Civil;
	Juntas de Freguesia;
	Organismos e Entidades de apoio.
Entidades Intervenientes de Apoio	Entidades responsáveis pelas redes de transporte, abastecimento de água, distribuição de energia e comunicações;
	Outras entidades com atuação no âmbito do PMEPCV.
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Receção, processamento e avaliação de toda a informação emanada dos intervenientes na operação, com o objetivo de obtenção de pontos de situação setoriais, de forma a criar pontos de situação gerais;
	<ul style="list-style-type: none">○ Receção, processamento e avaliação de toda a informação emanada dos intervenientes na operação, com o objetivo de perspetivar a evolução futura da situação emergente;
	<ul style="list-style-type: none">○ Assegurar o correto fluxo de informação diferenciado às entidades intervenientes no plano;
	<ul style="list-style-type: none">○ Analisar e tratar outras informações relevantes.
Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação	
	O fluxo de informação entre o SMPC e as entidades intervenientes destina-se a assegurar que todas elas mantêm um elevado nível de prontidão, envolvimento e articulação;
	O contacto com as entidades intervenientes no PMEPCV deverá ser feito preferencialmente, através da CMPC, caso estas estejam presentes. No caso de isso não acontecer, ficará o SMPC responsável pela transmissão do fluxo de informação até estas entidades;
	As entidades intervenientes no PMEPCV disponibilizam toda a informação técnica relativa às suas áreas de atuação à CMPC e ao SMPC;
	Pontos de Situação facultados pelas entidades intervenientes no PMEPCV deverão ser enviados com uma periodicidade máxima de 12 horas à CMPC;
	O processo de tomada de decisão por parte da CMPC é baseado em todos os contributos dos intervenientes na operação.

4.5.3. Gestão da Informação Pública

GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	
Coordenação Presidente da CMV	Responsável: Diretor do PMEPCV – Presidente da CMV Gabinete de Apoio à Presidência Substituto: Vice-Presidente da CMV Gabinete de Apoio à Presidência
Entidades Intervinentes	CMV SMPC GAP
	Agentes de Proteção Civil;
	CMPC;
	CDOS Viseu;
	Juntas de Freguesia; Órgãos de Comunicação Social.
Entidades Intervinentes de Apoio	
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Assegurar que a população é informada da situação que levou à ativação do PMEPCV de modo a que possa adotar as medidas de autoproteção mais convenientes; ○ Assegurar a divulgação da localização dos pontos de reunião (ZCAP), contactos uteis, listagem de desaparecidos, mortos e feridos, zonas condicionadas e outras instruções tidas como oportunas; ○ Divulgação de medidas de autoproteção à população; ○ Organizar, preparar e divulgar a todos os órgãos de comunicação social a informação necessária e briefings periódicos e conferências de imprensa; ○ Assegurar a atualização da informação a ser disponibiliza via web no <i>site</i> do município; ○ Preparação dos modelos de comunicados de acordo com o especificado na Parte III.
Procedimentos e Instruções de Coordenação	
 <pre> graph TD FI[Fontes de Informação] --> CMPC[CMPC] CMPC --> SMPC[SMPC] CMPC --> PCMV[Presidente da CMV] SMPC <-.-> PCMV PCMV --> CI[Conferências de Imprensa] SMPC --> GN[GAP / NIC] GN <-.-> CP[Comunicados à População] GN <-.-> BCO[Briefings e Comunicados OCS] </pre>	



Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

O Diretor do PMEPCV é responsável pela gestão da informação pública, coadjuvado pela CMPC, SMPC, GAP e NIC;

É necessário manter o fluxo de informação entre as entidades participantes do PMEPCV e o Diretor do PMEPCV para garantir uma uniformização da informação a difundir;

É da competência do Diretor do PMEPCV – Presidente da Câmara Municipal de Viseu assegurar a participação nas conferências de imprensa, ou delegar essa competência no Vice-Presidente da Câmara Municipal;

As conferências de imprensa serão realizadas em local a designar, sendo que é preferencial que sejam realizadas em local próximo à reunião da CMPC;

Os comunicados à população a difundir pelos OCS deverão esclarecer os municípios sobre os efeitos da ocorrência que levou à ativação do PMEPCV, meios empenhados no terreno e orientações quanto aos números de contacto preferenciais, indicação da localização das ZCAPs, locais de acesso condicionado e medidas de autoproteção a adotar para a ocorrência em causa;

Alternativamente à utilização dos OCS, os avisos e comunicados às populações deverão ser feitos através da utilização de vários meios, em separado ou em simultâneo, como a utilização de sirenes localizadas nas corporações de bombeiros (BMV e BVV), através de avisos sonoros e instruções difundidas pelos altifalantes que equipam as viaturas das forças de segurança e corporações de bombeiros ou pessoalmente através das Juntas de Freguesia e SMPC;

Os briefings aos OCS deverão ser efetuados com a periodicidade de 6 horas, salvo indicação em contrário, e contemplarão o ponto de situação global referente à totalidade da zona de intervenção municipal;

Os comunicados a difundir pelos OCS deverão ter por base os modelos definidos no PMEPCV;

4.6. Confinamento e/ou Evacuação

A ocorrência ou iminência de ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, tendo em conta a sua magnitude, poderá implicar a movimentação/evacuação de pessoas e outros seres vivos nas zonas afetadas ou com previsibilidade de serem afetadas e o seu consequente alojamento temporário.

O procedimento de tomada de decisão de evacuação de uma zona crítica seja ela uma localidade ou um edifício, é validado pelo Diretor do PMEPCV, por proposta do Comandante das Operações de Socorro. Em situações de risco eminente, poderá o COS desencadear as ações de evacuação da população efetuando a comunicação posteriormente e no mais curto espaço de tempo ao Diretor do PMEPCV de modo a que seja possível desencadear o procedimento de realojamento da população evacuada.

A coordenação do processo de evacuação de pessoas e seres vivos é efetuada pela força de segurança da área de atuação correspondente (PSP e GNR). As forças de segurança deveram também assegurar que o acesso aos itinerários de emergência é controlado e deverão ainda identificar as zonas que foram afetadas pelo evento e informar os restantes APCs sobre estes aspetos e rotas alternativas de emergência.

A nível do PMEPCV existem dois níveis de evacuação de população:

- **Evacuação Primária:** correspondente à primeira evacuação da população afetada para um local de segurança nas imediações da área afetada. Estas áreas de evacuação primária poderão ser nas sedes das Juntas de Freguesia definidas para o efeito, pavilhões polidesportivos ou outros locais indicados pela CMPC ou Presidente de Junta de Freguesia do local da ocorrência. Estas zonas são definidas por Zonas de Concentração Local (ZCL).
- **Evacuação Secundária:** corresponde à evacuação da população afetada das ZCL para as ZCAP ou Abrigos Temporários (AT), onde se poderá garantir as suas necessidades básicas.

No caso do número de pessoas evacuadas ser em número reduzido, poderá recorrer-se, sempre que possível a empreendimentos hoteleiros na área do município e aos AT. No caso de existir um grande número de pessoas evacuadas, então existirá a necessidade de se providenciar o alojamento nas ZCAP, definidas pela área de Logística – Apoio Logístico às Populações. Outro fator a ter em conta será a previsibilidade de tempo que a população evacuada ficará privada da utilização das suas habitações, se se prever que seja por um curto espaço de tempo (inferior a 24h) ou se houver a possibilidade de realojamento em residências de familiares/outros fora da zona afetada, poderá não ser necessária recorrer-se à evacuação secundária. No entanto esta decisão deverá ser avaliada tendo em conta a especificidade de cada ocorrência.

A listagem de possíveis ZCAP, ZCL e AT encontram-se constantes da Parte III do presente.



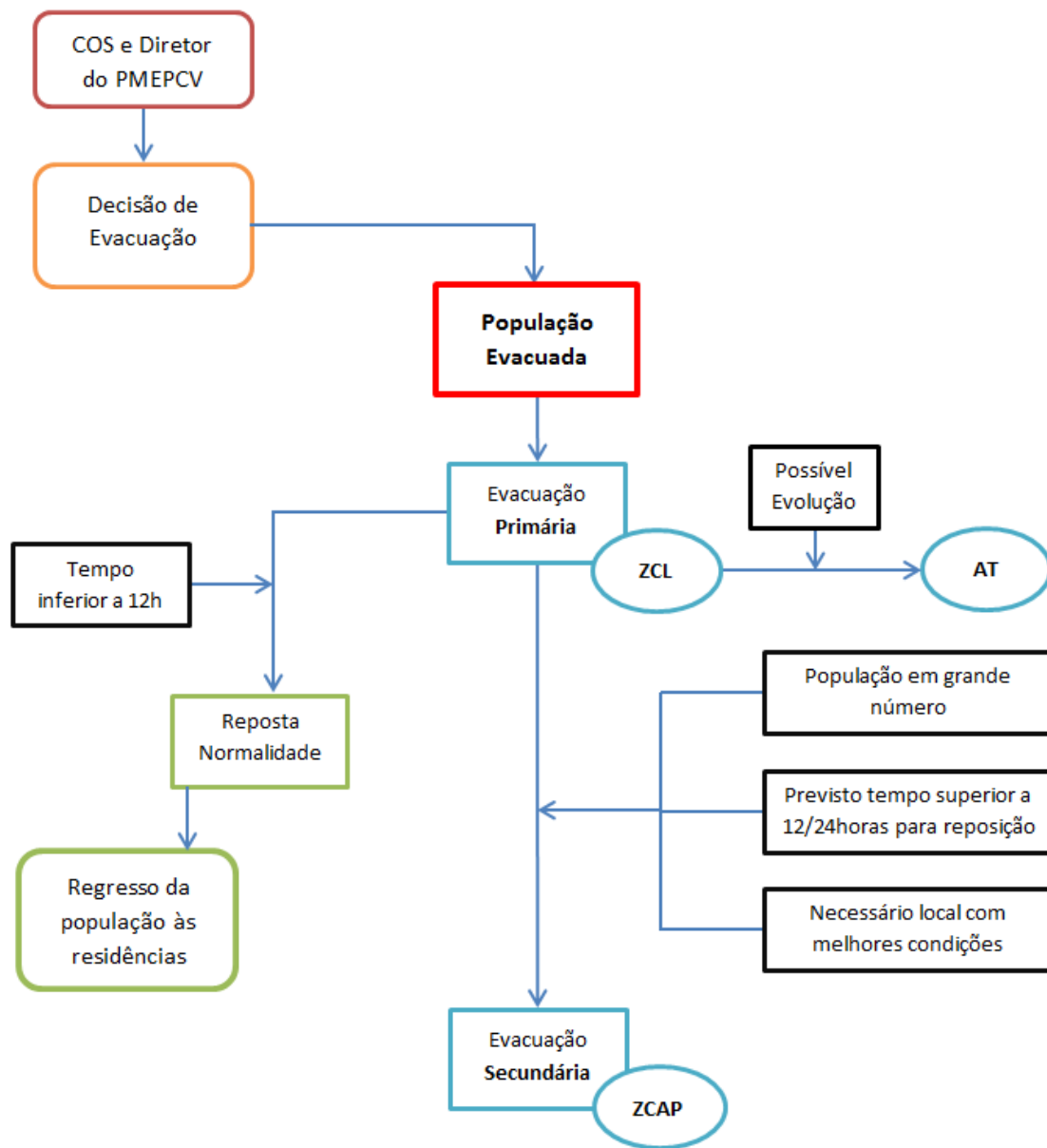
Diferenças e finalidades das ZCL, AT e ZCAP:

- **Zona de Concentração Local** – Zona ampla e de referência nas imediações da área afetada, mas ausente de risco imediato para a população. ZCL poderão ser campos de futebol, pavilhões, igrejas, sedes de Junta de Freguesia, ou seja, local que seja fácil a referência do mesmo para a população.
- **Abrigo Temporário** – Será uma área com as mesmas finalidades de uma ZCAP, mas em menor escala. Ou seja, quando seja previsível a necessidade de alojar pouca quantidade de população deslocada por períodos superiores a 12h e com melhores condições em termos de necessidades básicas que uma ZCL ofereça;
- **Zona de Concentração Local** – A finalidade, valências e operacionalização das ZCAPs estão definidas pela área de intervenção de logística – Apoio Logístico às Populações.



Confinamento e/ou Evacuação	
Coordenação CMPC	Responsável: Forças de Segurança (PSP e/ou GNR) Substituto: ---
Entidades Intervenientes	Câmara Municipal de Viseu;
	Forças de Segurança;
	Corporações de Bombeiros;
	CVP;
	INEM;
	SEF;
	Polícia Municipal;
	CDOS Viseu;
Entidades Intervenientes de Apoio	Juntas de Freguesia;
	Empresas de transportes coletivos
	Escuteiros
Prioridades de Ação	IPSSs
	<ul style="list-style-type: none">○ Orientar e coordenar as operações de movimentação das populações, decorrentes das evacuações;○ Difundir junto das populações recomendações de evacuação, por intermédio da área de intervenção da Gestão da Informação Pública;○ Definição dos itinerários de evacuação;○ Definição das ZCL a serem utilizadas;○ Definição dos AT a serem utilizados se necessário;○ Garantir o condicionamento das vias de circulação de modo a não afetar o movimento da população evacuada;○ Garantir a evacuação primária para as ZCL;○ Avaliar a necessidade de ativação de AT;○ Avaliar a necessidade de evacuação secundária;○ Garantir a evacuação secundária para as ZCAP.

Procedimentos e Instruções de Coordenação



Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

- A evacuação será proposta pelo COS ao Diretor do PMEPCV;
- A orientação da evacuação e a coordenação da movimentação das populações é da responsabilidade das Forças de Segurança com o apoio dos APCs municipais;
- Para definição das zonas a evacuar, deverá fazer-se uma estimativa da população a movimentar, o método de aviso à população, o transporte utilizado e vias a serem utilizadas para evacuação;
- Após definição das zonas a evacuar, o acesso e tráfego deverá ser controlado pelas Forças de Segurança;
- A definição das ZCL e AT disponíveis e a utilizar será feito pela CMPC, com base nas instalações disponíveis para acolher a população evacuada;
- A população a evacuar deverá dirigir-se para as ZCL definidas;
- Se a situação assim o exigir, a população poderá ser transferida das ZCL para os AT;
- É da competência das Forças de Segurança definir os itinerários de evacuação a utilizar a partir da ZCL, tendo em conta a situação;
- A evacuação secundária a partir das ZCL ou AT para a ZCAP será garantida pelos meios de transportes afetos às empresas de transportes coletivos destacadas para o efeito;
- A evacuação de pessoas com mobilidade reduzida será apoiada pelas corporações de bombeiros e CVP;
- É da competência do SEF o controlo sobre a movimentação ilícita de estrangeiros nos grupos evacuados;
- O suporte logístico em termos de água, alimentação e agasalhos desta movimentação será apoiado pela área de intervenção de Apoio Logístico às Populações;
- Quando estiverem garantidas as condições de segurança das áreas evacuadas, o regresso das populações será coordenado pelas Forças de Segurança;



4.7. Manutenção da Ordem Pública

Sendo a manutenção da ordem pública uma das competências das Forças de Segurança, o estabelecimento de procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e responsabilidades dos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, quanto à segurança de pessoas e bens e ao controlo do tráfego, é essencial para a prossecução dos objetivos da atividade.

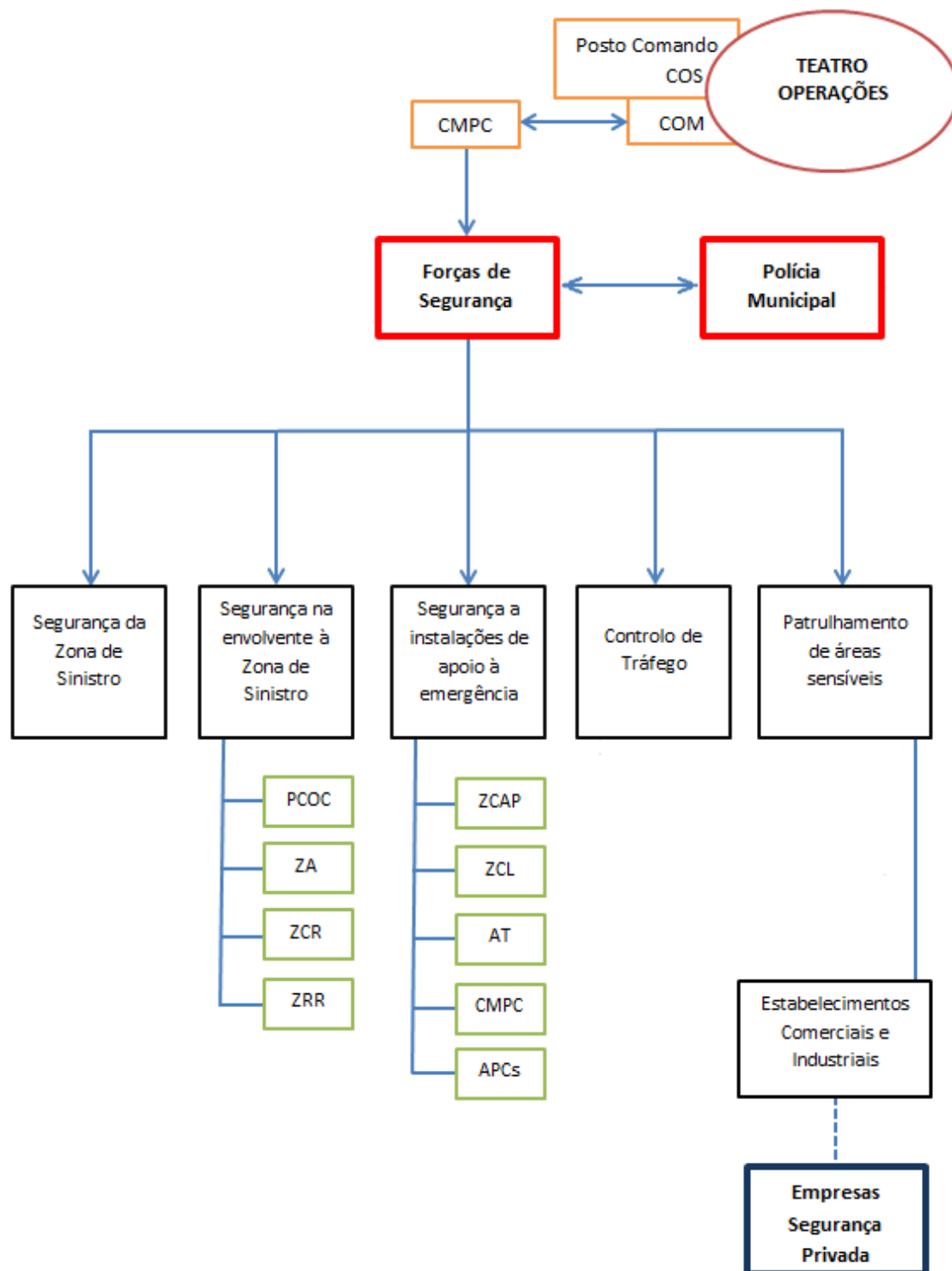
Em caso de acidente grave ou catástrofe a segurança na sua vertente Security, as Forças de Segurança exercem atividades de controlo de acesso ao Teatro de Operações, garante da segurança dos meios humanos afetos ao socorro, apoio à população, proteção de infraestruturas críticas e articulação com os serviços de segurança e Polícia Municipal. Esta articulação entre os agentes e entidades previstos no âmbito do PMEPCV deverá ser permanente e de modo a garantir o sucesso dos objetivos comuns, como a preservação da vida, o impedimento do agravamento da situação e a minimização de prejuízos.

Assim sendo, as Forças de Segurança ficam incumbidas do estabelecimento dos perímetros de segurança a serem definidos pelo COS tendo em conta a ocorrência, sendo competentes também pelo garante da segurança das zonas adjacentes.



Manutenção de Ordem Pública	
Coordenação CMPC	Responsável: Forças de Segurança (PSP e/ou GNR) Substituto: ---
Entidades Intervenientes	Forças de Segurança (PSP e/ou GNR);
Entidades Intervenientes de Apoio	Câmara Municipal de Viseu;
	SEF;
	Polícia Municipal;
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Assegurar a manutenção da ordem pública;○ Proteção de bens pessoais, impedindo roubos e pilhagens;○ Garantir a segurança de infraestruturas sensíveis, de acordo com a avaliação prévia que determine a necessidade de tais medidas de segurança;○ Proteção das áreas e propriedades abandonadas e/ou que sofreram colapso, as quais podem estar sujeitas a saque ou outras atividades criminosas;○ Garantir a segurança e o condicionamento de acessos aos Postos de Comando e áreas anexas, ZCL, AT e ZCAP a pessoas autorizadas.

Procedimentos e Instruções de Coordenação





Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação	
	<p>A manutenção da ordem pública é competência primária das Forças de Segurança e Polícia Municipal;</p> <p>É da competência das Forças de Segurança e Polícia Municipal vigiar as zonas evacuadas, com o objetivo de proteger a propriedade privada e impedir roubos ou pilhagens;</p> <p>As Forças de Segurança e Polícia Municipal garantem o tráfego rodoviário em direção às zonas de sinistro, efetuando as eventuais alterações à circulação a que houver necessidade, e garantem a manutenção de ordem pública com as suas forças de intervenção. As Forças de Segurança e Polícia Municipal poderão criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência;</p> <p>Compete ainda às Forças de Segurança e Polícia Municipal garantir a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas sensíveis, nomeadamente as infraestruturas afetadas aos APC, SMPC, CMPC e outras;</p> <p>As Forças de Segurança e Polícia Municipal garantem a segurança física de pessoas e bens nas zonas afetadas;</p> <p>A ação das Forças de Segurança no âmbito da regulação do trânsito rodoviário, manutenção da ordem pública e vigilância de espaços públicos e infraestruturas municipais é complementada pela ação operacional da Polícia Municipal;</p> <p>As empresas de segurança privada poderão colaborar com as Forças de Segurança e Polícia Municipal, nos termos da lei e nos espaços a si consignados, nomeadamente estabelecimentos industriais e comerciais;</p> <p>A área de intervenção de Manutenção da Ordem Pública, deverá prever e coordenar com as outras áreas de intervenção, a sua atividade e colaboração;</p>
	Perímetros de segurança em Teatros de Operações
	<p>Perímetro de Segurança – Separação física de local, espaço ou zona, assegurada ou não por elementos das Forças de Segurança e Polícia Municipal, que visa reduzir, limitar ou impedir o acesso de pessoas, veículos ou outros equipamentos a locais onde não estão autorizados a permanecer;</p> <p>As Forças de Segurança e Polícia Municipal garantem o condicionamento, controlo e acesso a pessoas e veículos à zona afetada e às zonas envolventes à zona do sinistro (ZA, ZCR, ZRR, ZCAP, ZCL e AT)</p>

4.8. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas

4.8.1. Emergência Médica

Os serviços médicos e transporte de vítimas em ambiente pré-hospitalar são da responsabilidade do INEM, entidade a quem compete a “coordenação de todas as atividades de saúde em ambiente pré-hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos Médicos Avançados (PMA)”⁸. Ora, será imprescindível que exista uma estreita interligação entre o INEM, Autoridade de Saúde Municipal e os APC e organismos e entidades de apoio. Esta ligação institucional deverá ser feita através dos representantes de cada uma destas entidades na CMPC. A estrutura municipal de saúde está assente no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, no ACES Dão Lafões e nas várias clínicas médicas privadas e farmácias presentes no município.

Existe a necessidade de se distinguir os dois tipos de evacuação médica, o transporte de vítimas e o transporte de cadáveres:

- **Evacuação Primária** – evacuação médica da zona do sinistro para as zonas de triagem de vítimas;
- **Evacuação Secundária** – evacuação médica pós-triagem da zona de triagem para as unidades de saúde;
- **Transporte de Vítimas** – compreende o transporte das vítimas (ilesas ou ligeiras) desde o local de triagem até à ZCL, AT ou ZCAP;
- **Transporte de Cadáveres** – compreende o transporte das vítimas cadáveres da Zona do Sinistro ou das Zonas de Triagem até às Zonas de Receção de Cadáveres.

Existe a possibilidade de se verificarem dois cenários:

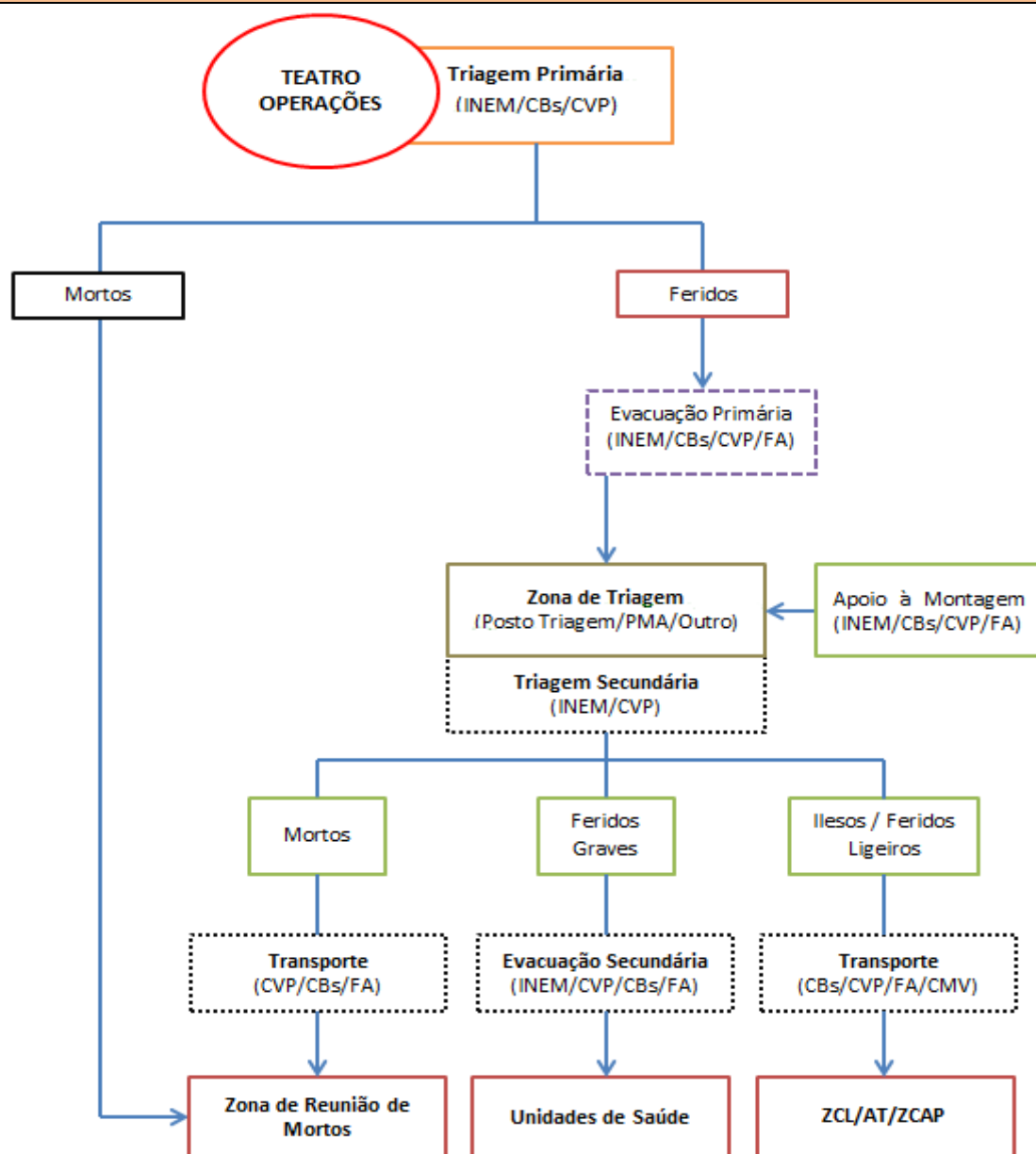
- **Cenário 1** – As consequências que levaram à ativação do presente PMEPCV não obrigam a que seja ativado um posto de triagem físico, sendo que as vítimas são deslocadas diretamente da Zona do Sinistro para as unidades hospitalares;
- **Cenário 2** – As consequências do evento obrigam a que seja criado um posto de triagem físico por parte das entidades intervenientes, para estabilização e posterior evacuação secundária para as unidades hospitalares.

⁸ Diretiva Operacional Nacional N.º1 – DIOPS Ponto 30 alínea e)



Serviços Médicos e de Transporte de Vítimas	
Coordenação CMPC	Responsável: INEM (pré-hospitalar) e Administração Regional de Saúde (hospitalar) Substituto: ---
Entidades Intervenientes	INEM
	Centro Hospitalar Tondela-Viseu (hospital de referência)
	ACES Viseu Dão Lafões:
	Autoridade de Saúde Municipal
	Bombeiros Municipais de Viseu
	Bombeiros Voluntários de Viseu
Cruz Vermelha Portuguesa – CH Viseu	
Entidades Intervenientes de Apoio	Forças Armadas
	CMV
	Centro Hospitalar de Coimbra (hospital alternativo)
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência na Zona do Sinistro, com triagem, estabilização e transporte das vítimas para as unidades de saúde, minimizando assim as perdas humanas, limitando sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano;○ Coordenação das ações de saúde pública, nomeadamente o controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais (alimentação, água, medicamentos e outros);○ Estabelecer as áreas destinadas à triagem das vítimas;○ Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de Triagem e Postos Médicos Avançados;○ Caso se defina como necessário, assegurar a montagem e operacionalização do hospital de campanha do INEM;○ Efetuar o registo das vítimas desde o TO até à unidade de saúde de destino: hospital ou unidade de saúde familiar;○ Organizar o fornecimento de recursos médicos;○ Assegurar a existência de uma única organização hierárquica para todas as áreas de intervenção médico-sanitária.

Procedimentos e Instruções de Coordenação



Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação	
	O INEM coordena toda a ação de prestação de socorro pré-hospitalar;
	A triagem primária será efetuada no local pelos meios afetos ao INEM, Corporações de Bombeiros e CVP presentes no TO sob a coordenação do INEM;
	O INEM poderá montar postos de triagem e assistência pré-hospitalar de acordo com a necessidade, promovendo a triagem das vítimas e a evacuação secundária em articulação com os demais serviços;
	A montagem dos postos de triagem e PMAs poderá ser apoiada pela CVP, Forças Armadas e Corporações de Bombeiros;
	A localização dos Postos de Triagem e PMAs caberá ao INEM sendo que será o mais próximo possível das zonas afetadas, tendo em conta as distâncias de segurança;
	As Forças Armadas colaboram, na medida da disponibilidade, na prestação de cuidados de saúde de emergência;
	O transporte das vítimas é coordenado pelo INEM e será apoiado pelas Corporações de Bombeiros e CVP presentes no TO;
	O transporte de vítimas ilesas ou com ferimentos ligeiros será coordenado pela CMPC, onde eventualmente poderão ser utilizados os serviços da CMV;
	Os cadáveres identificados como tal serão encaminhados para a Zona de Reunião de Mortos (ZRnM), onde aguardarão a confirmação médica do óbito se esta ainda não tiver sido feita no TO;
	A Autoridade de Saúde Municipal deverá articular-se com o INEM, ACES e CH Tondela-Viseu de forma a potenciar todos os meios do Sistema Nacional de Saúde para o objetivo comum de minimizar os efeitos do acidente grave ou catástrofe ou situação que tenha levado à ativação do PMEPCV;

4.8.2. Apoio Psicológico

O apoio Psicológico deverá ser considerado como uma das valências médicas de apoio imediato, mas também como valência de apoio continuado na prestação de auxílio às populações afetadas pelo evento. O INEM é a entidade responsável pela coordenação do apoio psicológico imediato às vítimas, apoiando-se nas entidades que possuem valências nesta área, sendo que o apoio continuado será da coordenação do Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu. Estes dois tipos de apoio poderão ser prestados ao nível do Teatro de Operações e ao nível das estruturas de apoio secundário (ZCL, AT, ZCAP).

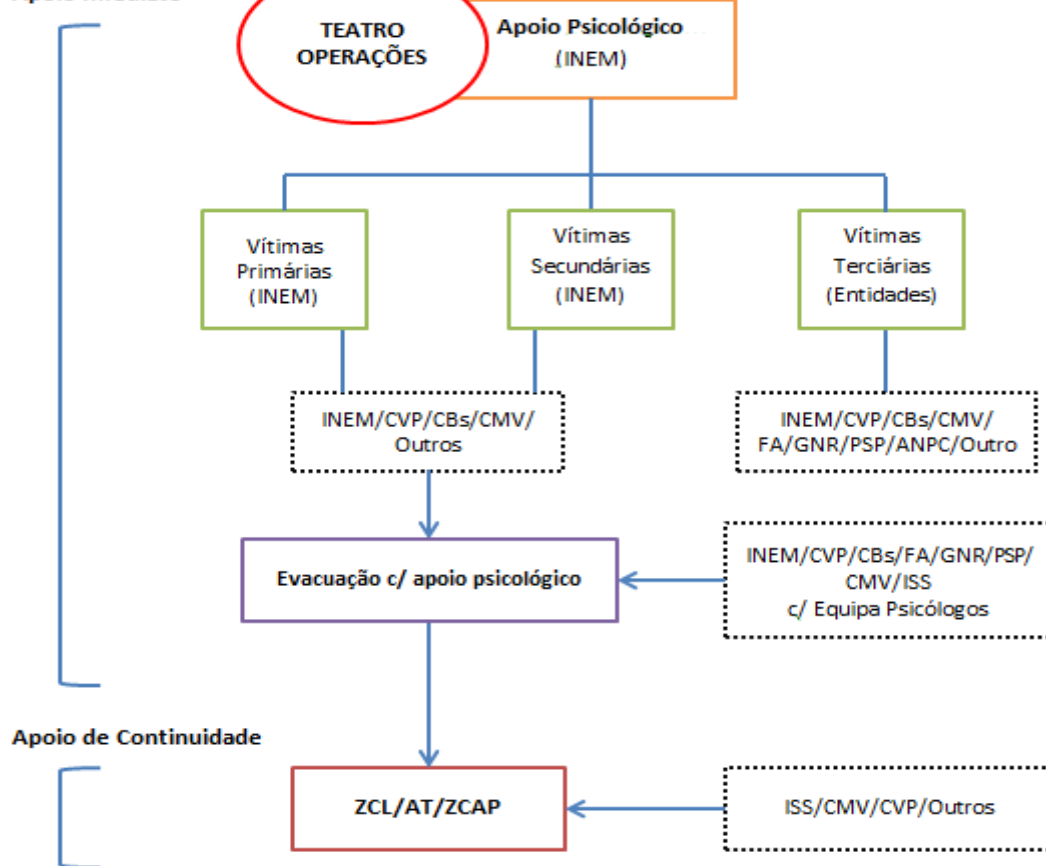
No entanto, convém clarificar as três tipologias de vítimas que possam surgir numa situação emergente de acidente grave ou catástrofe:

- **Vítimas Primárias** – Vítimas diretamente resultantes da situação de emergência em causa;
- **Vítimas Secundárias** – Familiares ou amigos das vítimas primárias;
- **Vítimas Terciárias** – Operacionais dos APCs e dos organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações em curso

Apoio Psicológico	
Coordenação	Responsável: INEM (apoio imediato); ISS-CDViseu (apoio continuado)
CMPC	Substituto: --
Entidades Intervinentes	INEM
	Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu
	Centro Hospitalar Tondela-Viseu
	CMViseu
Entidades Intervinentes de Apoio	Cruz Vermelha Portuguesa – CH Viseu e Delegação de Silgueiros
	IPSS's com área de atuação no município
	Assistentes Espirituais e Religiosos
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Garantir o apoio psicológico às vítimas primárias e secundárias do sinistro; ○ Garantir o apoio psicológico às vítimas terciárias; ○ Assegurar o apoio psicológico imediato no TO e nas ZCAP; ○ Assegurar o apoio psicológico continuado às vítimas; ○ Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas primárias e secundárias para as ZCL, AT, ZCAP ou outras áreas a definir pela entidade coordenadora.

Procedimentos e Instruções de Coordenação

Apoio Imediato



*Adaptado de: Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, ANPC (2013)



Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

- | | |
|--|---|
| | O INEM coordena toda a ação de prestação de apoio psicológico imediato às vítimas da situação de emergência em curso; |
| | O Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu, coordena a ação de prestação de apoio psicológico de continuidade às vítimas; |
| | O apoio psicológico às vítimas primárias e secundárias será efetuado nas ZCL, AT, ZCAP ou noutras áreas definidas pela entidade coordenadora para o efeito; |
| | O apoio psicológico às vítimas terciárias será efetuado pelos profissionais das próprias entidades e em instalações apropriadas para o efeito, sendo que em caso de carência de meios este apoio poderá ser garantido por psicólogos de outras entidades destinadas ao efeito; |
| | O apoio psicológico de continuidade a realizar nas ZCAP é coordenado pelo Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu e será apoiado, de acordo com a capacidade e disponibilidade de meios pelas equipas da CVP, IPSSs e outras entidades com equipas de psicólogos; |
| | O apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas Zonas de Reunião de Mortos deverá ser igualmente considerado; |
| | Os Assistentes Espirituais e Religiosos integram as ações de apoio psicológico coordenadas pelo INEM e ISS; |



4.9. Socorro e Salvamento

As intervenções iniciais face a um acidente grave ou catástrofe cabem, prioritariamente, às forças mais próximas do local da ocorrência ou que apresentem missão específica mais adequada.

Esta área de intervenção compreende todas as atividades de socorro e salvamento a pessoas e bens em perigo, e compreendem as situações de: extinção de incêndios, escoramento de estruturas, resgate e desencarceramento de pessoas, a contenção de fugas e derrames de matérias perigosas, entre outras ações.

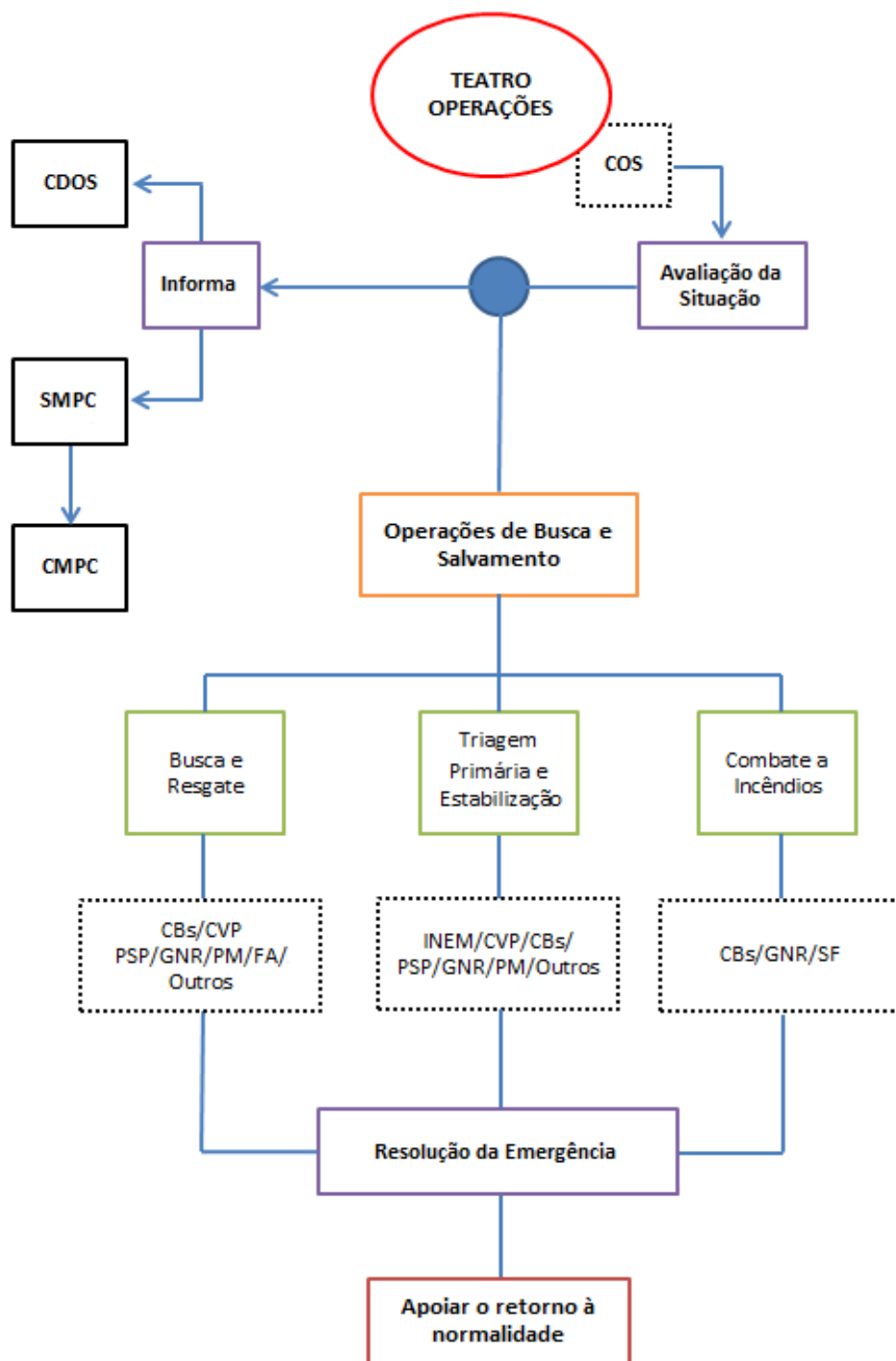
A intervenção segue os princípios constantes do SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro), onde o Chefe da primeira equipa a chegar ao local da ocorrência assume o Comando das Operações de Socorro. O COS assegura de imediato a avaliação da situação e a identificação da tipologia da ocorrência, o local e extensão, o número potencial de vítimas e os meios de reforço necessários.

Após a avaliação da situação o COS informará o CDOS Viseu e o CDPC/COM do grau de gravidade da situação.



Socorro e Salvamento	
Coordenação	Responsável: CMDT BMViseu
CMPC	Substituto: CMDT BVViseu
Entidades Intervenientes	Bombeiros Municipais de Viseu;
	Bombeiros Voluntários de Viseu;
	PSP;
	GNR;
	INEM;
	Polícia Municipal;
	Cruz Vermelha Portuguesa – CH Viseu;
Entidades Intervenientes de Apoio	CMViseu;
	Forças Armadas;
	ICNF;
	ANAC;
	Sapadores Florestais;
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Assegurar a minimização de perdas de vidas e bens, através da coordenação das ações de busca e salvamento decorrentes do sinistro;○ Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança;○ Avaliação das áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas as ações de busca e salvamento;○ Planear e executar o socorro às populações;○ Propor a definição das zonas prioritárias nas áreas afetadas pelo sinistro;○ Supervisionar e enquadrar operacionalmente eventuais equipas de salvamento oriundas de organizações de voluntários;

Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação



*Adaptado de: Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, ANPC (2013)



Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

- | |
|---|
| As ações de busca e salvamento seguem o Sistema de Gestão de Operações integrante do SIOPS; |
| O chefe da primeira força integrante do SIOPS a chegar ao local da ocorrência assume o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação; |
| A decisão de desenvolvimento da organização do comando das operações é da responsabilidade do comandante das operações de socorro, tal como constante do SIOPS; |
| A intervenção inicial cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada à situação em causa; |
| Cada vez que existir uma evolução ou mudança na estrutura de comando, deverá ser feito um briefing ao próximo Comandante e uma notificação a todos os envolvidos na estrutura de proteção e socorro, tal como constante no SIOPS; |
| Os BMV e os BVV asseguram primariamente as operações de busca e salvamento e de combate a incêndios; |
| A GNR e a PSP participam primariamente nas operações que se desenvolvam nas respetivas áreas de responsabilidade, podendo atuar em regime de complementaridade nas restantes; |
| A PSP participa nas operações com as valências de busca e salvamento em ambiente urbano; |
| A GNR participa nas operações com as valências de busca e salvamento em ambiente urbano, cinotécnica, 1ª intervenção no combate aos incêndios florestais, análise e deteção de zonas contaminadas e na intervenção com material NRBQ; |
| A Polícia Municipal participa no âmbito das suas competências no apoio às Forças de Segurança; |
| As FA participam nas operações de busca e salvamento na medida das suas capacidades e disponibilidades; |
| A CMViseu disponibiliza meios, recursos e pessoal para apoio, de acordo com as suas competências; |
| A CVP colabora em missões de apoio, busca e salvamento, assistência sanitária e social; |
| O ICNF participa nas ações de socorro e resgate nas áreas protegidas; |
| A ANAC participa nas operações de busca e salvamento na medida das suas competências; |
| Os Sapadores Florestais participam nas ações de combate a incêndios florestais; |
| A decisão de término da fase da emergência caberá ao COS em articulação com o Diretor do PMEPCV; |
| Terminada a fase da emergência, deverá proceder-se à desmobilização dos meios não essenciais à fase da recuperação. |

4.10. Serviços Mortuários

A área da mortuária é uma área com algumas especificações onde, por excelência, existem tarefas muito sensíveis que devem ser levadas a cabo através de processos rigorosos, uma vez que compreende aspetos que se prendem com a investigação forense quando existir a necessidade desta se realizar. O controlo desta tarefa é da responsabilidade das Forças de Segurança que colaboram com a Autoridade de Saúde do Município. Os cenários possíveis agrupam-se em dois níveis:

- I. **Cenário com número diminuto de vítimas** – Não é necessário a ativação de estrutura temporária de reunião de mortos (Zona de Reunião de Mortos – ZRnM e Necrotérios Provisórios), sendo que as vítimas mortais são transportadas diretamente para as morgues das Unidades Hospitalares mais próximas (Centro Hospitalar Tondela-Viseu, e outros);
- II. **Cenário com número elevado de vítimas** – É necessário recorrer-se a instalações temporárias de reunião de mortos (ZRnM) e uma vez que a capacidade das morgues das Unidades Hospitalares não é suficiente para albergar e processar as vítimas mortais, é necessário a ativação de Necrotério Provisório.

No caso de se estar perante o Cenário de nível II (elevado número de vítimas mortais), a deposição de cadáveres deverá ser feito nas morgues regulares existentes no município e após esgotada as capacidades destas, poderá existir a necessidade da operacionalização de estruturas temporárias de reunião de mortos (Zona de Reunião de Mortos) e Necrotério Provisório: estas zonas podem ser estruturas fixas temporárias (como por exemplo, pavilhões desportivos, parques de estacionamento cobertos, armazéns, hangares, terminais de camionagem, etc.) com as seguintes características:

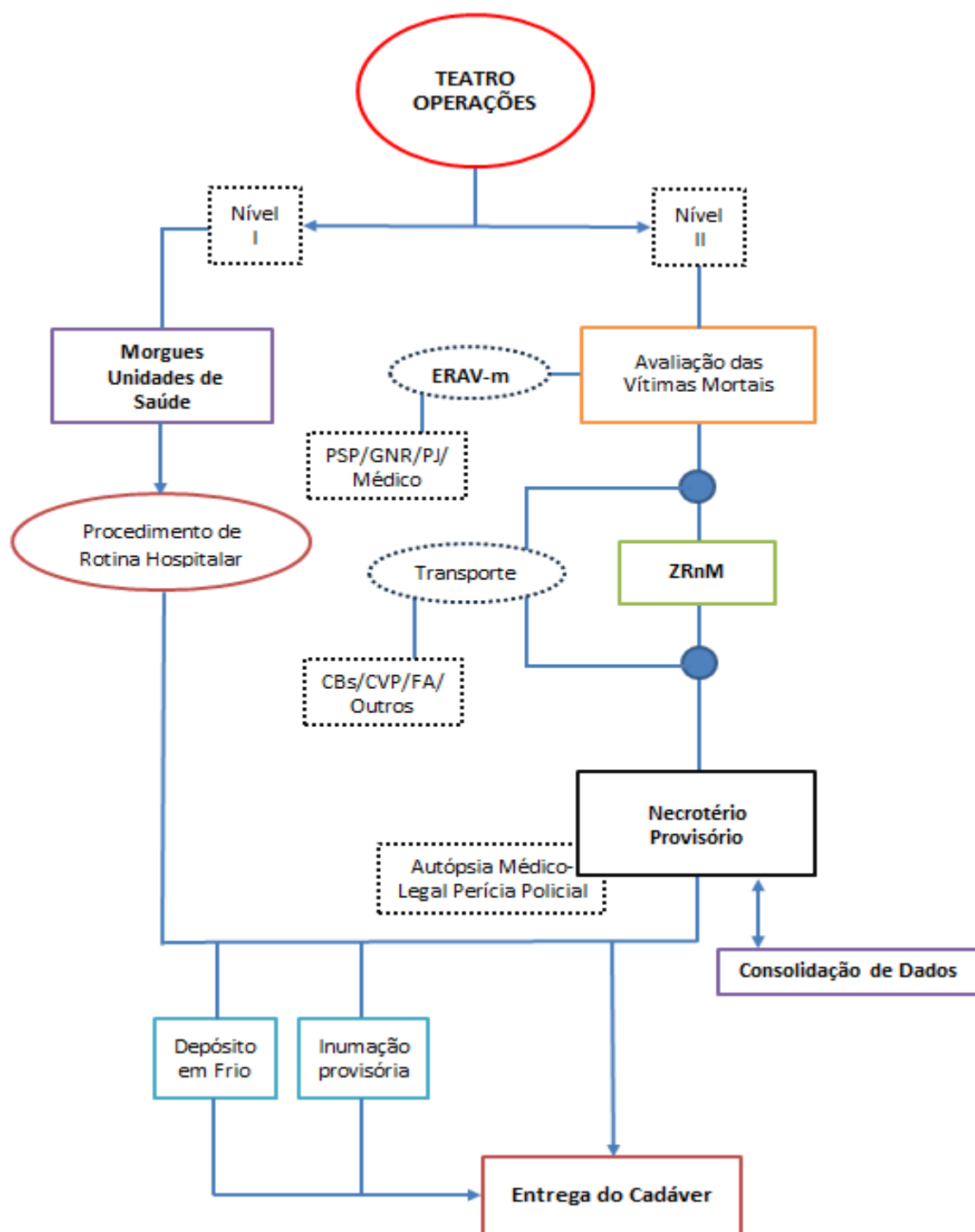
- Piso em espaço aberto;
- Plano e fácil de limpar;
- Boa drenagem;
- Boa ventilação natural;
- Provido de água corrente e eletricidade;
- Boa rede de comunicações (telefónicas e radiotelefónicas);
- Privacidade;
- Boas acessibilidades;
- Facilidades de segurança.

Estes locais deverão ser previamente estabelecidos pela Autoridade de Saúde de Nível Municipal.



Serviços Mortuários	
Coordenação CMPC	Responsável: Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses) Substituto: --
Entidades Intervenientes	PSP;
	GNR;
	INML – Gabinete Médico-Legal e Forense de Dão-Lafões;
	Polícia Judiciária;
	Autoridade de Saúde Municipal;
	CH Tondela-Viseu
	ACES Viseu Dão Lafões
Entidades Intervenientes de Apoio	CMViseu;
	Forças Armadas;
	Bombeiros Municipais de Viseu;
	Bombeiros Voluntários de Viseu;
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
	Cruz Vermelha Portuguesa.
Prioridades de Ação	<ul style="list-style-type: none">○ Assegurar a criação de Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m);○ Assegurar a constituição de Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e Necrotérios Provisórios, onde se procede à análise da suspeita de crime, identificação de cadáveres verificação do óbito e autópsia;○ Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas;○ Assegurar o correto tratamento dos cadáveres conforme os procedimentos previstos;○ Fornecer à Área de Intervenção de Gestão da Informação e ao diretor do PMEPCV listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento;○ Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência;

Procedimentos e Instruções de Coordenação





Procedimentos e Instruções Específicas de Coordenação

O procedimento de mortuária exige a presença de elementos das Forças de Segurança e de um Médico (designado pela Autoridade de Saúde Municipal);

Estas equipas são designadas por Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m);

As ERAV-m são chefiadas por um representante da PSP/GNR (tendo em conta a área de ocorrência) e constituída por um Médico (designado pela Autoridade de Saúde Municipal) e por um elemento da Polícia Judiciária e desejavelmente, uma viatura;

As Forças de Segurança encetam os procedimentos internos normais para esta tipologia de situação (presença de cadáver);

As ERAV-m são acionadas à ordem do Posto de Comando, sendo articulados via Comandante das Operações de Socorro à qual reportam;

As ERAV-m são competentes para:

- Referenciar o cadáver;
- Verificar a suspeita de crime;
- Preservar as provas;
- Verificar o óbito;
- Articular com o Ministério Público os procedimentos necessários à remoção dos cadáveres ou partes de cadáver.

Sendo localizado um corpo sem sinais vitais e sem tarja negra colocada, o médico da ERAV-m verificará o óbito e procederá à respetiva etiquetagem em colaboração com os restantes elementos da equipa. Caso seja detetado indício de crime, o chefe da ERAV-m poderá solicitará exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para o local da ZRnM;

A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram inspecionados até à ZRnM, havendo ou não suspeita de crime, cabe ao Ministério Público, sob solicitação do chefe da ERAV-m;

É da competência da Força de Segurança que chefia a ERAV-m a promoção da remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados, podendo existir a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas para este efeito. Os BMV, BVV, a CVP e as FA colaboração nas operações de remoção para as ZRnM dentro das suas disponibilidades;

Das ZRnM os cadáveres transitam posteriormente para os Necrotérios Provisórios (se houver a necessidade da sua ativação), para que neste, haja a realização de autópsia médico-legal e subsequente entrega do corpo ou partes de cadáveres aos familiares, com a emissão dos certificados de óbito;

É da competência da CMViseu providenciar equipamento para os Necrotérios Provisórios, de acordo com as indicações do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, nomeadamente, iluminação, macas, mesas, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;

Deverá ser assegurada a presença de representantes do Instituto de Registos e Notariado nos Necrotérios Provisórios para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;

O apoio psicológico aos familiares das vítimas será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas – Apoio Psicológico;

Os cadáveres que se encontrem em Hospitais de Campanha ou PMAs são encaminhados para as ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos;

Em relação a vítimas de suposta nacionalidade estrangeira, será acionado nos Necrotérios Provisórios o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para obtenção de dados para a identificação da mesma;



	Os cadáveres ou partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, deverão ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, e necessário, devidamente acondicionados em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos até à posterior entrega a familiares para inumação ou cremação individual definitiva;
	Os cadáveres que se encontrem nas Unidades Hospitalares decorrentes do acidente grave ou catástrofe adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do MP, o cadáver será transportado para o Necrotério Provisório;

